

**SEVEN**

EDITORA  
2026

# O CONSELHO ESCOLAR NO AMBIENTE EDUCATIVO, DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO:

## RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI



**JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS**

**EDITORA CHEFE**

Prof<sup>o</sup> Me. Isabele de Souza Carvalho

**EDITOR EXECUTIVO**

Nathan Albano Valente

**AUTOR DO LIVRO**

José Kleber Felix dos Santos

**PRODUÇÃO EDITORIAL**

Seven Publicações Ltda

**EDIÇÃO DE ARTE**

Evellyn Thais de Souza

**EDIÇÃO DE TEXTO**

Stephanie Caroline Meyer de Quadros

**BIBLIOTECÁRIA**

Bruna Heller

**IMAGENS DE CAPA**

Evellyn Thais de Souza

2026 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2026 Os Autores

Copyright da Edição © 2026 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

S237c Santos, José Kleber Felix dos.

O Conselho Escolar no Ambiente Educativo, Democrático e Participativo [recurso eletrônico] : Ressignificando o Paradigma da Educação no Século XXI / José Kleber Felix dos Santos. – São José dos Pinhais, PR: Editora Seven, 2026.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6109-269-2

1. Educação. 2. Democracia. 3. Participação. I. Título.

CDU 37

**Bruna Heller** - Bibliotecária - CRB10/2348

**Índices para catálogo sistemático:**

1 Educação 37

**DOI:** 10.56238/livrosindi202612-001

**Seven Publications Company**  
CNPJ: 43.789.355/0001-14  
editora@sevenevents.com.br  
São José dos Pinhais/PR

## AUTOR DO LIVRO

**José Kleber Felix dos Santos**

## DEDICATÓRIA

Dedico a todos os profissionais de educação que visam trazer ao universo educacional, meios e recursos para o desenvolvimento de uma prática democrática e participativa de todos da Comunidade Escolar.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que sempre está presente em todos os momentos da minha vida, iluminando, guiando, protegendo meu caminho, inclusive no percurso desta tese, onde fui infectado algumas vezes pelo vírus da COVID-19.

Aos meus pais, José Pereira dos Santos e Vicência Felix da Cruz, que se esforçaram para me proporcionar educação, e que são meus maiores incentivadores e apoiadores em todos os momentos. Eles me dão forças nos momentos mais difíceis para continuar e realizar o sonho de concluir o curso de Doutorado, como também por todo amor e carinho.

Ao meu irmão, Ary Jackson Felix dos Santos, pelo incentivo e palavras de coragem em momentos nos quais parecia que o cansaço iria me vencer. Ao meu Wellington Ricardo Felix dos Santos, pela sua forma bem peculiar de expressar os seus sentimentos.

A todos os professores desde o Jardim de Infância, pelos ensinamentos e orientações constantes ao longo do caminho. E, em especial a minha orientadora, a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Estela Brandão Duarte. Seu respeito pelo conhecimento ampliou o saber. Além da sua dedicação, apoio, orientação e sugestões que foram sempre muito valiosas para a realização do presente trabalho.

Aos meus colegas de trabalho e todos os participantes da pesquisa, pois nestes quatro anos estivemos juntos, de forma física, virtual e emocional. Neste momento, sinto que lutamos com o objetivo de vencer mais essa etapa em nossas vidas.

A todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste curso e desta tese.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel e funcionalidade do Conselho Escolar no ambiente educativo, democrático e participativo, sob o olhar dos paradigmas da educação do Século XXI. Assim, demonstra as diferenças entre conselhos, sua importância e funcionalidade para contribuir no processo educacional na Escola de Referência de Ensino Médio (EREM) Luiz Pereira Junior no município de Caetés (PE), em conformidade com aspectos conceituais de Gomes e Luz (2014); Ribeiro (2018) e Romão Netto (2015), que contribuíram para o entendimento de que a temática sobre Conselhos de Educação e o Escolar são formados para identificar, executar e fiscalizar ações seguindo um padrão específico orientado por legislação Federal (Conselhos de Educação) e Municipais (Conselho Escolar), na esfera que a escola está inserida para o exercício de suas atividades como aponta os conceitos de Gestão Democrática e Participativa, onde se afirma um Estado Democrático de Direito. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso e fez uso de pesquisa bibliográfica tendo como método um comportamento exploratório com abordagem direta (questionário) e indireta (entrevista) sugerida por Oliveira (2011). Assim, participaram deste estudo a gestora da escola campo de pesquisa; 10 (dez) docentes e 10 (dez) pais e/ou responsáveis que atuam ou não nas atividades sociais, culturais e políticas da escola. A partir disso, a análise se desenvolveu através de um comportamento de confronto de dados com a perspectiva de autores, legislações e concepções sobre Conselhos de Educação e Escolar. Concluiu-se que ainda existem fatores, equívocos e lacunas conceituais para que se efetive a gestão democrática e participativa dos/nos Conselhos de Educação e no Conselho Escolar, identificando que segmentos prioritários não tem valor social, diante interferências político partidário e pessoais de gestões municipais/ estaduais, tendo como resposta direta a ausência de transparência à sociedade e à comunidade a qual a escola está inserida, criando assim paradigmas constantes e insolúveis. Recomenda-se buscar a efetivação da legitimidade da gestão democrática e participativa na escola pública, trazendo ao bojo das discussões um processo seletivo direto do cargo de gestor da escola pela comunidade escolar, tal como a inclusão dos representantes de pais e/ou responsáveis neste cargo para proporcional validação do processo democrático.

**Palavra-chave:** Conselho Escolar. Educação. Legislações.

## ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the role and functionality of the School Council in the educational, democratic and participatory environment, under the gaze of the paradigms of 21st Century education, demonstrating the differences between councils, their importance and functionality to contribute to the educational process in the School of Education. High School Reference (EREM) Luiz Pereira Junior in the city of Caetés (PE), in accordance with conceptual aspects of Gomes and Luz (2014); Ribeiro (2018) and Romão Netto (2015), who contributed to the understanding that the theme of Education and School Councils are formed to identify, execute and supervise actions following a specific pattern guided by Federal legislation (Education Councils) and Municipalities (School Council) in the sphere in which the school is inserted for the exercise of its activities as points out the concepts of Democratic and Participatory Management where a Democratic State of Law is affirmed. Methodologically, it is a case study and made use of bibliographic research using an exploratory behavior method with a direct (questionnaire) and indirect (interview) approach suggested by Oliveira (2011). The manager of the research field school participated in this study; 10 (ten) teachers and 10 (ten) parents and/or guardians who work or not in the school's social, cultural and political activities. The analysis was developed through a behavior of confrontation of data with the perspective of authors, legislation and conceptions on Boards of Education and School. It was concluded that there are still factors, misconceptions and conceptual gaps for the democratic and participatory management of, and in the Education Councils and the School Council, identifying that priority segments have no social value, in the face of partisan political and personal interference of municipal administrations. / state, having as a direct response the lack of transparency to society and the community in which the school is inserted, thus creating constant and insoluble paradigms. It

is recommended to seek the effectiveness of the legitimacy of democratic and participatory management in public schools, bringing to the heart of the discussions a direct selection process for the position of school manager by the school community, such as the inclusion of representatives of parents and/or guardians in this position. to proportionate the validation of the democratic process.

**Keyword:** School Board. Education. Legislation.

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el papel y la funcionalidad del Consejo Escolar en el ámbito educativo, democrático y participativo, bajo la mirada de los paradigmas de la educación del siglo XXI, evidenciando las diferencias entre los consejos, su importancia y funcionalidad para contribuir a la proceso educativo en la Escuela de Educación Secundaria de Referencia (EREM) Luiz Pereira Junior en la ciudad de Caetés (PE), de acuerdo con aspectos conceptuales de Gomes y Luz (2014); Ribeiro (2018) y Romão Netto (2015), quienes contribuyeron a la comprensión de que el tema Educación y Consejos Escolares se forman para identificar, ejecutar y supervisar acciones siguiendo un patrón específico orientado por la legislación Federal (Consejos de Educación) y Municipios (Consejos Escolares). ) en el ámbito en que se inserta la escuela para el ejercicio de sus actividades como lo señalan los conceptos de Gestión Democrática y Participativa donde se afirma un Estado Democrático de Derecho. Metodológicamente, se trata de un estudio de caso y se hizo uso de la investigación bibliográfica utilizando un método de comportamiento exploratorio con enfoque directo (cuestionario) e indirecto (entrevista) sugerido por Oliveira (2011). En este estudio participó el gerente de la escuela de campo de investigación; 10 (diez) docentes y 10 (diez) padres y/o tutores que trabajen o no en las actividades sociales, culturales y políticas de la escuela. El análisis se desarrolló a través de una conducta de confrontación de datos con la perspectiva de autores, legislación y concepciones sobre los Consejos de Educación y Escuela. Se concluyó que aún existen factores, malentendidos y vacíos conceptuales para la gestión democrática y participativa de los Consejos de Educación y del Consejo Escolar, identificándose que los segmentos prioritarios no tienen valor social, frente a la injerencia política partidista y personal de administraciones municipales./estatales, teniendo como respuesta directa la falta de transparencia hacia la sociedad y la comunidad en la que se inserta la escuela, creando así constantes e insolubles paradigmas. Se recomienda buscar la efectividad de la legitimidad de la gestión democrática y participativa en las escuelas públicas, trayendo al centro de las discusiones un proceso de selección directa para el cargo de director escolar por parte de la comunidad escolar, como la inclusión de representantes de padres y /o tutores en este cargo, para proporcionar la validación del proceso democrático.

**Palabra clave:** Junta Escolar. Educación. Legislación.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Classificação de Conselhos da Educação.....	25
Quadro 2. Participantes da Pesquisa.....	71
Quadro 3. Características laborais dos participantes da pesquisa.....	71
Quadro 4. Objetivos para participante da pesquisa.....	72
Quadro 5. Instrumentos de Pesquisa e seus objetivos. ....	76
Quadro 6. Instrumento de Investigação a Gestora.....	88
Quadro 7. Pergunta 1 aos Docentes Participantes.....	89
Quadro 8. Pergunta 2 aos Docentes Participantes.....	90
Quadro 9. Pergunta 3 aos Docentes Participantes.....	90
Quadro 10. Pergunta 4 aos Docentes Participantes.....	91
Quadro 11. Pergunta 5 aos Docentes Participantes.....	92
Quadro 12. Pergunta 1 aos Pais e/ou responsáveis.....	93
Quadro 13. Pergunta 2 aos Pais e/ou Responsáveis.....	94
Quadro 14. Pergunta 3 aos Pais e/ou Responsáveis.....	95
Quadro 15. Pergunta 4 aos Pais e/ou Responsáveis.....	95
Quadro 16. Pergunta 5 aos Pais e/ou Responsáveis.....	96
Quadro 17. Formação Acadêmica dos Docentes.....	106
Quadro 18. Características socioeconômica e cultural dos pais e/ou responsáveis.....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Motivos para não participar dos Conselhos de Educação.....	99
Tabela 2. Motivos para não Participar do Conselho da Escola.....	111

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade dos Participantes.....	77
Gráfico 2. Estado Civil do Participantes.....	78
Gráfico 3. Escolaridade dos Participantes.....	79
Gráfico 4. A participação na Comunidade/ Escola.....	80
Gráfico 5. A Atuação/Função na Escola Campo de Pesquisa.....	81
Gráfico 6.Participação em atividades da Escola campo de pesquisa.....	82
Gráfico 7.A Gestão Democrática e Participativa na Escola.....	83
Gráfico 8. Conhecimento dos Conselhos existentes na Educação.....	85
Gráfico 9. Participação em Conselhos formados para Educação.....	86
Gráfico 10. Questão 5 da Investigação Conceitual.....	87
Gráfico 11. Motivos para não participar na Escola Campo de Pesquisa.....	100
Gráfico 12. Motivos para não participar de Conselho da Escola campo de pesquisa.....	111

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CACS-Fundeb	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CE	Conselho Escolar
CEE	Conselho Estadual de Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EREM	Escola de Referência de Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
P/R	Pais e/ou Responsáveis
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Pernambuco
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Escolha

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 PROBLEMA.....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 OBJETIVOS.....	23
<b>1.3.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>23</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>23</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>24</b>
2.1 ESTADO DA ARTE: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE CONSELHOS DA EDUCAÇÃO.....	24
2.2 CONSELHO ESCOLAR: FRUTO DA LUTA DEMOCRÁTICA PARA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	32
<b>2.2.1 A formação histórica e conceitual de um conselho escolar.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.2 Os modelos de Conselhos escolares pelo mundo.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.3 Concepções para implementação de Conselhos.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2.4 Protagonistas que efetivam as ações democráticas e participativas.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2.5 Legislação sobre Conselhos de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases.....</b>	<b>35</b>
2.3 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	36
<b>2.3.1 Gestão escolar democrática e participativa na escola.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3.2 Gestão Escolar Democrática.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3.3 Gestão Escolar Participativa.....</b>	<b>40</b>

2.4 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	42
2.5 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA.....	45
2.6 OS CONSELHOS ESCOLARES E O PAPEL DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS.....	46
<b>2.6.1 A representação dos pais e/ou responsáveis nos Conselhos de Educação e no Conselho Escolar.....</b>	<b>49</b>
2.7 A PRÁTICA DOCENTE QUE FORTIFICA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS.....	55
<b>2.7.1 Conflitos e concepções no contexto social e educacional.....</b>	<b>56</b>
<b>2.7.2 Currículo e prática.....</b>	<b>58</b>
<b>2.7.3 Profissionalidade e formação docente.....</b>	<b>60</b>
<b>2.7.4 Docente e identidade no local de trabalho.....</b>	<b>61</b>
<b>2.7.5 Mudança individual e coletiva na prática colaborativa.....</b>	<b>63</b>
2.8 O OLHAR EPISTEMOLOGICO SOBRE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E O ESCOLARES.....	64
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>69</b>
3.1 TIPO E NÍVEL DE INVESTIGAÇÃO.....	70
3.2 ALCANCE DA PESQUISA.....	70
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM.....	71
3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS.....	72
3.5 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS.....	73
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	74
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>75</b>
4.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO CONCEITUAL.....	77

4.2 DADOS DAS ENTREVISTAS.....	88
4.2.1 Dados da entrevista com gestora.....	88
4.2.2 Dados da entrevista com docentes.....	88
4.2.3 Dados da entrevista com Pais e/ou Responsáveis.....	93
4.3 DISCUSSÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS.....	97
4.3.1 Análise do discurso da gestora na entrevista.....	100
4.3.2 Análise dos discursos dos docentes.....	105
4.3.3 Análises dos discursos de pais e/ou responsáveis.....	111
<b>5 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR FRENTE O CONCEITO DA GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>124</b>
5.1 PROPOSTA PARA EFETIVAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS NA ESCOLA PÚBLICA.....	127
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>132</b>
<b>7 RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>136</b>
<b>8 PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....</b>	<b>137</b>
8.1 APRESENTAÇÃO.....	137
8.2 JUSTIFICATIVA.....	138
8.3 PROPOSTA METODOLÓGICA.....	138
8.4 AVALIAÇÃO.....	139
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>156</b>

# 1 INTRODUÇÃO

---

Na contemporaneidade, entende-se que os posicionamentos para que seja consolidada a técnica e/ou métodos para a fiscalização da atuação e/ou a prática docente; a aplicabilidade do currículo e a própria evolução dos educandos não é tão somente papel de um só elemento. Vem se construindo a concepção e conceitos de que um colegiado pode contribuir visando promover a consolidação das legislações vigentes educacionais, como também a aplicabilidade de ações afins, contemplando a necessária transparência na efetivação dos recursos materiais e financeiros em prol das atividades escolares e educacionais.

Nessa conjuntura, ainda que se encontre a amenização, e em muitos casos a eliminação de problemáticas existentes no âmbito escolar e educacional nas três esferas acadêmica: municipal, estadual e federal, a proposta de efetivar o Conselho Escolar como ferramenta gestão participativa e/ou democrática pode moldar muitas perspectivas positivas sobre esta temática. (PARO, 2007).

Com tal perspectiva, e fundamentada através de concepções em outras estruturas de educação mundial, existem direcionamentos para consolidar um ensino em igualdade para todos, também promovendo a importância da participação da sociedade nas ações, como órgão fiscalizador do desenvolvimento e aplicação dos recursos envolvidos. Surge, portanto, a necessidade de um órgão específico que deve ser hipoteticamente constituído para contribuir com a aplicação da legislação vigente, como também com autonomia para fiscalizar os recursos a fins educacionais e escolares. Isso promove muitas discussões dos aspectos ainda em constante conflito com o entendimento sobre sua liberdade de atuação, e qual o direcionamento correto de se constituir um órgão que fosse independente de questões políticas e contraditórias ao entendimento do processo democrático existente no território brasileiro após a Constituição Federal de 1988.

Logo, o “Conselho” é a formação de um grupo de pessoas e/ou representantes de determinadas áreas dos Poderes Executivo, Legislativo e da Sociedade Civil (representantes de entidades não-governamentais que atuam em benefício a efetivação da legislação vigente escolar e educacional). Na educação brasileira, os conselhos de educação e escolar são formados para identificar, executar e fiscalizar ações contempladas em legislações vigentes, seguindo um padrão específico orientado pela legislação para o exercício de suas atividades. Há conselhos de educação que atuam diretamente até na

formação e fiscalização dos Projetos Político- pedagógicos, como é o caso do Conselho Municipal de Educação (CME), como também em conformidade com sua área de atuação, como por exemplo, os Conselhos Escolares (esse mais diretamente em atenção ao âmbito da área escolar).

Na atualidade, pode-se realçar a existência hierárquica dos seguintes “Conselhos” básicos na educação: Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Conselho Municipal de Educação (CME); e o Conselho Escolar (exclusivo à cada instituição de ensino público e/ou privado).

Com exceção do Conselho Nacional de Educação e o Conselho Escolar, todos possuem representantes dos segmentos da Sociedade Civil, formados por pares, ou seja, por exemplo, se existem três representantes governamentais deve, obrigatoriamente, existir três representantes não governamentais (ex. instituições e/ou órgãos que representam a comunidade: Associações de Bairro; Associações Filantrópicas que não sejam financiadas pelo Poder Público). Entretanto, há só representantes de Pais que são totalmente independentes, pois são esses que representam diretamente os alunos lotados nas escolas.

Sendo assim, por esse motivo, a preocupação em eleger como objeto de estudo a análise do papel e a funcionalidade do Conselho Escolar no ambiente educativo, democrático e participativo, sob o olhar dos paradigmas da educação do século XXI na Escola de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Junior (EREM Luiz Pereira Junior). Nesse sentido, o estudo tem como especificidade levar a frente uma discussão de como essa implica na Comunidade Escolar, sendo necessário, antes de tudo, pensar sobre o momento histórico no qual se está inserido; sobre os referenciais que são utilizados para o desenvolvimento do Conselho Escolar.

Vale ressaltar que a opção pelo tema resulta da compreensão que o processo de gestão democrática e participativa já vem há um longo tempo se destacando e propondo reflexões, apontamentos, na construção de ferramentas para contribuir no processo de ensino e aprendizagem e da evolução da própria escola com a comunidade na qual está inserida.

Assim, foram confeccionados discernimentos que contemplam conceitos e discussões acerca dos Conselhos de Educação, do Conselho Escolar, das legislações e das contextualizações existentes sobre a temática proposta.

No primeiro capítulo, intitulado como “Introdução”, são apresentadas as concepções iniciais que foram moldadas ainda no processo do projeto de pesquisa, em que esse foi avaliado e aprovado pelos docentes responsáveis pela aceitação da temática e de

todo o caminho a ser percorrido no processo da construção descritiva do estudo. Nesse capítulo, são abordados a problemática, os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados para a captura dos dados, tal como o processo para o discernimento dos dados coletados.

No segundo capítulo, encontra-se a Fundamentação Teórica, na qual foram levantados todos os requisitos para a construção dos questionários e questionamentos realizados aos participantes da pesquisa. Nesse capítulo também se encontram os discursos dos teóricos e filósofos que buscam acrescentar uma maior e melhor contribuição para a fomentação dos conceitos sobre os valores agregados na contemporaneidade aos Conselhos de Educação, conhecidos também como Conselhos de Direito e o Conselho Escolar. Esses referenciam os processos históricos e legais desde a constituição à funcionalidade, almejando assim sua total autonomia como bem mostram os autores que nesse capítulo se encontram.

Vale, ainda, expressar que esse capítulo faz menção a conceitos e comportamentos da Gestão Democrática e Participativa em conformidade com a visão que existe na legislação educacional brasileira. Assim aprofunda-se a discussão do estudo, com este pensamento relacionado à Gestão Escolar, utilizando destes essenciais conceituais na participação da família e da comunidade escolar para alcançar o que preconizam os documentos legais da educação brasileira em todo o seu território (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB no ano de 1995; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, no ano de 1998; e recentemente constituída a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no ano de 2018).

No terceiro capítulo, apresenta-se o olhar epistemológico sobre os Conselhos de Educação e o Escolar, a partir da viabilização da importância que se é, teoricamente, apresentada pelos autores. Evidencia-se que isso é a base da reflexão e caminho norteador aos discernimentos relacionados com a temática desse estudo. No quarto capítulo, são abordados propostas e argumentos que possam fortalecer os pressupostos teóricos levantados inicialmente. Assim, o capítulo está apresentado em duas partes: a apresentação dos resultados, onde se destacam os gráficos comparativos sob o olhar dos dados apresentados pelos participantes da pesquisa. Logo após, uma discussão dos resultados encontrados, buscando, assim, identificar quais foram os contraditórios na relação existente entre os conceitos e as práticas existentes no cotidiano da gestora, dos docentes e dos pais e/ou responsáveis da EREM Luiz Pereira Junior, em Caetés (PE).

Nas Conclusões, para poder melhor compreender os vários aspectos que configuram a percepção a qual aponta: a interferência política partidária, tal como as prerrogativas que fazem a Gestão Democrática e Participativa. Essas que não são consideradas dentro dos Conselhos de Educação e, principalmente, do Conselho Escolar pelos possíveis representantes. Logo, o estudo vem trazer novas discussões sob um olhar cada vez mais atento à inclusão de alterações na legislação e também no comportamento, deixando em evidência a plena contestação de que a mudança e o aprimoramento são necessários. Não somente isso, mas também a busca de um processo democrático mais vívido e realçado com requisitos para eliminar as interferências políticas e pessoais de gestões do Poder Público, independente da esfera que a escola esteja inserida.

Assim, o desenvolvimento desse estudo, em tese, foi confeccionado a partir de uma proposta na qual a ideia se firmou em dados que positivaram a necessidade de alteração de comportamentos e de legislações que ainda pregam a ausência da democracia e uma participação em um espaço onde se deve conviver e aprender a moldar futuros cidadãos.

Nesse sentido, os resultados alcançados fomentaram de forma sucinta referências sobre a temática proposta, tendo como propósito trazer comprovações dos objetivos elencados, bem como, resposta (s) ao problema em foco, elencando, ao final, sugestões e contribuições à temática em foco. Desse modo, não sendo um encerramento em si, propõe-se maior investigação, assumindo uma narrativa e descrição para reafirmar a relevância de reforço acadêmico, no alinhamento com as vertentes do processo tal como ocorre conforme comprovada pela coleta de dados e embasamento teórico.

Ademais, ainda se reflete concepções sobre o crescimento e desenvolvimento de práticas inadequadas ainda relacionadas à temática proposta, principalmente, para a não evolução a uma gestão democrática e participativa. Essa é condicionada a posicionamentos ainda sob o olhar de classes dominantes, que são apontadas por muitos teóricos e filósofos, como obstáculos e impedimentos contraditórios aos conceitos democráticos e participativos ao bem de uma comunidade escolar, a qual está inserida em uma sociedade tida como democrática.

Nessa vertente, compreende-se que o desejo de aprofundamento dos estudos sobre esta temática estão voltadas para a área da construção ideológica e a formação de propostas em interface com as políticas públicas que elencam a fomentação das concepções da gestão democrática e participativa. Logo, visualiza-se o entendimento de que, através do processo pedagógico, a formação de novas modalidades de desenvolvimento da gestão democrática e participativa vão direcionar inovações aos processos relacionados, e ainda em conflitos

com os gestores públicos e os gestores educacionais em todas as esferas no território brasileiro. Isso tomará como ponto de partida a inicialização de um olhar mais democrático, de fato e de direito, como participativos por todos da comunidade na qual a escola esteja inserida.

## 1.1 PROBLEMA

A partir das discussões anteriores, suscita-se a construção da ideologia sobre o processo democrático na educação, principalmente, para a formação de um comportamento e posicionamento que tenha qualidade, e que traga no seu processo evolutivo uma maior clareza no que se refere ao apoio aos profissionais da educação, como também a efetiva participação da sociedade em ações que viabilizem aos órgãos como os Conselhos Escolares uma maior e consagrada contribuição na fiscalização dos recursos ofertados pelo Governo Federal. Assim levanta-se que as condições de promover a qualificação dos profissionais da educação no exercício de suas atividades laborais tornam-se imprescindíveis, principalmente, quando em uma sociedade plenamente ativa e sempre condicionada ao exercício da cidadania visa trazer ao bojo das discussões importantes aspectos que são relacionados à autonomia necessária para o crescimento na comunidade escolar.

Portanto, ao observar as diretrizes básicas existentes para a formação dos Conselhos contidos na Educação brasileira, identifica-se a ausência do entendimento sobre a autonomia, como também qual o processo/ direcionamento que é necessário para que o Conselho efetive seu papel de órgão fiscalizador, já que ele é dependente de órgãos hierarquicamente superiores.

Diante disso, a questão norteadora que se formou para este estudo foi: **qual o papel do Conselho Escolar no ambiente educativo, democrático e participativo na educação no Século XXI?**

Especificamente, identificam-se questões dentro desse objeto investigativo. No entanto, a questão norteadora visa a observância da direção e o comportamento a ser seguido diante das propostas elencadas pelas políticas públicas, onde tem seus discernimentos através das dúvidas e obstáculos ainda existentes no próprio desenvolvimento das propostas e concepções acerca da má formação do conhecimento sobre Conselhos da Educação e do Conselho Escolar.

Para enaltecer ainda mais a pesquisa, e viabilizam sobre o papel dos conselhos, as questões secundárias foram formadas da seguinte forma:

1. Qual a importância em distinguir a continuidade que venha a ser outro ponto a ser discutido, visto que ainda se acredita que em um ambiente democrático e participativo pode encontrar uma construção dialética para a própria construção de uma escola, tendo como perspectiva inicial o que se discorre na Escola de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Junior, localizada no município de Caetés (PE)?
2. Como perceber a relevância da participação dos pais e/ou responsáveis na formação de um Conselho Escolar, lembrando que essa problemática é dependente de um olhar para o que se discorre com a família que está inserida em uma sociedade vista como democrática?
3. Quando se faz menção sobre democracia e participação, não se pode deixar de enaltecer que toda organização é vista e contemplada como uma política pública e sendo ela uma ferramenta para o desenvolvimento de ações, é necessária a formação de uma estrutura documental que seja a base norteadora à formação de um Conselho de Educação ou Escolar, realçando que esse último questionamento tem uma maior delimitação e regramento aos gestores municipais, demonstrando até subordinação aos ditados pela gestão que está no momento. Isso evidencia: qual a funcionalidade da legislação vigente para a operacionalidade dos Conselhos de Educação e do Conselho Escolar em uma instituição de Ensino Médio?
4. Ao longo dos anos, muito se destaca a importância de uma equipe pedagógica ativa e voltada para os preceitos necessários para um bom desenvolvimento das propostas elencadas pela Educação brasileira. Contudo, o que se questiona sobre esse relevância é: como se consolida a formação e o conhecimento da equipe gestora e dos docentes da instituição a qual tem como proposta operacionalizar um Conselho Escolar em uma instituição de Ensino Médio?

Sendo assim, o aprimoramento e os discernimentos acerca dos contextos que são as perguntas norteadoras desse estudo são identificados pela observação que inicialmente formaram a problemática relacionada e condicionada à formação de novos olhares, tal como a ressignificação da concepção de Conselhos da Educação e o Conselho Escolar.

Entende-se, inicialmente, que o Conselho Escolar, adotando o comportamento de um processo democrático de direito, onde o mesmo tem sua formação em conformidade com a legislação vigente, e que deixa em evidência a sua busca de promover uma relação positiva no processo do diálogo com a comunidade escolar, traz reflexões contraditórias

quando este órgão não é atuante, perfazendo assim mal estar entre todos que participam das ações que tem suas diretrizes relacionadas ao processo em busca da qualidade, eficiência e eficácia da educação brasileira, principalmente na esfera estadual, onde se observa que existe um distanciamento entre a Secretária de Educação do Estado ao Conselho Escola da escola.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O trabalho do Conselho Escolar, foco da pesquisa, traz reflexões importantes sobre quais são os momentos que efetivam as culminâncias de sua funcionalidade aos olhos da sociedade, pois na maioria das vezes, não se tem como transparência as atividades realizadas pelo órgão nas instituições de ensino público, provendo assim um olhar necessário à identificação do seu papel e funcionalidade em ambiente educativo democrático e participativo.

Diante do exposto, é importante a expressividade de se ter um trabalho que direcione as discussões sobre o papel dos Conselhos existentes na Educação, para primeiramente edificar uma proposta que dê aos gestores, educadores e sociedade uma maior visualização sobre quais as diretrizes de funcionamento de um órgão, e qual a composição dos seus objetivos.

Nessa conjuntura, é importante sempre realçar a importância dos Conselhos que:

Nenhuma escola existe sem eles ou está livre de seguir suas regras. Com funções que vão da autorização de funcionamento de instituições escolares até colaboração na elaboração de políticas públicas, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação podem parecer uma instância na burocracia da gestão escolar. Mas eles são articuladores da sociedade com o poder público. “Nessa perspectiva, os conselhos devem buscar, na sua esfera de competência, contribuir para que a Educação do sistema de ensino seja equânime e de qualidade”, afirma a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério de Educação (MEC), em seu site (SEMIS, 2018, p. 1).

A contextualização traz novamente ao bojo das discussões, que existe um papel importante dos Conselhos de Educação na compreensão da gestão configurada pelas políticas públicas como democrática, entretanto, a importância de se tratar sobre sua funcionalidade traz a efetivação de uma justificativa que poderá discernir o papel dos Conselhos de Educação, especificamente, o Conselho Escolar, como fonte de problemática que ainda não são apontadas pelos teóricos e textos que referenciam sobre esta temática, pois é muito substancial ressaltar que um modelo desenvolvimento em uma região talvez não seja eficiente e eficaz em outra.

A temática sobre a gestão democrática e participativa, principalmente, tendo como olhar direto a vivência em órgãos públicos em todas as esferas de governo, (federal, estadual e municipal), já vem de longa data sendo debatida sob diversas óticas e problemáticas existentes sobre a concepção de como democratizar, ou seja, como efetivar a participação da sociedade (população que não é efetivamente vinculada aos órgãos administrativos das gestões públicas) (ROMÃO NETTO, 2015). Na contemporaneidade, não com tanta assiduidade, pois fazendo neste momento menção de uma luta que vem desde o Governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que tinha como Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) os obstáculos relacionados com a participação da sociedade nos órgãos públicos já se vinha sendo questionada por inúmeros gestores públicos de todas as esferas. Nessa questão, vale realçar que neste mesmo período a transição política entre o fim do Regime Militar e a atual formação de uma nação com a evolução do Estado de Direito Democrático, fomentaram-se em grandes conflitos ideológicos e comportamentais, onde a aceitação do “poder do povo” na gestão de órgãos públicos ainda se configurava como uma dicotomia social e cultural (ROMÃO NETTO, 2015).

A equivalência de todos os esforços para que a sociedade (entenda-se comunidades socialmente e politicamente ativas e participativas) fosse mais participativa nas gestões públicas, principalmente nas municipais, que ainda se identificam a existência de maior confronto democrático, tal como ainda é existente as lacunas de uma participação mais ativa da sociedade, por questões políticas partidárias, como também por questões do individualismo de gestores públicos, traz conotações e reflexões sobre a importância de apresentar este estudo (ROMÃO NETTO, 2015).

Ao realizar leituras sobre comportamentos democráticos e participativos faz remeter à lembranças registradas nos livros da história social sobre as questões expostas e conflituosas que o então Ministro Bresser-Pereira buscou sanar durante a luta em favor a busca de uma gestão democrática e participativa. O direcionamento, ao identificar, ainda faz fomentar e tentar consolidar mais uma pesquisa que aponte a ausência da gestão participativa e principalmente democrática em uma escola pública, observando que se está em análise o comportamento e o conhecimento da comunidade escolar de uma instituição de ensino público que se coloca como referência de ensino público do Ensino Médio.

Todas as colocações que se entendeu desde a formação do Projeto de Pesquisa até o desenvolvimento e finalização deste estudo viabilizaram o entendimento de que isso não é uma abordagem inédita sobre a teoria, mas sim sobre a importância de justificar a forma

que se é abordada a execução do processo democrático e participativo. Dessa forma, ressignifica-se ainda mais o entendimento de que a gestão democrática e participativa de uma sociedade a qual expressa que vive um Estado Democrático de Direito pode estar corrompido, ou então esquecido da essência do comportamento democrático e participativo a qual os exemplos da história social, cultural e educacional registraram em seus anais.

Portanto, isso exposto, acredita-se que é fundamental elencar um estudo que se tenha um trato de buscar resposta às questões ainda abertas, discernindo sobre as reflexões que surgem na tentativa do desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o papel e funcionalidade do Conselho Escolar no ambiente educativo, democrático e participativo, sob o olhar dos paradigmas da educação do século XXI, na Escola de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Junior, município de Caetés (PE).

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar<sup>1</sup> a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo na Escola de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Junior, município de Caetés (PE);
- Debater<sup>1</sup> a formação da equipe gestora e docente da instituição e o discernimento a respeito de Conselho Escolar.
- Constatar<sup>1</sup> a relevância da participação dos pais e/ou responsáveis no Conselho Escolar tendo como foco a aplicabilidade da cidadania e da inédita essência da gestão democrática e participativa;
- Investigar<sup>1</sup> todos os documentos que operacionalizam o Conselho Escolar em escolas públicas no município de Caetés (PE);

---

<sup>1</sup> Verbos da Taxonomia de Bloom (<https://pt.slideshare.net/anedortiz/verbos-taxonomia-de-bloom>)

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

---

### 2.1 ESTADO DA ARTE: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DE CONSELHOS DA EDUCAÇÃO

Na atualidade, o mundo vem sendo contemplado com muitas mudanças conceituais e muitos comportamentos, principalmente, quando se é identificado que existem viés para a construção do saber sob as contribuições. A partir dessas, a Comunidade Escolar e a sociedade buscam fomentar objetivos em comum, facilitando assim as formas em que os agentes podem empoderar ações benéficas a todos através de sugestões e indicações de alterações necessárias.

Nesse sentido, o Estado da Arte contemporâneo no universo acadêmico visa demonstrar aspectos em que os conceitos de determinada área são expostos para viabilizar aos que estão identificando no seu trabalho um importante caminho a qual a pesquisa se realizou. Nesse caso, pode-se apoiar sob a concepção do Núcleo de Conhecimento (2021, p. 12) ao contextualizarem que o Estado da Arte,

[...] é para que você entenda quais são as linhas de pesquisa, para que você entenda até onde foi descoberto ou estudado determinado assunto, para que você não faça a mesma coisa e para que você possa conhecer a evolução de estudos sobre determinada temática.

Com isso, o processo evolutivo da pesquisa segue um olhar de inicialmente identificar os principais conceitos e visões sobre os Conselhos, relacionando-os com a essência encontrada no campo de pesquisa.

Salienta-se a importância de realçar o que diz o entendimento sobre conselho e concelho, ambas as formas utilizadas com frequência na atualidade. Segundo Valadares (2021) a palavra mais expressada é conselho, porém, a versão com “C” também existe. Conselho vem a ser a representação de uma opinião ou aviso, podendo ser considerado um grupo de pessoas que estão para indicar uma opinião para o coletivo. Já o Concelho vem a ser uma representação de uma regionalidade, um órgão, ou seja, é a formação de um conjunto de opiniões coletivas para serem apresentada a muitas pessoas, por exemplo, uma câmara, um distrito.

Assim, tendo como base conceitual o significado de que este trabalho visa apresentar como a opinião de um grupo de pessoas pode influenciar uma Comunidade Escolar, discute-se o Estado da Arte de um Conselho, ou seja, de educação ou escolar.

Um Conselho para o âmbito da educação tem em sua estrutura moldada divisões de esferas (federal, estadual e municipal), a qual atende diversas formas de contribuir socialmente e economicamente para a evolução da educação brasileira.

Partindo desse pressuposto, no Brasil se pode fomentar a seguinte ordem:

Quadro 1. Classificação de Conselhos da Educação

Denominação	Operacionalidade
Conselho Nacional de Educação	Nacional
Conselho Estadual de Educação	Estado
Conselho Municipal de Educação	Município
Conselho de Alimentação Escolar	Município
Conselho de Acompanhamento e Controle Social	Município
Conselho Escolar	Instituição de Ensino

Fonte: Dados do autor, 2022.

Segundo o Ministério da Educação do Brasil, o Conselho Nacional de Educação é o órgão que tem como prerrogativas a emissão de normas e regulamentos para os exercícios das atividades escolares no Brasil, assim o Ministério expressa sua missão e suas atribuições:

#### **Missão**

O CNE tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

#### **Atribuições**

As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Compete ao Conselho e às Câmaras exercerem as atribuições conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno (BRASIL, 2021, p. 1).

É importante destacar que nesse Conselho seus membros são compostos por representantes sempre nomeados em função de atender as necessidades do Governo, não é uma entidade que represente a categoria de docentes, mas sim os ideais do Governo Federal para os Estados e Municípios. Esse Conselho também direciona e operacionaliza as políticas públicas em função de atender as necessidades sociais e econômicas das escolas em todo o Brasil (exemplo: material didático e pedagógico, alimentação e transporte escolar que são verbas direcionadas diretamente aos municípios).

Ao fazer o levantamento para distinguir os entendimentos sobre os Conselhos Estaduais de Educação, observou-se que todos têm peculiaridades, contudo na sua maioria se configura a essência para,

[...] normatizar, fiscalizar e autorizar o funcionamento das escolas, emitir pareceres e deliberar sobre assuntos de natureza pedagógica, inclusive a regularização da vida escolar dos estudantes. Trata-se de um órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, sendo assegurado seu caráter público, sua constituição paritária e democrática e sua autonomia em relação ao Estado e às entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino (PERNAMBUCO, 2021, p. 1).

São nas Secretárias de Educação dos Estados, que os conselhos estaduais são agregados. As Secretárias viabilizam em seus portais a importância dos Conselhos, entretanto, não fomentam que sua operacionalidade sempre é viabilizada aos membros efetivos do Estado ou de Indicação, onde nitidamente é notória a ausência da Sociedade Civil na formação destas entidades.

Já os Conselhos Municipais agregados as Secretarias Municipais de Educação são entidades que atuam com representantes do Executivo, da Secretaria de Educação, dos Professores, da Sociedade Civil e representantes dos pais. Esses conselhos são os mais discursivos e que sempre estão sob o olhar dos gestores municipais, pois é através destes Conselhos que muitas políticas públicas viabilizam recursos para o município (SOUSA; LIMA, 2017).

Os Conselhos Escolares são fomentados nas instituições de ensino, é uma obrigatoriedade para que as secretarias de educação do município transfiram recursos. Esses conselhos são aqueles que somente atuam membros da Comunidade Escolar e representantes da comunidade escolar e comunidade local. Além do processo de transferência de renda, os Conselhos Escolares são os principais meios condutores de adequar o Projeto Político-Pedagógico das instituições na busca do bom desempenho dos educandos.

O Estado da Arte se configura justamente nesse tipo de Conselho, o Escolar, que em muitos casos tem papel relevante no processo pedagógico, tal como uma ferramenta que pode contribuir com a construção histórica do educando, como das propostas de evolução social, educacional e econômico da comunidade escolar.

Pode-se, a seguir, identificar o valor significativo do Conselho Escolar na visão direta de autores que contextualizam o processo de construção, manutenção e benefícios que o Conselho Escolar pode efetivar em uma instituição de ensino.

Para o Ministério da Educação os Conselhos de Educação retrata e contribuem com a relação necessária entre a sociedade, o Poder Público e o Estado, como também em situação o contato diretamente com a União. Exemplo são os Conselhos de Alimentação (CAE) e o do Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação Básica (CACS do FUNDEB).

Por outro lado, os Conselhos Escolares estão ligados diretamente aos Conselhos Estaduais de Educação, não sendo esses diretamente relacionados à Secretária de Educação, pois embora sejam, sempre agregados às escolas dos municípios esses não tem comunicação com as Secretarias de educação do município.

Essa autonomia viabiliza trazer a relevante participação do contexto social e democrático existente na importância de compor e desenvolver as atividades de Conselhos Escolares, demonstrando que existem peculiaridades positivas, como também não se pode ausentar a explicitação das negativas, visto que ainda não se há um consenso sobre a participação de todos no Conselho Escolar de uma unidade de ensino.

Sob esse viés, o processo do ambiente escolar também traz ao bojo das discussões importantes aspectos sobre o trabalho de contribuição à gestão da escola, visto que, como bem expressa Oliveira (2018, p. 97):

O sistema educacional é marcado por constantes mudanças em sua organização, diretrizes, normativas e políticas, que surgem e se modificam de acordo com o momento histórico vivenciado, contingentemente delimitam ou ampliam discussões com foco na educação e sua função social.

Isso demonstra que conforme as discussões surgem sobre como contribuir com a evolução do sistema educacional, os conselhos escolares também devem estar atrelados a essa movimentação, trazendo respostas sobre dois aspectos o interno (a escola) e o externo (a comunidade).

Os conselhos escolares representam a ação da comunidade na escola, o que possibilita que representantes do sistema educacional e da comunidade participem ativamente das tomadas de decisões, buscando, sobretudo, a evolução pessoal e profissional dos alunos. Nesse sentido, os conselhos se apresentam em perspectiva dialógica como o segundo fundamento da gestão democrática, representando a mais clara simbologia da autonomia atribuída à escola, seja ela na dimensão financeira, administrativa ou pedagógica (OLIVEIRA, 2018, p. 97).

Buscar sempre um processo em que se ocorra o entrosamento entre os aspectos teóricos e conceptivos da formação e prática de um Conselho Escolar, também dá a

concretização do pensamento sobre a importância que é ter um Conselho Escolar fortalecido com a comunidade, principalmente, observando o entendimento das reflexões de Ramos (2014, p. 14) ao externar que:

Os conselhos escolares apresentam-se tanto como projetos idealizados sem uma prática concreta, como em projetos sem amparo e normatizados na instância pública. Em algumas escolas, enquanto um desejo que se materializa aos poucos em pequenas ações que parecem não ter força para efetivação de um conselho escolar, em outras, temos um movimento forte de consolidação que pode ainda ser impulsionado por diferentes interesses políticos e oportunistas ou, por anseios de promoção de mudanças e contribuição efetiva para com o projeto educacional.

O desconhecimento da importância dos Conselhos Escolares, principalmente, no âmbito interno das unidades escolares, e dos gestores da educação, pode viabilizar a transformação decorrente a um desvio do reconhecimento à prática democrática, como também ao enriquecimento do poder existente em decisões em que a comunidade poderia contribuir melhor na formação cidadã daqueles que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Autores como Luiz e Gomes (2014, p. 23) viabilizam importantes aspectos sobre o comportamento descrente do papel do Conselho Escolar, e frisam:

A construção dos espaços democráticos na escola se fundamenta no diálogo participativo como método de desenvolvimento de respostas às demandas surgidas no dia a dia escolar. A participação fortalece relações e organiza atitudes e qualidades psicológicas nos sujeitos, no sentido de comprometerem-se com os objetivos da escola em determinadas circunstância [...]

O diálogo é fundamental para que o papel do Conselho Escolar não seja retratado de forma descontinuada, demonstrando que seu papel não tem relevância na efetivação até mesmo do Projeto Político Pedagógico (PPP), que embora se observe que nas escolas públicas, principalmente, não existe uma correlação entre a teoria e a prática descrita nesse instrumento, o Conselho Escolar pode também ser uma importante ferramenta entre o conceito de Gestão e o desenvolvimento das práticas democráticas.

Para que o Conselho Escolar não se torne um colegiado tutelado, é fundamental que ocorram mudanças na escola, visto que não adianta simplesmente convocar os educadores e a comunidade externa para participar, é preciso quebrar regras e normas rígidas que a escola, muitas vezes, impõe para dar espaço a posicionamentos mais reflexivos, com maior participação, de forma coletiva, evidencia-se o funcionamento do CE para a qualidade da educação (LUIZ; GOMES, 2014, p. 24).

A participação da comunidade atendida pela unidade escolar sempre será de fundamental condição à evolução, entretanto, se não houver o reconhecimento deste órgão como instrumento de condução ao processo colaborativo no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado, ocorrerão muitas perdas.

O reconhecimento de um órgão, por exemplo, requer um trabalho em que filosoficamente e estruturalmente ele se faça perceber seu papel diante a sociedade, tal como que os objetivos traçados sejam individualmente ou coletivamente agregados ao cotidiano em que esse órgão atua. No caso do Conselho Escolar, deve ocorrer entre seus membros e principalmente por aqueles que são condicionados a criá-los , valendo ressaltar que:

O não reconhecimento, ou o reconhecimento equivocado, acontece por meio de ações de desrespeito social. Nesta perspectiva, a luta por reconhecimento é motivada pela força moral que estimula os desenvolvimentos sociais. E não por autoproteção e por auto conservação (LUIZ; GOMES, 2014, p. 27).

A busca de trazer o Conselho Escolar como fonte de produtividade e de enriquecimento ao corpo docente, tal como ao discente vem de longa data sendo abordada em obras que viabilizam o crescimento social, cultural e de cidadania. Entretanto, ainda são existentes elementos físicos e abstratos que dificultam o processo de enraizamento dos Conselhos de Educação, visto que a manipulação ainda é efetivamente identificada.

Quando provocado o estado de arte sobre os Conselhos de Educação não se pode deixar de promover também o olhar sobre a incompreensão de gestores públicos e/ou legislativos que tendem a não reconhecer os Conselhos como ferramentas produtivas de democracia.

Pode-se observar que, já se é indicada a importância do desenvolvimento dos Conselhos, pois:

Conforme, Luiz, Risca e Junior (2013, p. 22) “Os conselhos escolares são parte de um esforço que visa à implantação e implementação de processos de democratização das decisões nas escolas públicas, através da participação da comunidade escolar e local na vida da escola.” Desta forma, “Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.” (NAVARRO, et al., 2010, p. 39). Hora (1994, p. 57) destaca ainda, que “[...] a criação do Conselho Escolar torna-se fundamental, pois o processo de discussão nas comunidades escolares implanta a ação com a co- responsabilidade de todos no processo educativo.” (NICARETTA, 2015, p. 26).

O olhar existente na apresentação de Nicaretta (2015) já deslumbra o espaço- tempo em que autores demonstram a importância do Conselho Escolar, frente à participação na gestão da escola, como também na perspectiva de valorizar os respectivos direcionamentos a problemáticas existentes no universo escolar.

Aduz ainda Gomes e Luiz (2014, p. 66) sobre essa temática afirmam que:

No Conselho Escolar é que se dá a confluência de agentes: gestores, docentes, trabalhadores, pais e/ou responsáveis, estudantes e comunidade de entorno, com vistas à atuação em sentido de tornar a escola um palco de construção e constituição de relações de natureza inclusiva e democráticas.

O Conselho Escolar se torna um brilho nos olhos daqueles que buscam democratizar a escola de forma que se entenda qual a conjuntura que se encontra a educação brasileira, diante o questionamento sobre o currículo escolar contemporâneo. Entretanto, é relevante destacar que existem incoerências na prática do exercício das atividades do Conselho Escolar, que tamanha é a preocupação que se faz na região Sul do país cursos específicos para o exercício de Conselheiros à Educação.

A formação oferecida pela UFSC em parceria com a SED/UNDIME/MEC11 ocorre na modalidade à distância e tem como um de seus principais atores o professor-tutor. Esse sujeito possui um papel fundamental no desenvolvimento do curso e na garantia da aprendizagem do aluno, propiciando espaços de construção coletiva de conhecimento, instrumentalizando o cursista com ferramentas para a sua atuação como multiplicador desses saberes; contribuindo significativamente para uma gestão cada vez mais participativa na escola (WENDHAUSEN, 2014, p. 66).

A oferta de cursos para fomentação de Conselhos Escolares ainda é muito escasso pelo país, principalmente, na região Nordeste, onde a educação é vista como um caminho básico e necessário para que o Brasil não entre em uma contextualização negativa aos olhos das organizações mundiais que condicionam ao país demandas de oportunidades que são condicionadas ao cumprimento de metas a serem cumpridas em acordo internacionais, entre elas as que mais se destacam é a saúde, educação e a economia (UNICEF BRASIL, 2021).

A busca de um espaço de confiança se torna indispensável para aqueles que estão em busca da efetivação democrática à educação, entretanto, nota-se que as dificuldades ainda existentes trazem condicionamentos mais políticos do que burocráticos para a efetivação das conquistas dos Conselhos Escolares.

Essa confiança necessária para a construção do saber, principalmente, sendo ele empírico, torna-se evidente quando se observa Wendhausen (2014, p. 66) externar a concepção de Martins (1991) sobre essa temática:

[...] um espaço de confiança e encontro; a primeira referência para encontrar o apoio e a ajuda de que necessita para sua aprendizagem; um ponto de equilíbrio para manter o ritmo de seus estudos; uma oportunidade para solicitar informações, esclarecer dúvidas, resolver problemas ou aconselhar-se; e a possibilidade de maior atenção com a Instituição de Ensino Superior e outros colegas.

Não seria tão contraditório à realidade existente, principalmente, no Nordeste, se as incoerências estruturais, desvios de verbas públicas para educação e a ausência da atuação dos Conselhos Escolares não permanecessem somente no ambiente das reuniões desses órgãos.

Os desafios dos Conselhos de Educação, e em especial do Conselho Escolar, viabiliza tentativas de corrigir o que é empírico na formação do processo da evolução educacional, principalmente, quando a perspectiva dentro do próprio conselho é negativa, ou seja, não há uma preparação para o fortalecimento da construção coletiva.

A individualização da sociedade, principalmente, das pessoas que estão a frente das gestões públicas que irregularmente não trazem um caminho produtivo e eficiente à educação vem transformando o que poderia ser o enriquecimento do Conselho Escolar em uma constante lacuna benéfica a pessoas que tratam o papel dos Conselhos com desinteresse no caminhar rumo a democracia.

Ribeiro (2018) reafirma em sua obra uma importante necessidade da efetivação da prática democrática de um Conselho Escolar, principalmente quando este é balizado sob uma condição a qual se é exposta a ausência da participação daqueles que deveriam contemplar e contextualizar essa prática.

[...] o Conselho Escolar tem um importante papel na escola, já que ele oportuniza e potencializa a participação da direção, dos professores, dos alunos, dos funcionários e da comunidade escolar, fazendo com que todos esses segmentos exerçam sua palavra dentro da escola e compartilhem o poder decisório, favorecendo assim, a prática efetiva da gestão democrática.

Diante disso, o espaço tempo e o estado da arte viabilizam que o Conselho Escolar devem ser um caminho perspectivo e produtivo para a democracia democrática e participativa sem conflitar os paradoxos da liberdade educacional.

## 2.2 CONSELHO ESCOLAR: FRUTO DA LUTA DEMOCRÁTICA PARA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Relacionar conteúdos sobre o processo histórico da formação dos conselhos escolares é supostamente identificar no processo da evolução educacional, importantes referências sobre as lutas que fomentaram um caminho e discursos, ainda, contemporaneamente, configurados como conflitos por gestores educacionais que não visam contribuir com o processo participativo e democrático.

A sociedade, diante de muitos conflitos ideológicos, também se coloca a demonstrar, através de suas ações e comportamentos, uma busca de alterar as consequências para não efetivar e estar em comum acordo com um universo ainda cercado de paradigmas conflitantes com as realidades existentes na edificação estrutural e comportamental para o processo de ensino e aprendizagem eficaz.

Assim, nesse capítulo se objetiva apresentar os conceitos fundamentais para a formação dos conselhos, demonstrando seu papel frente aos propósitos elencados à educação que visa promover um ambiente democrático e participativo, demonstrando assim o que a teoria fomenta para um processo consolidador do processo educacional com propostas apresentadas pelo conselho escolar.

### 2.2.1 A formação histórica e conceitual de um conselho escolar

Os conselhos escolares são vistos pelos especialistas e técnicos em educação como um órgão que tem, ou deveria ter, como meta traçar e viabilizar importantes questões no que se refere ao processo pedagógico e democrático no sistema de ensino (BRASIL, 2012).

Ao buscar fontes internacionais sobre esta temática encontrou-se, com muita surpresa que pouco existe nos manuais brasileiros sobre a educação da Europa e principalmente oriental. Esta tentativa visaria criar um olhar comparativo do sistema da formação dos conselhos escolares brasileiros com os de outros países que possuem uma configuração de educação exemplar, como bem apresentam relatórios da UNESCO<sup>2</sup> no que se referem os sistemas educacionais exemplares no mundo: Japão, a Finlândia, Singapura e a Alemanha. (UNIVERSIA, 2019; UNESCO, 2019)

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

## 2.2.2 Os modelos de Conselhos escolares pelo mundo

Entre os países de maior exemplo para a educação mundial, conforme a UNESCO, o Japão é o que se mais destaca no mundo pela sistemática disciplinar e conduta de respeito que seus estudantes por séculos expressam. O Conselho escolar japonês foi constituído ainda no século XVII, quando o Ministério da Educação Japonês tendo uma educação baseada no modelo estadounidense, trouxe o modelo mais centralizado da França para o seu sistema educacional.

A partir do século XIX, ou seja, quase dois séculos após a efetivação do sistema educacional, se cogitou a formulação dos Conselhos Escolares no sistema de ensino japonês.

Durante os períodos Taishō e início do Shōwa, de 1912 a 1937, o sistema educacional no Japão tornou-se cada vez mais centralizado. De 1917 a 1919, o governo criou o Conselho Extraordinário de Educação, que emitiu inúmeros relatórios e recomendações sobre a reforma educacional. Uma das principais ênfases do Conselho foi o ensino superior. Antes de 1918, "universidade" era sinônimo de "universidade imperial", mas como resultado do Conselho, muitas universidades privadas obtiveram status oficialmente reconhecido. O Conselho também introduziu subsídios para famílias pobres demais para pagar as mensalidades para a educação compulsória, e também pressionou por mais ênfase na educação moral (ZAMPIERON, 2020, p. 12).

Observa-se que o papel do Conselho Escolar japonês consolidou uma proposta que se encontra ainda em construção com o pensamento teórico existente no sistema educacional brasileiro na contemporaneidade, que consiste na contribuição à relação escola e comunidade. Não se está com a mesma perspectiva onde o processo econômico se é fomentado pelos japoneses, mas se identifica que a relação é importante para o desenvolvimento do sistema educacional, diante as formas para fortalecer o que é existente na formulação dos Conselhos Escolares.

Isso também muito se observa no processo histórico da formação da educação japonesa já nos moldes em que ele foi formulado, reformulado e em determinado momento recriado para se adequar com a realidade capitalista que estava sendo necessária para o país iniciar sua trajetória a modernidade. É importante ressaltar, que ainda se identifica no Japão a ocorrência, mesmo com toda a tecnologia existente e oriunda daquela nação, conceitos e moldes feudais que são a base cultural de muitas realidades na sociedade japonesa (ZAMPIERON, 2020).

Diferentemente dos sistemas educacionais do Ocidente, o nipônico foi recriado, [...], quase na íntegra e, excetuando-se algumas instituições missionárias e

universidades privadas que não se comparavam em prestígio às universidades imperiais, ele estava em grande parte submetido ao controle do governo. Naquele país, [...], a educação foi considerada, antes de tudo, um instrumento do governo para treinar cidadãos obedientes e confiáveis nas várias habilidades requeridas pelo Estado (ZAMPIERON, 2020, p. 13).

Esses importantes aspectos na cultura nipônica viabilizam até o presente momento um rol de oportunidades que o Conselho Escolar da educação japonesa consolida.

Outro importante país que se destaca para iniciar o processo reflexivo sobre os Conselhos Escolares é a Alemanha.

### **2.2.3 Concepções para implementação de Conselhos**

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares<sup>3</sup> tem por objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática (BRASIL, 2018).

Aos conselhos escolares cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação (BRASIL, 2018).

Muitos desafios ainda são enfrentados para formação de Conselhos de Educação e Escolares, entretanto, vem se destacando que na maioria das vezes o processo político e social vem se tornando um alicerce para constituição dos conselhos, visto que é frequente discussões que não existe uma democratização nos conselhos, mais sim um “jogo de cartas marcadas” para manipular as prestações de contas dos recursos oriundos do Governo Federal.

---

<sup>3</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática. (BRASIL,2021)

Os protagonistas que mais se destacam à constituição dos Conselhos de Educação são os representantes de cada segmento que constituem a escola, a comunidade a qual ela está inserida, como também áreas que são correlacionadas com a educação.

#### **2.2.4 Protagonistas que efetivam as ações democráticas e participativas**

Entre muitas das legislações vigentes, e sendo reformuladas através de políticas direcionadas para o desenvolvimento das ações educacionais nas instituições de ensino se identifica que a literatura não faz discursos sobre a forma de fomentar Conselhos atuantes, ou representantes com maior grau de criticidade sobre as ações apontadas pelos Conselhos.

Partindo do princípio, por exemplo, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), seus membros devem ser constituídos a partir da legislação vigente de âmbito federal. Os estados e municípios tem como modelo orientador a legislação a qual o Poder Legislativo deve aceitar e/ou acrescentar possibilidades positivas. Existem ocorrências, por exemplo, em que uma Câmara do Município tentou alterar uma cláusula do tempo de duração do mandato dos membros do Conselho de Educação da lei que cria o Conselho de Educação.

A Lei aprovada pela Câmara, com a alteração proposta por Vereador que era aliado do Gestor Público, ao ser enviado ao Ministério da Educação, que já havia solicitado alterações devido a legislação ter um tempo superior a 20 (vinte) anos já não se possibilitava estar em consonância com a realidade e a legislação vigente do Governo Federal. Enfim, o órgão rejeitou as alterações realizadas, e teve como resultado o bloqueio do recurso para o município até serem realizadas as devidas correções e enquadramentos à legislação do Governo Federal (CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2018).

#### **2.2.5 Legislação sobre Conselhos de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases**

Os textos legais elaborados para contribuir com a operacionalidade e desenvolvimento das atividades à educação, no âmbito dos conselhos de educação e escolar visam condicionar os municípios a promover ações para serem beneficiados com os recursos financeiros ofertados pelo Governo Federal (FONTALINI, 2010).

Consideradas como políticas públicas, as Leis de âmbito federal que orientam a constituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS/FUNDEB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino sejam responsáveis por definir as

normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e observando os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Estes são, também, objetivos do Plano Nacional de Educação – PNE (aprovado pela Lei nº 10.172/2001) que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, normal e profissional (BRASIL, 1996, p. 15).

A observação necessária sobre as legislações vigentes devem estar sempre se discorrendo paralelamente, principalmente que o conhecimento sobre os conselhos de Educação e o Conselho Escolar possui peculiaridade que no âmbito educativo podem dar sugestivas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, fomentando até mesmo a essência das concepções associativas e de participação.

### 2.3 O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A relevância do processo de democratização no interior das instituições públicas seja de cunho municipal e/ou estadual de educação tem ganhado um destaque muito grande, e com isso a perspectiva da relação entre escola, família e comunidade têm sido tratadas como o ponto de partida em muitos estudos sociais, educacionais e econômicos. Frequentemente, essas relações têm sido caracterizadas por laços de “autoridade” por parte da instituição escolar, que muitas vezes, mais se assemelham a laços de autoritarismo. Isso ocorre devido ao espaço que a escola ocupa, na concepção da contextualização contemporânea familiar, que vem é caracterizada no entendimento da direção e decisões a serem tomados sobre seus próprios filhos frente às condições socioeconômicas contemporâneas.

Apesar disso, as relações têm sido transformadas, se não na prática, pelo menos no plano das recomendações, pois a política do Governo Federal “Educação para Todos” trouxe à tona o modelo da inclusão e com isso, a importância de se analisar o envolvimento da sociedade nos acontecimentos educacionais, principalmente a comunidade escolar e dentre elas a família (UNESCO, 2015).

Assim, a família passa a adquirir outro status nesses processos: o status de quem não apenas é fonte de origem do aluno, mas também o de quem abastecer as primeiras formas de relações educativas, ainda que num ambiente não escolar.

A escola passa por um processo avaliativo, quanto a sua forma de organização, tanto no sentido de suas respostas às necessidades educacionais dos alunos, quanto no sentido de sua própria identidade enquanto instituição social.

A escola tem um papel social de fundamental importância, podendo tornar-se um lugar de vivências de prazer, de cultura e de ciência, onde a ética e a justiça norteiam as ações, tornando-se um dos instrumentos de superação da dominação social, econômica e cultural. (FERNANDES, 2002, p.114).

Nesse sentido, este estudo constitui-se na síntese dos resultados de uma pesquisa que analisou e refletiu sobre a interação entre Gestão Escolar, Família e Comunidade, observando o fortalecimento de uma gestão que beneficie o processo de desenvolvimento de todos os atores.

Com um olhar de observação, o Brasil se caracteriza como país emergente com vários problemas de desigualdades tais como: fome, pobreza, exclusão social, pobreza política, política compensatória, cujas causas advêm da má distribuição de renda. No âmbito desse contexto de disparidades sociais, a escola tem um papel fundamental na vida da sociedade que se deseja logo uma gestão que viabilize a evolução dos membros da comunidade local, de forma que as partes que se inserem nesse contexto estejam em equilíbrio e o planejamento da escola consiga atender as necessidades da comunidade interna e externa.

Tendo como pressuposto que a escola é o lugar onde, na maioria das vezes, são vistas as necessidades de educação familiar, sendo o professor o ator principal na formação do cidadão e da sociedade que se quer ter para o presente e futuras gerações, ou seja, a escola tem uma função na sociedade, como um mecanismo de controle social, que construirá novos membros com menos problemas aos olhos do contexto social. Ou seja, nessa perspectiva também se pode ver se a escola como contribuição para a relação com a comunidade (BOTLER; LIMA; DIAS, 2012).

As lutas pelo comportamento democrático na educação têm passado por várias mudanças, principalmente, na forma de gestão de instituições, pois atualmente as políticas públicas estão organizadas por meio de repasse de responsabilidades, ou seja, o pensamento da corresponsabilidade para fortalecimento do coletivo e conseqüentemente a autonomia escolar (UNESCO, 2015).

Nessa perspectiva, pensar em descentralização e autonomia na escola é pensar em uma gestão escolar, que está associada a declaração de mecanismos legais e organização

de ações que incentiva a participação social no planejamento, na tomada de decisões, na definição do uso de recurso.

Observar que uma gestão com a participação é o primeiro passo para concretização de uma gestão democrática é capaz de garantir os direitos dos cidadãos, como bem explica Carneiro (2016, p. 52):

Além da necessidade “econômica” da participação, há também a necessidade “política” da mesma no sentido de que as estratégias altamente centralizadas têm fracassado na mobilização de recursos econômicos e no desenvolvimento da iniciativa própria para tomar decisões em nível local [...]

Acredita-se que a participação da família na escola é um fator primordial para o bom desenvolvimento das ações escolares. A escola precisa estar ligada à ideia de democracia e cidadania, pois é necessário que a escola reconheça e respeite os interesses e perspectivas particulares da sua comunidade e especial dos seus atores internos e externos.

Paro (2005, p.13) afirma que: “Não basta permitir formalmente que os pais participem da administração da escola: é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação”.

Sendo assim, é preciso que a gestão escolar crie condições para que haja a participação da família na escola, pois só com ampla participação é que poderá gerar condições para o exercício pleno da liberdade, concretizando possivelmente uma escola democrática, pois “Democracia se faz na prática”, como afirma Paro (2005, p.18). Em nenhum discurso será possível a prática da democracia, porque essa se concretiza nas ações desenvolvidas pelo humano, é na interação, nas relações estabelecidas pela sociedade.

Nesse sentido, a Escola desenvolve um papel extremamente importante, ela deverá ser a mentora, a provocadora dos encontros, entre família e escola, na busca da efetivação da democracia e no fortalecimento da parceria.

### **2.3.1 Gestão escolar democrática e participativa na escola**

A gestão democrática e participativa são tipos de administração que são limitadas a proporcionar reflexões, como também promover nos gestores das escolas comportamentos que visam trazer problemáticas aos gestores municipais, como também aos secretários (as) de educação.

A busca dos procedimentos benéficos, como também da qualidade no desenvolvimento destas gestões, tem influências enriquecedoras, contudo, como se observa

na literatura há situações onde o equívoco da aplicabilidade em uma sociedade não preparada teoricamente sobre estes tipos de gestão condiciona a pensamentos que são vistos como desordem e falta de responsabilidade dos gestores escolares.

O estudo sobre as gestões também viabiliza os entendimentos de questões constantemente discutidas na elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos que tentam firmar o compromisso exigido desde os primeiros Planos Nacionais de Educação, assim como as políticas públicas constituídas através dos documentos orientadores ofertados pelo Ministério da Educação.

### **2.3.2 Gestão Escolar Democrática**

A Gestão Escolar Democrática é formada por alguns componentes básicos que fazem toda diferença na sua funcionalidade, tais como: composição do Conselho Escolar, elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira que atenda às necessidades de todos os atores envolvidas no processo em benefício à educação, na fiscalização das verbas escolares pela comunidade, transparência na prestação de contas, avaliação institucional da escola, e eleição direta para gestor.

Pode-se ainda fazer uma reflexão sobre a importância no processo de interação social, voltada para a gestão democrática e participativa no convívio das relações no trabalho.

Frente ao jogo democrático atribuído ao trio pedagógico como: diretor, (gestor) supervisor (escolar) e coordenador (pedagógico), que em uma visão dinâmica se configuram como agentes multiplicadores da educação, facilitadores do conhecimento e da aprendizagem. Podem-se construir estruturas reflexivas que dão um sentido ao trabalho da Gestão.

Essa ideia vem se fortalecendo com a formação como dos responsáveis pela educação ao construir suas estruturas e conhecimentos pautados na aprendizagem e na excelência da equipe gestora. Equipe essa que favorece a escolha democrática da gestão escolar numa perspectiva em termos pedagógicos e administrativos institucionais.

Para tanto, a reflexão de pensar em dialogo e trazer as necessidades ao fortalecimento da Escola e dos recursos humanos que estão em volta dela, o dialogo vem a ser uma importante ferramenta para a aquisição e discorrimento de práticas administrativas e pedagógicas no ambiente à uma educação democrática e popularizada (ESTEBAN, 2007)

Neste sentido, a escola com uma gestão pautada em um sujeito sozinho, não pode ser democrática, mas estar sujeita as políticas públicas da educação, das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

Até então, tem reservado o direito atribuído ao gestor administrativo municipal (prefeito) às competências específicas na execução para a nomeação de agentes pedagógicos para o exercício de cargos públicos ou comissionados de escolas de grande e pequeno porte.

Portanto, vale ressaltar que os paradigmas da educação voltados à prática pedagógica do cotidiano, da equipe gestora, necessariamente seja pautada a luz dos valores democráticos. E isso independe da nomeação da equipe gestora, mas, da formação pedagógica da mesma.

Ao ocorrer à associação na a relação interativa entre o que ocorre aos três elementos centrados na Gestão Escolar anteriormente mencionada apresentada pelos: gestor, supervisor e coordenador pedagógicos, há uma afetividade entre os membros em vista dos dois segmentos associados ao organograma postulado.

Compete ainda associar a esta equipe gestora, a estimulação aos demais funcionários pelo desempenho do serviço prestado, junto à comunidade escolar e fazer acreditar que os objetivos planejados serão alcançados pelo zelo do serviço executado por todos. Sejam serviços burocráticos e administrativos prestados por cada um dos membros ali inseridos.

Satisfatoriamente, a educação não nos permite pensar, criar gestores, profissionais da educação incompetentes e ineficientes. Mas sim, profissionais que atuem no cenário educacional de forma equilibrada e coerente formada por uma equipe que atuem junto aos familiares e demais funcionários. Equipes capazes de transmitir esperança para uma clientela cada vez mais desacreditada, fragmentada na construção de valores éticos. Portanto, vale ressaltar as considerações de que construir uma gestão escolar sozinho, já não condiz com os anseios sociopolíticos, éticos e críticos almejada na atualidade (LOPES, 2010).

### **2.3.3 Gestão Escolar Participativa**

A Gestão Escolar Participativa tem em sua essência toda dinâmica voltada para o sucesso no processo do trabalho coletivo de forma participativa, dentro e fora da estrutura moldada pelos segmentos inter-relacionais da escola e comunidade.

Vale observar que a gestão mencionada implica na atuação participativa, representada de forma redundante nos termos legais de sua execução, tanto no que se refere ao monitoramento de ações e avaliações visando o melhoramento de resultados do processo educativo, como sobre os valores éticos representados neste esquema pedagógico e participativo.

É importante registrar as características de uma gestão participativa, para assim dar-se uma reflexão maior entre o comportamento da Gestão Escolar em uma instituição de ensino.

Observa-se que ocorrem flexões e direcionamentos dos valores humanos, representados neste esquema de forma a interagir uma com a outra, em um jogo organizado e todo harmonioso, voltado para os princípios dimensionais da educação. Evidentemente, que se desenvolve uma orientação de forma democrática e participativa pela gestão escolar, tanto pela ação, como pela prática que a exerce em torno da mesma. Esses são suportes para a aquisição de valores substanciais, denominados como: ética, solidariedade e compromisso.

De forma sucinta, pode-se apontar que a ética é representada mediante a ação orientada pelo respeito ao ser humano, às instituições sociais e aos elevados valores necessárias ao desenvolvimento da sociedade com qualidade de vida, que se faz traduzir nas ações de cada um. De acordo com esse valor, a ação participativa é orientada pelo cuidado e atenção aos interesses humanos e sociais de uma gestão escolar participativa.

A solidariedade é manifestada pelo reconhecimento do valor inerente a cada pessoa nas condições de troca e reciprocidade.

O compromisso remete traduzir a ação dos envolvidos no processo pedagógico rotativo, focado e identificado com os valores e princípios básicos da vida humana. Pressupõe, portanto, o entendimento pleno dessas questões e o empenho pela sua realização, traduzida em melhor aprendizagem para os alunos.

Portanto, a ação participativa segundo Lück (2011), é conduzida pela promoção solidária da participação com todos os atores da comunidade escolar, sejam diretores, coordenadores, supervisores, professores, alunos e familiares. Todos comprometidos com os valores vividos e vivenciados na escola pela gestão participativa e democrática.

Vale salientar que a participação de todos, nos diferentes níveis das atividades, faz a diferença. É válido certificar que o trabalho eficiente e eficaz traduz o desempenho dentro e fora da organização, como processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão.

Ainda nessa questão, é importante salientar que a comunidade escolar vem sendo, nestes últimos anos, provocada a incluir a sociedade como parte integrante de ações que interajam na relação socioeconômica dos educandos, proporcionando assim uma viabilidade de educação na construção do ambiente a qual está inserida a instituição de ensino (BRASIL, 2015).

## 2.4 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

A interação entre família e escola é imprescindível para o desenvolvimento qualitativo da aprendizagem do aluno. Ambas têm a incumbência de educar sendo parceiras na formação do cidadão para atuação na sociedade.

Constata-se que instituições escolares que aderem à participação dos pais e da comunidade, no projeto político pedagógico e projetos sociais da escola tem uma diminuição significativa da evasão e violência escolar, pois cada instituição cumpre com seu papel nessa parceria, sem transferir as responsabilidades que competem a cada uma, no intuito de favorecer parte mais importante dessa relação que é o educando.

A escola tida como instituição formal tem como encargo promover a socialização dos alunos promoverem sua formação, e ainda, atualizá-los, ensiná-los, orientá-los e educá-los, meios pelos quais os possibilita transformar a sociedade.

A família por sua vez, vista como instituição informal, cabe-lhe iniciar a educação das crianças, ensinando-lhes ou transmitindo-lhe valores como: caráter, formação moral, carinho, companheirismo, acolhimento, obediência, etc., que desde cedo são assimilados por elas.

Portanto, família e escola têm objetivos comuns, proporcionar aos filhos e alunos uma educação que beneficie, tanto o desenvolvimento cognitivo como o desenvolvimento biológico e emocional das crianças e adolescentes, uma vez que as mesmas sentem-se seguras e protegidas.

Acredita-se na família como base, que desenvolve em seus membros, uma aprendizagem de valores para que venha refletir no meio social. É na busca de respostas para as situações vividas na escola, onde na sala de aula enfrenta os mais diversos desafios no ensino/aprendizagem e na disciplina escolar, que necessitamos de explicações para mudar a forma de ensinar, fazendo a inclusão de alunos que por vários motivos, não alcançam os objetivos pedagógicos.

Há indícios de que o envolvimento da família aumenta de forma significativa às oportunidades de aprendizado para todos os estudantes, e de forma especial e fundamental

para aqueles que se encontra em situações de risco. Em contrapartida, os pais dos estudantes, inclusive dos mais necessitados, geralmente relutam em se envolver com o aprendizado e desempenho dos seus filhos na escola. Para reverter este quadro, as escolas e comunidades devem construir meios e motivações, com o propósito de gerar estratégias que promovam o envolvimento dos familiares e uma conseqüente melhoria na construção do saber. É debater, é despertar nos pais a importância da parceria, escola e família, no crescimento e aprendizagem dos filhos para juntos acontecer à qualidade do ensino na educação como um todo.

Sobre a legislação vigente que promove a integração na construção da relação entre a gestão escolar com os atos administrativos de uma instituição de ensino se pode observar que Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.9394/96 afirma em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Com esse olhar sobre o desenvolvimento integral, é necessário levar em conta os diversos contextos em que a criança se encontra. Atualmente, a criança é vista:

Como sujeito social ou, desde muito cedo, agente construtor de conhecimento e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca do conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe como independência seus itinerários de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005, p.81).

A escola, porém, é uma instituição que complementa a família nas questões educacionais e, como tal, precisa ser um local agradável e também afetivo para a criança. Assim sendo, a família e a escola podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem, deixando claro que os papéis da família e da escola são distintos, havendo responsabilidade e objetivos comuns entre elas.

Quando a família atua em parceria com a escola, quem ganha é a criança, embora os pais também se beneficiem, pois ganham autoconfiança a respeito do seu papel e, para que isso seja possível, a comunicação entre a família e escola deve ser aberta, permanente e construtiva.

A escola, portanto, necessita do apoio da família, pois ela precisa saber sobre sua dinâmica, para poder respeitá-la, orientá-la e compreendê-la, para depois, após um diálogo aberto e franco, intervir, se necessário, em relação às atitudes da criança. A boa relação

entre família e escola impulsiona uma soma de ações que conduzem pais e gestores (diretor, pedagogo, professor, secretários, entre outros) a praticar o diálogo uns com os outros, a superar a divergência de opiniões e a compreender o papel de cada um nessa relação. E educação é, sem dúvida, complexa demais, portanto exige a parceria entre família e escola. Essa parceria deve se efetivar no respeito mútuo, em que as funções de cada instituição sejam consideradas, mas que cada uma delas (família e escola) se conscientize da sua importância para o desenvolvimento integral da criança.

A presença dos pais na escola é um gesto de apoio aos esforços da escola. Às reuniões individuais, entre professores e pais, quando possível, é uma rica oportunidade para alimentar a parceria entre família e escola, cujo objetivo é o mesmo (o processo de aprendizagem da criança). A colaboração com a escola na educação dos filhos é de fundamental importância.

Os pais são os protagonistas dessa educação e, portanto, não podem, em nenhum momento, afastar-se desse processo, frente a obrigatoriedade da legislação vigente, como também um dos princípios que dá à criança o "[...] direito de receber educação primária gratuita, e também de qualidade, para que possa ter oportunidades iguais para desenvolver suas habilidades" (ONU, 1959, p. 2).

Com as crianças chegando cada vez mais cedo às salas de aula das instituições de ensino, parece que esse direito vem sendo respeitado.

A escola representa, então, um significativo meio de convívio social, favorecendo as relações humanas. É bom lembrar que, como brincar também é um jeito gostoso de aprender, as crianças têm todo o direito de brincar e se divertir em casa e na escola.

Se for concedido à criança o direito ao acesso à escola, com educação de qualidade, é preciso que ela compreenda que, a esse direito, corresponde o dever de estudar. Para que ela desenvolva da melhor forma os seus estudos, se faz necessário que, desde muito cedo aprenda a cultivar alguns hábitos que facilitarão essa tarefa. Por exemplo, cuidar do seu material escolar, não faltar às aulas, fazer as tarefas de casa.

A escola é o espaço, por excelência, para a transmissão do conhecimento, e cabe ao aluno valorizar esse espaço e as oportunidades que ele oferece. É importante que lhe seja ensinado que, além de levar a sério os seus momentos de estudo, precisa cultivar atitudes de respeito para com os professores e outros funcionários da escola. Família e escola têm papel formador e, como são espaços de convivência, devem estar atentos ao exercício da cidadania. Cada uma precisa realizar, conscientemente, sua função, que é a de formar

indivíduos autônomos intelectual e moralmente, dotando-os de espírito crítico e senso de cidadania, para que possam exercer seus direitos e deveres de forma livre, consciente e autônoma.

É vivendo em grupo que as crianças aprendem a considerar as diferenças individuais e coletiva, respeitando o outro e a se mesmo, bem como sendo conhecedor dos seus direitos e deveres.

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da cidadania e autonomia, por ser um local onde a criança convive com o outro da mesma faixa etária e com quem tem relação de igual para igual.

A formação das gerações para o coletivo, para o respeito ao outro, começa muito cedo na família e se complementa na escola. Escola e família devem buscar reconstruir suas relações de autoridade. Buscar o respeito das crianças, adolescentes e jovens, permitindo que a criança compreenda a cidadania como exercício de direitos e deveres e que incorpore no seu dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação, respeito.

Educar para a liberdade é ter certeza de que o filho saberá exercitar seus direitos e deveres quando tiver que tomar decisões de forma autônoma.

Se a criança cresce em um ambiente em que os adultos exercem de forma consciente os deveres, ela tenderá a repetir esse exemplo.

## 2.5 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA

É importante destacar que as concepções e contextualizações, frente aos desafios que a contemporaneidade vem desenvolvendo estão na visualização da participação de todos os atores e elementos que foram uma sociedade que viabiliza o entendimento da formação cidadã.

O crescimento ideológico está a cada momento trazendo e reformulando as concepções de que os atores que estão diretamente envolvidos, principalmente, pelo lado de fora da escola, vem ultrapassando esses limites, visto que o entendimento sobre esta temática está muito expresso na perspectiva de:

[...] baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso, a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. Por que concreta? Porque o concreto (cum crescere, do latim, é “crescer com”) é o que nasce com e que cresce com o outro (CURY, 2016, p. 8).

Os aspectos que estão relacionados a estas perspectivas viabilizam também outro marco relevante no comportamento dos atores que fazem da Escola elemento primordial ao crescimento da sociedade, visto que embora não se tenha um direcionamento com uma maior rigorosidade através de políticas públicas, bem se observa o empenho da comunidade externa não se limitar aos muros da escola.

Observando principalmente que,

[...] é necessário salientar que não deve apenas formular e planejar possibilidades para a participação coletiva nos processos de tomadas de decisões, mas também sustentar ambientes propícios para tal participação com o intuito de favorecer a prática da gestão democrática e participativa no cotidiano escolar, visto que, para um funcionamento eficaz das instituições escolares, é fundamental a implantação de vários mecanismos nas quais garantam a efetivação da gestão participativa, tais como: os conselhos escolares, escolha dos diretores, associações de pais e mestres dentre outros, construídos de forma coletiva no contexto educacional, como um ato político, uma vez que favorece a participação de todos os atores sociais que formam a instituição educacional (LISBOA, 2014, p, 12).

Com todo este contexto passa a se configurar uma relevância no processo de desenvolver estudos específicos que viabilizem o processo de aprimorar e ultrapassar as perspectivas ainda amarradas a concepções arcaicas e que devem ser descartadas com a evolução da relação entre os atores para a construção de uma participação mais ativa, principalmente da comunidade externa na escola.

## 2.6 OS CONSELHOS ESCOLARES E O PAPEL DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

A construção metodológica e ideológica sobre os Conselhos escolares traz desde a década de 80 do século passado importantes discussões acerca do papel dos gestores, como também da comunidade.

Entretanto, todo e qualquer assunto relacionado sobre a temática do conselho escolar não está direcionada especificamente aos pais, e sim à comunidade escolar, a qual os pais também estão inseridos para a elaboração de uma operacionalidade que atenda especificidades sobre, como também ao desenvolvimento de ações, principalmente aquelas que estão ligadas ao papel e cuidados necessários para que os fundos educacionais sejam bem aplicados.

Quando se é observado o papel dos pais e/ou responsáveis em questões social e econômicas, principalmente na participação dos principais Conselhos de Educação (CAE, FUNDEB e Municipal de Educação) atentam-se em comportamentos onde gestões

municipais e estaduais ditam atividades dificultando o desenvolvimento e ações dos Conselhos, e principalmente a questão da participação ativa dos conselheiros.

Um sítio educacional que visa promover a conscientização, tal como informar quais os comportamentos necessários para que os pais e/ou responsáveis pelas crianças lotadas nas escolas públicas traz uma reflexão importante sobre a participação, onde expressa:

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é fundamental para garantir a qualidade da Educação. Candidatar-se a uma vaga em Conselhos Escolares é uma boa forma de acompanhar o trabalho feito pelos gestores, docentes e funcionários da escola e de se envolver diretamente nas decisões que serão tomadas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 1).

Entretanto, tal citação não ocorre de maneira eficaz, mais sim de maneira vazia e manipulável.

Vem se observando que os pais, que se encontram nos Conselhos de Educação e Escolares, em geral são simpatizantes ou aceitam o que os representantes da gestão que estão nos conselhos demandam, promovendo assim uma série de questionamentos, como também a falsa imagem de zelo com as políticas públicas para operacionalidade dos Conselhos Escolares.

É relevante ressaltar que:

O Conselho é responsável por zelar pela manutenção e por participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. Além disso, tem um papel fundamental na democratização da Educação. A meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) propõe estratégias para assegurar condições a gestão democrática da educação. Uma dessas estratégias é justamente a formação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. O texto ressalta a necessidade da articulação do Conselho Escolar com os outros órgãos colegiados, de forma que ele seja o aglutinador das demandas e encaminhamentos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018, p. 6).

Proporcionar reflexões e comportamentos a qual tragam os conselheiros a serem mais efetivos, condiciona, principalmente pelos pais e/ou responsáveis de crianças que estão lotadas em escolas públicas peculiaridades ainda não realçadas e observadas pelos órgãos de fiscalização que atuam sob os Conselhos Escolares.

Os pais e responsáveis ainda são vítimas de manipulações, já que a maioria detém um minúsculo conhecimento da legislação vigente sobre os conhecimentos e de que forma podem atuar.

A importância dos pais no processo, tanto na formação do Conselho Escolar, como também na atuação dos Conselhos Escolares tem relevância significativa. Neste momento

urgir o entendimento sobre quais os conselheiros passa a ter sentido norteador para identificação do quanto o trabalho do conselheiro que representa os pais se faz provedor de benefícios, não só aos alunos, mas à comunidade escolar e a comunidade a qual a escola está inserida.

As contribuições que podem ser efetivadas pelos pais em um Conselho Escolar são da maior importância social e econômicas possíveis, contudo, é importante a ressalva da mensura que são impostas aos conselheiros nas escolas, pois a literatura não aponta fatos e ocorrências vivenciadas por estes conselheiros.

A abordagem geralmente relacionada aos conselheiros, focando a categorias dos pais e/ou responsáveis de alunos das escolas públicas são de que as legislações vigentes dão prerrogativas importantes, contudo, há um “bloqueio” na efetivação de suas funções. Os bloqueios aparentemente viabilizam comportamentos de gestores que se apoderam de situações da vulnerabilidade social e econômica em que os pais vivem, demonstrando que há um, também, aproveitamento da ausência do conhecimento sobre a legislação (direitos e deveres) específica aos conselheiros.

É importante destacar uma possível existência de discussões, não abertas ao público geral, em que nos Conselhos de Educação existe nitidamente uma manipulação nas eleições dos conselheiros representantes dos pais, visto que em documentos, melhor dizer, nos registros das atas dos conselhos se nota a ausência da fala dos conselheiros da representatividade dos pais.

A constituição do conselho escolar na escola pública, o Estado propiciou a participação popular de maneira organizada, auxiliando, também, na formação de opinião. Entretanto, o conselho escolar não é por si só uma garantia da democracia e da gestão participativa como se é apresentado por concepções contemporânea, pois a atuação do gestor para promover a participação da comunidade escolar é fundamental (BRUNO, 2015).

Entre as dificuldades que surgem para a formação do Conselho Escolar, a representatividade dos pais encontra-se como um desafio desde o processo interpretativo da importância do seu papel como das possibilidades de enriquecimento cultural, como bem expressa Bruno (2015, p. 115):

Assim, para aquele que acredita em uma gestão democrática da educação há uma barreira muito difícil de ser vencida – a cultural –, ou seja, nossa sociedade não foi formada dentro da cultura da participação ou da democracia, e por isso é muito difícil garanti-la efetivamente mesmo entre os membros eleitos que compõem o

CE. Conseguir pessoas dispostas a se candidatar a membro, já não é fácil. A dificuldade em conseguir representantes de pais de alunos e da comunidade local é ainda mais difícil, porque estes segmentos são compostos por grande número de pessoas com pouca escolaridade, além de não terem vivenciado a gestão participativa, como é proposto atualmente. Cabe, portanto, à escola garantir a formação do conselho escolar, ao mesmo tempo em que promove a seus alunos momentos em que possam vivenciar a participação e a democracia.

O autor expressa importante realidade na composição de pais conscientes voltados à participação das atividades dentro de um conselho, promovendo assim até um posicionamento questionável que seria: a escola tem a obrigação de capacitar às representatividades (entenda-se conselheiros) dos Conselhos de Educação e Escolar, tendo assim certa influência nas ações destes conselheiros?

A proposta de trazer o Conselho Escolar como fonte de inspiração para positivar um ambiente educativo diante do processo pedagógico consistente a ideologia participativa traz inúmeras indagações, e entre elas a de maior perspectiva é: diante de tantas atividades que o docente já tem para buscar a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares, em que momento seria realizado a preparação dos conceitos participativos em situações que a gestão não atende a própria concepção de gestão participativa?

A representação dos pais, sob esta ótica passaria a ter uma série de obstáculos, principalmente se a gestão e/ou o docente que se propuser a explicar as ideias da gestão participativa não terem conhecimento da funcionalidade dos Conselhos de Educação e do Conselho Escolar.

### **2.6.1 A representação dos pais e/ou responsáveis nos Conselhos de Educação e no Conselho Escolar**

Os Conselhos de Educação e Escolar, em geral são vistos por muitas pessoas da sociedade, como órgãos que não são atuantes, e que só serve para consolidar possíveis desvios de gestores com os Fundos da Educação<sup>4</sup>.

Os municípios brasileiros para contemplar as políticas públicas que visam fortalecer, economicamente, a educação brasileira, foram induzidos a constituir os Conselhos, estes foram formados desde a década de 80 do século passado, visando, primariamente atender uma solicitação da sociedade em democratizar as vertentes e órgãos

---

<sup>4</sup> Entenda-se que os Fundos da Educação são recursos financeiros oriundos de Políticas Públicas que visam contribuir financeiramente com o desenvolvimento da educação brasileira, obrigando aos Estados e Municípios formarem Conselhos para a “fiscalização” e aprovação dos gastos realizados pelos gestores.

da educação, ou seja, além de contribuírem na transparência dos recursos ofertados pelas políticas públicas federais.

Os órgãos constituídos passariam a ter em suas vagas a indicação de representação de entidades, órgãos e pessoas relacionadas à educação, e entre as representatividades os pais sempre foram exigidos, tanto nos Conselhos de Educação como no Conselho Escolar.

Diante de tantas inovações e propostas para melhorar o investimento de recursos desde a época da Ditadura Militar, os Governos Federais propuseram programas e legislações que trouxessem à sociedade brasileira meios para contribuir com a educação básica, em vistas de lembrar que o Brasil, por ser signatário de Pactos Internacionais sempre tinha em suas cláusulas a expressão de que os países que compunham os acordos teriam o dever de investir no social, na saúde e na educação, sendo esta última uma proposta de ser mais contempladas entre as outras, pois a ideologia fundamental é o pensamento contemporâneo de Gadotti (2000) onde se espera que o futuro de uma nação está na educação forte, e que contribua com a evolução intelectual de suas sociedades na busca de formar cidadão críticos e analíticos do que estão vivenciando.

Essa ideologia visa trazer importantes comportamentos que fomentam o relevante papel dos elementos da sociedade em que uma escola está inserida, por exemplo, os pais formadores de opinião, não sendo alienados pelos que possuem conhecimentos das legislações e das necessidades que podem ser deixadas em segundo plano não teriam força nos momentos das decisões do colegiado.

A construção do pensamento de que os pais devem ser o exemplo maior aos seus filhos também é fundamentado no princípio de que através do exemplo se fortifica o crescimento do conceito à formação de cidadãos.

A mudança da visão de participação começa pela escola dos filhos, pois através da criação de um ambiente colaborativo, pode-se formar cidadãos cada vez mais conscientes e atuantes em seu meio. É através do exemplo que podemos transformar a realidade e formar futuras gerações mais comprometidas e participativas, almejando sempre e cada vez mais a gestão democrática da educação e quem sabe de todos os serviços públicos (DRESCHER, 2014, p. 20).

Entre os aspectos de confiabilidade no intuito de fortalecer a diferença dos Conselhos de Educação há também aqueles que conotam reflexões onde os pais devem sempre estar na presidência desses Conselhos, pois inicialmente estes deveriam ter uma visão mais ampla da realidade necessária para que os seus filhos (as) cresçam

intelectualmente no processo de ensino e aprendizagem para melhoria e formação de cidadãos.

#### 2.6.1.1 Conselho de Alimentação Escolar – CAE

Um dos Conselhos que tem maior participação de recursos oriundos do Governo Federal, também é um que possui a maior viabilidade de ocorrer manifestações negativas no processo da aprovação das despesas. A merenda escolar tem como proposta contribuir com as famílias de menor poder aquisitivo para que os alunos não tenham danos fisiológicos com ausência de nutrientes pelo período em que se encontra nas atividades escolares.

Um artigo de Ferraz Junior (2018, p. 4) sobre o CAE deixa em evidência suas especificidades, pois como ele expressa que: Especificamente o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), foi criado para acompanhar a execução do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar traz o chamado controle social.

O CAE foi criado em 1994, através da Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. O seu artigo 2º limita o repasse do recurso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar. (BRASIL, 2009)

Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais.

Tal dispositivo foi revogado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que passa agora obrigar os entes federativos a criar o conselho de alimentação escolar.

A função do Conselho está prevista no Artigo 19 do mesmo diploma legal:

Art. 19. Compete ao CAE:  
I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;  
II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;  
III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;  
IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

O controle social é exercido pela participação da comunidade, através dos CAEs, já que é um órgão colegiado, formado por representantes de vários segmentos sociais, com gestão compartilhada (BRASIL, 2015).

A criação e manutenção dos concelhos municipais estão diretamente ligada a descentralização dos repasses de verbas publica, em especial, a do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Ministério de Educação, ou seja, o repasses das verbas com dotação prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos é repasso diretamente ao Município ou ao Estado para ser aplicado na alimentação escolar sem a necessidade da realização de convênios/acordos entre entes federativos. (BRASIL, 2015)

O Conselho exerce papel de destaque na fiscalização e aplicação dessas verbas. Sua importância é tamanha que a Lei nº 11.947/2009, no seu artigo 20, I, determina que será suspenso os repasses das verbas.

Art. 20. Fica o FNDE autorizado a suspender os repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios:  
I - não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de efetuar os ajustes necessários, visando ao seu pleno funcionamento;

Assim sendo, se o ente federativo mantiver um Conselho eficiente e eficaz tem grandes chances de propiciar a comunidade escolar uma alimentação de qualidade e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

#### 2.6.1.2 Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS/FUNDEB

Como expressado anteriormente os Conselhos de Educação são vistos como uma importante instituição para poder melhorar o desenvolvimento da educação, nas esferas municipais, estaduais e federais. E foi neste, e para este sentido que foram constituídos através de legislações específicas, sendo condicionadas a serem regradas e poder regras importantes comportamentos para efetivação de suas funções.

No caso deste Conselho se observa que:

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito das esferas municipal, estadual e federal. O Conselho do Fundeb não é uma nova instância de controle, mas sim de representação social, não devendo, portanto, ser confundido com o controle interno (executado pelo próprio Poder Executivo), nem com o controle externo, a cargo do Tribunal de Contas, na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem compete a apreciação das contas do Poder

Executivo. O Sistema CACS-FUNDEB está disponível na internet para cadastramento dos conselheiros do Fundeb de todos os entes federados e tem como objetivo dar publicidade aos dados do conselho (endereço, número do telefone, e-mail e nome dos conselheiros). (BRASIL, 2018).

Como bem se é observado, primeiramente, a base teórica a efetivação deste Conselho urge para inicialmente suprir a necessidade de como combater malefícios causados por más gestões, sejam elas municipais ou estaduais.

O pensamento de fiscalizar, ou como melhor expressar, de buscar uma avaliação na execução das políticas públicas para o desenvolvimento das ações, tendo como o exemplo a política do Transporte Escolar, que cabe aos conselheiros do CACS/Fundeb identificar se está ocorrendo desvios dos recursos, também discorre de comportamentos onde a participação deveria discorrer com maior compromisso e responsabilidade por parte dos conselheiros.

O posicionamento ideológico está coerente, dentro de uma visão que venha a contribuir na evolução do processo de participação, contudo sempre se há o olhar à prática pouco efetivada pelos docentes representantes nos Conselhos e gestores municipais.

#### 2.6.1.3 Conselho Municipal de Educação

Quando se imagina que o município é uma organização autônoma dentro do sistema de formação de Conselho, surge o maior conflito de interesse político e em muitos casos antidemocrático.

Em todo o trabalho viabilizou-se a importância dos Conselhos, principalmente aqueles que são diretamente ligados a União para que se fomentassem com ferramenta de fiscalização.

Este Conselho tem uma complexidade de maior entendimento, visto que ele não é regido por uma lei Estadual ou Federal como os anteriores, mas faz da construção do entendimento de que é uma instituição que fomentará, quando não sendo utilizado como barreira política ou partidária, uma relação entre a sociedade, a população próxima a unidade escolar e o Poder Público, executivo e legislativo.

Porém o que se vê na prática uma total distorção de uma realidade e concepção do que o próprio Ministério da Educação delimita a este Conselho.

Segundo a Organização da Sociedade Civil “Todos pela Educação” (2018, p.2):

Os conselhos municipais de Educação estão presentes em 86% das cidades brasileiras. Com funções diversificadas, eles ajudam a estabelecer um maior

controle da gestão municipal de ensino e, se bem conduzidos, podem ser um importante pilar de uma gestão democrática, com a participação da sociedade civil nas decisões políticas relacionadas à Educação.

Como observado em muitas literaturas é o único Conselho que não tem legislação doutrinária a nível Federal, deixando os seus membros e sua fomentação a critério dos Gestores Público Municipais. Em outras palavras, e sendo mais direto ao tratar do Conselho Municipal de Educação e pode ser o cabide de políticas direcionadas a individualidade dos gestores educacionais e dos escolares.

A Sociedade Civil, está sendo organizada em uma luta constante ao deparar com as incoerências na formação deste Conselho, entretanto, a própria população não vê credibilidade de sua “autonomia” e muito menos sua ação em conformidade com a legislação da educação.

Para a Sociedade Civil em sua maioria organizada, estes Conselhos deveriam funcionar como:

[...] mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação municipal. Destacam-se cinco funções do órgão:

Normatizar: elaborar as regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário.

Deliberar: autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino.

Assessorar: responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres.

Fiscalizar: acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 4).

Exposto isto, a primeira indagação realizada em uma plenária onde são existentes a presença dos três Conselhos fundamentais à educação em um município é: como pode um Conselho Municipal de Educação, regido por Lei Municipal, tendo suas características direcionadas em sua maioria atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e ao Poder Executivo, ter poder de representação diante os Conselhos (CAE e CACS do Fundeb) que são regidos por legislação Federal ter posicionamentos a serem concretizados?

Esta indagação é muito desenvolvida em todos os mandatos pelos conselheiros eleitos, em eleições que não são nem abertas diretamente a sociedade. São eleições entre pessoas indicadas pelos Conselhos Escolares, que por sua vez são “colaboradores” dos ideais das gestões municipais.

Aduz o ditado popular “para um bom entendedor basta uma vírgula”, é o que se observa na constituição, eleição e no desenvolvimento de um Conselho Municipal de Educação. Fomentar ideais legais que agreguem a autonomia deste Conselho se torna condição de lutas pela sociedade civil, entretanto, é importante destacar, como sucinta apresentação deste Conselho, que muitas perspectivas, quando positivas apresentadas pelos seus presidentes são na maioria das vezes eliminadas, deixando o Conselho Municipal de Educação sempre sem autonomia, que outrora já fora expressa em sua própria constituição legal.

Exposto isso, vale somente realçar que o papel dos pais neste Conselho é simplesmente proporcionar a inexistência da vagância, pois o processo, como já externado anteriormente visa aceitar os posicionamentos de hierarquias superiores, diferente dos outros Conselhos de Educação já apresentados.

## 2.7 A PRÁTICA DOCENTE QUE FORTIFICA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

Ainda na contemporaneidade a literatura à formação de professores, tem como objetivo a discussão na relação da prática docente, visando uma educação que agrupe no currículo, a escola pública e as ideologias dos movimentos sociais, como uma prática possível à formação de cidadãos.

É evidente que práticas que formam o ser humano, onde estas ocupam ideias e moralidades da classe dominante de um Estado capitalista, que se utiliza de suas instituições e aparatos do poder para silenciar a voz da sociedade através dos movimentos dos trabalhadores em educação e dos movimentos que visam dar transparência a divisão dos recursos da educação, onde se relacionam a constantes conflitos com a realidade ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem.

A organização do trabalho pedagógico deve, inicialmente, proporcionar e promover discussões, que iniciem a formação da capacidade na construção ideológica, dos menos favorecidos, bem como a apropriação do conhecimento crítico, construindo a possibilidade de ações concretas com vista à alteração da realidade social.

As mudanças que o mundo contemporâneo percorre são aceleradas, complexas e inseguras, os avanços tecnológicos, associada à globalização, tem contribuído para novos padrões e relações sociais, como bem coloca em prova a função social da escola. É nesse processo acelerado que o docente se encontra, com a perspectiva de mudar, melhorar,

produzir uma nova referência de profissional da educação, em contexto ambiental cada vez mais disperso, urgente e precário à evolução e proposta educacional.

As novas necessidades de suprir as lacunas do discurso ideológico que visa proporcionar fundamentar a formação de cidadãos críticos e reflexivos, já estão alcançando as concepções de que isso deve se discorrer na formação docente, onde se deve caminhar por uma cultura colaborativa, componente indispensável no perfil contemporâneo social e econômico para a formação de Conselhos de Educação e Escolar.

A contextualização sobre os discursos políticos e sociais na formação de docente vem encontrando obstáculos sob a fundamentação contrária a uma discussão coerente para a mudança educativa, onde as reformas e ideias instituídas pelo Estado de direito ao longo das últimas décadas, não tem solucionado problemas de ordem peculiar não melhora o aprendizado significativo.

As iniciativas, principalmente, condicionadas a fomentar o conceito que agrega a essência dos Conselhos de Educação, por exemplo, têm desconsiderado que a incorporação das mudanças projetadas a culturas pedagógicas reinante na escola e constituinte da cultura docente, é determinada pela dialética cotidiana que se estabelece entre as práticas educativas, e a realidade social fora dos muros da escola. (SACRISTAN, 2002).

Apesar disso, diante de tantas perspectivas positivas que o Governo Federal expressa nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento educação através da formação dos Conselhos de Educação e Escolar abre um leque de questionamentos, onde direciona os docentes, envolvidos ou não nos Conselhos reconhecer-se como formador de opinião, sinalizando que ele pode construir uma cultura pedagógica colaborativa em represália ao individualismo, e esse processo pode ser fomentado a partir da formação docente.

### **2.7.1 Conflitos e concepções no contexto social e educacional**

As análises da educação brasileira por parte das pesquisas oficiais apontam problemas que devem ser visto com atenção, o financiamento educacional, a situação econômica e social, do aluno, da formação dos professores e das políticas públicas para a educação.

A política econômica brasileira, neoliberal tem desprestigiado a educação em relação à qualidade, onde os índices numéricos são mais importantes que a formação social, ideológica do aluno. Nesse entendimento, a educação vem sendo determinada em qualificação, excluindo ainda mais, aqueles que não terão possibilidade de obterem uma

educação de qualidade, e que ficou a margem social, bem como obterão os piores desempenhos em suas atividades na sociedade em que está inserido.

As diversas situações políticas, sociais e econômicas da educação brasileira estão presentes em todos os níveis da educação. Existe um conjunto de educadores que tentam modificar essa realidade que é determinado pelo modelo capitalista, sobretudo, à prática da desqualificação da educação para os menos favorecidos.

Apesar dos fatores da desqualificação apresentados em diversas pesquisas que tratam sobre a educação para ser vista como uma proposta para alcançar patamares mais democratizados, esse mesmo capitalismo exige uma mão de obra qualificada que só será possível através da educação, essa qualificação no século XXI, perpassa também pela criatividade que os trabalhadores modernos necessitam, para assegurar um trabalho, essa qualificação que só é possível com a educação levanta um problema para os capitalistas, onde segundo Freitas (2002), ao mesmo tempo em que a classe dominante encontra a escola como saída para a formação dos trabalhadores, também encontra um problema: o cidadão educado pode tornar-se consciente das contradições do próprio sistema capitalista.

O agente da garantia do modelo capitalista, imposto para a educação é o professor, é por isso que o Estado como agente neoliberal tenta reestruturar a escola, e conseqüentemente o professor, para este enquanto agente e formador de cultura e opinião, como podendo estar sendo instrumento formador das ideias sobre o associativismo, em sala de aula.

Ainda assim, é bem clara na contemporaneidade que a formação do docente é precária. Encontram-se assim perspectivas negativas ao processo de construir, as condições de vida mínimas para sobrevivência de solidificar ideias de poder para o povo e punição da prática de alienação inserida por gestores que não viabilizam a atuação dos cidadãos.

A formação do docente, que atua como conselheiro no Conselho de Educação ou Conselho Escolar deve ser condicionado a entender as metas para qualificar, para o mundo do trabalho, sendo agregados a propostas que podem vir de reuniões dos Conselhos nos currículos escolares.

A educação brasileira, com uma visão capitalista, está entendida na contemporaneidade como o modo de produção capaz de manter o equilíbrio e a justiça social. Em síntese a questão da luta de classe é resolvida pelo desenvolvimento das competências individuais, de modo que a possibilidade de inclusão social subordina-se à capacidade natural do dominante (RAMOS, 2001).

A pedagogia atual estimula a padronização dos seres humanos, instigando ao individualismo e a competitividade, desenvolvendo os conteúdos a questões de ordem moral e ética, bem como a aceitação dos que são tidos como os diferentes do grupo social.

Como a escola geralmente vê a si mesma como espaço para estágio preparador no qual o educando é apenas um protótipo, isto é, um sujeito sem presente que vive a perspectiva de uma proposta prometida, ela homogeneiza sua clientela segundo um padrão determinado, crianças do sexo masculino ou feminino, brancas, de classe média e cristãs, não proporcionando consolidar uma relação comunitária muito menos social (CANEN, 2005).

Na conjuntura atual, a formação profissional, dos modos de fazer, de ser mero executor, tem mudado a articulação entre conhecimento, atitude e comportamento, com enfoque nas habilidades cognitivas, comunicativas e criativas, tem sido de grande importância para o mundo do trabalho, e, portanto, da sobrevivência capitalista. A necessidade atual não é apenas aprender conhecimento, mas saber viver e conviver com os diferentes, usando os saberes cognitivos, psicomotores e sócio afetivos.

A diferença em relação à aplicação do conceito de competência, na educação do Brasil, deve-se ao fato de não se ter um projeto de sociedade com o viés social. Para o trabalho docente a lógica das competências é a competitividade, da empregabilidade e da individualidade, a solução é que cada ser humano se dê bem, não em detrimento ao campo social, ao qual ele está inserido, não entendendo que o trabalho em equipe, que a coletividade é o germe de uma sociedade evoluir.

### **2.7.2 Currículo e prática**

Um questionamento importante é o de se ressignificar as categorias e conceitos na educação, a partir de uma perspectiva histórica, social, cultural, ético político e epistemológica, conceitos de representação do movimento da realidade, não alheio ao poder e as relações de classes sociais. Portanto devemos pensar em uma formação continuada, não das competências, que acirra a disputa em todos os aspectos do ser humano.

Usando dessa disputa, Freitas (2002, p. 56) diz:

[...] de um lado, estão os que privilegiam o controle do desempenho com vista à competência e a competitividade, de outro em contraposição, aqueles fundamentados em outra concepção de educação que é uma formação “omnilateral”, a autonomia e o aprimoramento pessoal do ser humano.

Essa afirmação é a que circunda nos cursos de formação de professores e licenciaturas, que o educador deve analisar o aluno, como um ser global, e não apenas os aspectos intelectuais, porém esse discurso muitas vezes cai, nas propostas Estaduais onde é quase impossível o educador que queira mudar essa realidade sobreviver no espaço escolar, pois o trabalho deve observar o ser humano como um ser complexo devendo ser estimulado desde as primeiras séries, e se este trabalho não for realizado desde a primeira infância, deve-se iniciar o mais breve possível, para não perpetuar essa sociedade da disputa e da rivalidade, que não está acrescentado, ao contrário os problemas socioeconômicos tem se agravado, cada dia mais.

A formação humana materializa-se na luta contra o domínio do homem pelo capital. Essa luta é orientada por categoria básica das relações sociais de produção: a divisão social e o nível de “complexificação” do trabalho (RAMOS, 2001).

A instituição escola pode contribuir, na construção articulando teoria e prática, de modo que o aluno possa ter contato com o processo produtivo, podendo acabar com a distância do ser que pensa e do ser que executa a ação no mundo do trabalho (fábrica), ampliando o conhecimento humano em seus aspectos humanos, produtivos e espirituais, devendo salientar que o mundo que se conhece na atualidade é fruto de um processo histórico, e das relações sociais.

As questões históricas é o tema que deve nortear as orientações pedagógicas, para que desse modo aja uma mudança significativa, partindo da realidade atual como direcionamento de investigação e pesquisa, e colocar os problemas pedagógicos no contexto dos conflitos sociais que acirram a luta de classes.

A partir da pesquisa, se toma como referência as possibilidades para que o currículo escolar e para os movimentos sociais, podem ser chamados de intercâmbio à pesquisa-ação. Se pode observar então que a unificação da referência teórico- metodológica se dá através da pesquisa matricial, a qual se configura em três eixos para sua unificação: o problema, o método, a base teórica (MERCADO, 2007).

O entendimento da pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa social tem como base o empirismo, tendo uma estreita associação com uma ação ou com a resolução do problema coletivo, de modo que os participantes da pesquisa sejam agentes cooperativos e participativos.

Sendo assim, a construção do currículo com ideias de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de analisar, entender e superar o problema da comunidade, definidos pela

pesquisa-ação orientando por uma metodologia coerente (problema, método, teoria), contribuirá para uma prática pedagógica socialmente útil.

### 2.7.3 Profissionalidade e formação docente

A formação docente configura-se como heterogeneidade e de qualidade desigual, sua visibilidade no cenário político e educacional tem mérito indiscutível, porém as questões que envolvem valorização não são levadas em conta pelos planos econômicos do estado brasileiro. Esse problema que é de cunho econômico leva muitos professores a não ter condições econômicas para investir na sua qualificação, bem como pelo desânimo de acréscimo salarial, nesse entendimento o sistema capitalista, cumpre com o seu papel de não qualificar e não ter uma educação de qualidade para todos.

A formação consiste no reconhecimento das trajetórias próprias dos seres humanos, como também exige a contextualização histórica dessa trajetória, que é determinada socialmente, é importante compreendê-la como inacabada, mas comprometida com a maneira de olhar; intervir e explicar o mundo e principalmente a realidade local. A formação tem vários momentos na literatura como inicial e continuada, a formação inicial é a primeira etapa desse processo, porém nem mais nem menos importante de que a formação continuada (LIMA NUNES, 2004), esse conjunto forma a identidade profissional do educador, que é uma atividade inteligível humana, a evolução de conhecimento, que neste caso essa evolução é a formação continuada.

Sendo assim o professor deve estar inserido ativamente nesse processo dinâmico da formação, através de questionamentos, reflexão, experimentação e interação que fomentam a transformação e a mudança.

Implicando romper com o pensamento de outrora, que era e práticas formais, cujos parâmetros eram determinados, e que o professor era sujeito reprodutor do conhecimento, sem levar em consideração o saber do aluno e as transformações que aconteciam diariamente na sociedade, principalmente nesse momento das tecnologias.

Nessa formação, não pode ser esquecido, valores a ética da cultura e a maturidade profissional, esses saberes norteiam o educador e o educando, construindo um arcabouço ideológico e pedagógico, sobre o qual o professor constrói a sua identidade. Essa concepção, ao refutar a ideia da identidade profissional como “um processo de racionalização técnica em relação a saberes nas ciências” (NUÑEZ; RAMALHO, 2005, 105).

Trabalhar com a ideia de formação é ser flexivo e ter uma identidade como metamorfose, no entender que o ser humano é um sujeito social-histórico em permanente movimentação, sendo assim, o docente está inserido ao elemento histórico onde o professor se expressar como pessoa e profissional da educação, nesse percurso a identidade é criada e reelaborada, com os agentes históricos que fazem parte de determinada sociedade, onde essa influência é absorvida pelo professor e pelos alunos que são seres em constante evolução de pensamento, a identidade nessa perspectiva firma-se no plano individual e coletivo. Na interação entre tais planos e entre múltiplos sujeitos com suas respectivas subjetividades, vai se configurando uma determinada forma de ser exercer o magistério (LIMA NUNES e FARIAS, 2007).

#### **2.7.4 Docente e identidade no local de trabalho**

O professor constrói e se faz dentro do espaço escolar. A escola, como local de trabalho e o micro contexto social e histórico em que ele exerce com plenitude sua ação como “ser de transformação” (THERRIEN; DAMASCENO, 2000, p.17).

As multiplicidades do processo educacional, própria do seu caráter sócio cognitivo, requerem do professor decisões urgentes; complexas e diversificadas, essas decisões estão carregadas de valores, crenças, hábitos e normas que determinam o que esse grupo entende como importante, bem como forma política de pensar, de sentir, atuar e de relacionar-se.

A cultura docente não é formada apenas, pelas experiências históricas do grupo profissional, ela também é influenciada pelas pressões e expectativas externas, pelas exigências da sociedade e pelos sujeitos envolvidos. Isso implica dizer que a formação do professor não é simplesmente definida pela escola nem pela cultura docente, isolada, essa característica coloca em evidencia a articulação entre cultura escola docente e processo social, isso é uma dimensão ideológica e política e, por isso mesmo, ela não é neutra.

A escola tem estimulado como forma predominante da sua cultura o idealismo, cada professor isolado em sua sala de aula, esse espaço é entendido como um lugar de domínio por parte do professor, onde este exerce autonomia profissional e autoridade sobre o aluno, em contrapartida é o lugar onde vários olhares estão o avaliando, e julgando sobre seu trabalho junto aos alunos (ÁLVAREZ, 2005).

A história de vida pessoal, escolar e profissional dos professores permite que os mesmos construam significados acerca de seu trabalho, porém falar de profissionalização e cultura docente nos remete a identificar onde o professor desenvolve o seu trabalho em

que condições objetivas de trabalho ele desenvolve sua prática, que saberes e conhecimentos ele aciona para desenvolver seu trabalho a contento.

Há, portanto, uma cultura docente sendo reconstruída diuturnamente no contexto de trabalho de professores, impregnada de tensões, contradições e potencialidades. A produção de uma cultura profissional dos professores é um trabalho longo, realizado no interior e no exterior da profissão, que obriga a intensas interações e partilhas (ÁLVAREZ, 2005).

Essa cultura não é homogeneia ou linear, e igual em todos os contextos de trabalho do professor, sendo assim não se deve considerar este como algo coletivo e uniforme, em que todos têm foco igual e os mesmos interesses. Os educadores têm certo capital econômico, social e cultural e por se diferenciar por questões impostas pela classe social de origem, etnogênero, religião, sexualidade; constroem, em seu ambiente de trabalho, uma cultura docente marcada, pela gênese social e profissional, do que pela formação recebida.

A cultura docente não é entendida apenas por questões históricas de acumulação e de atuação de grupo profissional, ela é construída também pelas pressões e necessidades externas, pelas exigências sociais, pelas situações dos sujeitos envolvidos, significando dizer que o comportamento do educador é construindo por diversos elementos que fazem parte do cotidiano do profissional da educação, nesse contexto envolve a dimensão ideológica, política, não sendo, portanto, neutra.

A colaboração que também é presente na educação assume facetas diferentes, cada uma com objetivos e consequências diferenciadas. Isso significa que a cultura colaborativa também pode ter um caráter limitado, voltando-se para atividades nas quais o professor se sente seguro, sem que isso o leve a reflexão sobre o valor, objetivo e consequência do que faz e do que constitui a prática, perspectivas e suporte básico para seu trabalho.

A organização curricular reforça esse tipo de cultura, ao ensejar espaços sociais delimitadores por áreas, tempo e metodologia de trabalhos diferenciados, privilegiando determinadas disciplinas, em relação a outras consideradas menos relevantes, esse pensamento sustenta e é sustentada pela hegemonia da especialização das matérias e de sua dimensão mais prática.

Essa forma de ver a educação reflete interesses pessoais e ideologias em disputa, esse embate político, além de alimentar a falta de solidariedade entre os grupos, motiva relações de competitividade. O poder administrativo, nesse caso, funciona como força

compressora, determinando e supervisionando a relação estabelecida, sem a anuência dos professores, que assumem uma posição muito mais executiva do que proponente.

A escola é afetada como um todo, em relação à cultura da colaboração, tanto sobre o modo de entender a escola e o processo de ensino e de aprendizagem, quanto sobre a função docente que compartilha uma cultura colaborativa busca espaço de intervenção em que passam atuar de modo crítico e comprometido com a ética e politicamente com a aprendizagem e com o seu desenvolvimento profissional. A forma mais vivaz de colaboração é marcada por relações espontâneas e voluntárias de trabalho, entre os professores, orientadas para o desenvolvimento profissional e institucional; imprevisíveis e não circunscritas apenas aos horários de atividade (RICHIT, 2019).

### **2.7.5 Mudança individual e coletiva na prática colaborativa**

Mudanças substantivas na prática de sala de aula requerem a produção de uma prática profissional mais afinada com a cultura colaborativa. A ressignificação da prática pressupõe que as justificativas o sujeito e a ação sejam alterados, necessitando mudanças que estão empregadas nos professores, nascendo novos valores e crenças para que existam mudanças significativas.

Sobre essa óptica, entende-se que a prática não é mudar antes das crenças, a não ser em situações nas quais a mudança é ensejada de modo impositivo, a reelaboração da prática exige mudanças substantivas nas atividades e no modo de pensar, constitui em um processo complexo na medida em que significa aprender com novos contextos, se caracterizando como uma construção que é, ao mesmo tempo, individual, coletiva e interativa.

A mudança é uma forma de construir o mundo, de estruturar o caráter fluido da visão social mediante as categorias do entendimento e da razão, considerando a heterogeneidade dos princípios que a recortam. Isso porque o sentido da mudança é tributário de uma lógica que articula tanto a cultura dos setores sociais, quanto às relações sociais em, que estão envolvidas, ambas mediadas pelas interações cognitivas e afetivas que as tornam coerentes e significativas, na educação as mudanças dependem do que os professores fazem e pensam, ou seja, está vinculado fortemente com valores, crenças, na cultura profissional.

Na educação a mudança não é resultado de ações isoladas e resultado de ações isoladas individuais, que também são necessárias, mas não são suficientes, pois a mudança envolve o engajamento crítico, ético e político de cada um dos agentes presentes no

contexto educativo e principalmente do professor. O professor precisa “decodificar a política em termos práticos” (HARGREAVES, 2002, p.122).

O trabalho de ordem intelectual do professor se manifesta nas decisões que eles precisam tomar para definir suas posições, com base nas condições possíveis de operacionalizar o seu trabalho. É visto como um sujeito crítico e ao mesmo tempo aberto a oportunidade de apreender, para que haja esse envolvimento é necessário entender a mudança como uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal mediante a aquisição de um repertório novo e habilidades, conhecimentos e práticas, no entanto é necessário garantir condições de trabalho que estimulem tal atitude, pois a ausência de apoio institucional torna a mudança, como oportunidade crítica e politicamente comprometida, apenas uma quimera.

Além do trabalho institucional, a mudança requer também um investimento considerável de energia emocional, pois o ato de ensinar também envolve uma prática emocional, já que aquilo que o professor faz, diz ou deixa transparecer por meio de atitudes, gestos ou expressões corporais, afeta substancialmente as relações que permeiam a interação de professores e alunos, professores e pais, professores e representantes da administração escolar e entre os próprios professores.

A formação continuada e o reaprender exigem um esforço físico, intelectual e emocional árduo, para tanto requer tempo para pensar, para refletir e para dialogar, visando garantir o conhecimento que possa vislumbrar mudanças nas práticas pedagógicas. Porém é na formação continuada que os professores podem desenvolver a reflexão a produção de conhecimento sistêmico que fundamenta teoricamente a articulação coma prática e a crítica do professor em relação ao aluno, a escola e a sociedade. Sem esse esforço nesse sentido a mudança como ressignificação da prática não em contra campo fértil para prosperar, tendendo à acentuação do constrangimento docente frente ao descompasso entre as exigências em torno da melhoria do ensino e as condições de trabalho ofertadas.

## 2.8 O OLHAR EPISTEMOLOGICO SOBRE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E O ESCOLARES

Trazer ao bojo das discussões o comportamento epistemológico do Conselho é primordialmente entender o que vem a ser a epistemologia.

Segundo Bezerra (2021) a construção do conhecimento requer importantes comportamentos e fundamentações para sua efetivação. A epistemologia ou Teoria do Conhecimento vem demonstrando no universo acadêmico e filosófico que muitas questões

abertas à, e pela humanidade são passíveis de respostas, mas estas com cunho empírico, diante de momentos históricos e valores científicos.

Neste sentido, ao fazer menção sobre Conselho Escolar é importante identificar dois aspectos epistemologicamente. O primeiro é quando o conselho é visto como uma instituição que pode contribuir com o desenvolvimento social e cultural de uma determinada comunidade escolar e social. A segunda é o conflito, ainda existente, na concepção do saber fazer o envolvimento das pessoas com a essência democrática que existe no desenvolvimento das ações de um Conselho Escolar.

Então aduz os conceitos o entendimento de que os Conselhos da Educação são um conjunto de ideias de muitos teóricos (as), filósofos (as) de concepções contextualizadas no dia a dia das escolas brasileiras, enaltecendo a formação de ideologias nacionais e exemplos internacionais para a elaboração de uma estrutura que sirva como guia norteador para efetivação de práticas democráticas e participativas da sociedade e das comunidades acadêmicas.

Com este caminho a legislação vigente no Brasil traz muitas propostas que contribuem como o entendimento e desenvolvimento da participação democrática, como também traz para operacionalidade das funções dentro dos Conselhos de Educação e Escolar uma participação dos envolvidos, ou seja, daquelas pessoas que estão prontas, basicamente para exercer seu papel participativo.

Em tese, quem demonstra maior comprometimento com a formação e desenvolvimento da operacionalidade dos Conselhos de Educação e Escolares é de Ronaldo Martins Gomes e de Maria Cecília Luiz que traçam uma viabilidade de reflexão sobre o contemporâneo e a modernidade, demonstrando a necessária junção entre conceitos, concepções e contextualizações da legislação vigente, como também de um olhar obrigatório a perspectivas de inovação no processo da gestão participativa e principalmente democrática, trazendo discussões ainda em prática na atualidade sobre ações e violências institucionalidades pelas gestões executivas nos municípios brasileiros (GOMES; LUZ, 2014).

A observância direcionada por estes dois autores contempla a efetivação de que desde a formação da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/91996, muitas emendas foram adicionadas, mas em nenhuma se proporcionou uma maior visão democrática e participativa aos pais sobre a gestão institucional, demonstrando que ainda a muito de se aceitar por parte dos gestores educacionais no Brasil, principalmente aqueles que estão em uma linha hierárquica superior e a nível nacional.

Filósofos como Aristóteles já desenhava o entendimento de que a educação é um caminho para a transformação do presente a um futuro muito melhor, entretanto, para que isso ocorra é necessário aceitar que ela, a educação, é o caminho, a chave e a proposta para democracia e participação de uma sociedade.

Os autores Gomes e Luz (2014) dão o entendimento de que quando se identifica que as etapas e limites do conhecimento humano, especialmente, apontados nas relações que se estabelecem entre uma teoria e a prática que vai proporcionar um conhecimento, condiciona inicialmente o conflito entre duas vertentes apontadas por eles (democrática e institucional), onde estas vertentes podem não dar continuidade positiva na efetivação do conhecimento, como também das propostas que podem contribuir com o processo da evolução participativa, democrática e política de uma instituição escolar.

Identifica-se, mesmo com todas as literaturas existentes, que através dos anos o posicionamento, entendendo a partir da necessidade, e em casos específicos a obrigatoriedade da formação dos Conselhos, a realidade condiciona a certeza que não há flexibilidade em determinadas personagens que participe do Conselho, até mesmo porque não amolece, e que fica evidente este comportamento, as estruturas cognitivas negativas sobre a importância dos Conselhos Escolares.

Os maiores conflitos ainda existente, passou a não configurar-se como democrático ou participativo, mas sim da formação de uma ideológica com características dominantes pelos gestores da educação nacional, ou seja, não há, ainda espaço para que os representantes não governamentais atuem sem uma “supervisão” ou “regramento” de práticas para o favorecimento as classes de poder. (GOMES; LUZ, 2014)

Partindo da formação do conceito, e se debruçando sobre a prática da evolução, seja ela individual ou coletiva, a concepção da epistemologia do Conselho Escolar ainda requer muita práxis, viabilizando a manutenção do que já foi aplicado até o momento, como também o que vem se configurando para a efetivação, tornando isso uma cicatriz a ser identificada como resultado do saber necessário e valoroso na execução de um Conselho.

A efetivação de um Conselho de Educação, que contenha concepções democráticas e participativas são propostas elencadas ao longo dos anos em que se efetivaram as políticas públicas relacionadas ao aprimoramento da LDB 9394/96, atualmente vigente, contudo, as maneiras e formas que se tentam proporcionar as funcionalidades somente visam atender uma representatividade, demonstrando que na prática não há um comportamento democrático, e que ao longo dos trabalhos realizados no que se refere a participação dos membros dos Conselhos se torna cada vez mais escasso e/ou nulo.

Nesta ótica Gomes e Luz (2014, p. 64) apontam que:

É a multiplicidade e a complexidade, características fundamentais do mundo ocidental neste início de século XXI, que permitem que a escola pública cumpra sua função social de criar e de reproduzir o saber e a cultura, e também, de interpretar os estatutos e as normas legais relativos à educação. E para isso são necessários espaços democráticos, em que aconteça a participação dos agentes envolvidos com a realidade escolar de forma direta e indireta, por meio da deliberação igualitária.

Os espaços, ditos democráticos na escola pública podem ser somente considerados aqueles que estão corresponsabilidade dos educadores (as sala de aula), entretanto, não são tão democráticos, pois os mesmos ainda devem reger-se por regras organizações e regimentos dos órgãos responsáveis pela educação em sua respectiva esfera, seja ela municipal, estadual, quiçá federal.

De modo geral pode-se entender que as verdades existentes na formação de um Conselho Escolar, segundo os teóricos e os seus entendimentos, fomentam um importante avanço à ótica da gestão escolar. Entretanto, volta-se a configurar e identificar que a crença, confronto de longa data existente, não é a condição adequada para a produção do conhecimento sobre a construção dos Conselhos de Educação, visto que a crença é afirmar que na maioria das vezes o papel do Conselho Escolar está submisso a comportamentos individuais de gestores da instituição escolar, quando não de gestores municipais.

É uma constante luta para entender e ocorrer a efetiva construção do conhecimento sobre a relevância do comportamento democrático e participativo em um Conselho.

Em especial, é no Conselho Escolar que acontece, ou deve acontecer, a participação dos sujeitos de forma efetiva. Essa participação, que deve envolver não apenas os que atuam diretamente na escola, mas também pais/responsáveis e pessoas da comunidade de entorno é requisito fundamental para este seja considerado atuante (GOMES; LUIZ, 2014, p. 65).

Filosoficamente é importante destacar que a construção de um Conselho Escolar está regrada a normas sociais e institucionais, que por sua vez são fomentadas e executadas por suas respectivas esferas, onde, lamentavelmente ainda na contemporaneidade, ainda não possuem uma proposta de dar-lhes a devida autonomia política e sua segurança institucional que lhe é concedida pela legislação vigente. Isso condiciona uma proporção imaginável de indagações sobre como combater este comportamento ainda antidemocrático, como também antiparticipativo. A questão participativa é muito apontada como a principal essência para formação dos Conselhos de Educação e Escolar por Gomes

e Luiz (2014), contudo expõem em seu trabalho que o papel participativo deve ser regrado e estudado bem por todos, visto que a autonomia do Conselho Escolar ainda é inexistente em muitas instituições escolares, demonstrando que ao atravessar os portões da escola para dentro se encontram a efetivação do que eles denominam “descentralização” das ações que impedem a evolução da gestão democrática e participativa.

Neste sentido, a contribuição de Gomes e Luiz (2014) condicionam que o processo de resignificação dos Conselhos não requer somente a aplicabilidade da legislação vigente, mas também um olhar sobre a necessária transformação de comportamento político dos gestores escolares institucionais e dos gestores da educação brasileira.

### 3 METODOLOGIA

---

A pesquisa consiste em um processo formal para obtenção de conhecimentos sobre determinada realidade, requerendo reflexão e rigor científico. Apesar de buscar a verdade, não se resume a ela. Logo, o objetivo da pesquisa científica é procurar, de forma aprofundada, resposta para todos os questionamentos que fazem parte da investigação. Segundo Medeiros (2014), por esses motivos, o processo investigativo que envolve toda a pesquisa “[...] utiliza métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido” (MEDEIROS, 2014, p. 38).

Nesse sentido foram observados importantes aspectos a serem cumpridos para compor os indícios da importância dos Conselhos para a Comunidade Escolar.

No início, com a tabulação de dados bibliográficos, buscou-se acrescentar relevantes conceitos e perspectivas que adotam os sujeitos da pesquisa no que se refere à elaboração e desenvolvimento das atividades do Conselho à escola e aos educandos.

Deu-se atenção, que durante a aquisição e tabulação dos dados bibliográficos sobre o tema a ser abordado, explodiu no mundo, de forma pandêmica, um vírus altamente infeccioso, onde muitos foram ceifados de suas vidas. Isso passou a impedir a realização de ações de campo, visto que são impostas pelo governo estadual e municipal restrições que se discorreram em todo o território nacional. Os encontros, eventos e qualquer aglomeração entre as pessoas devido à proliferação do COVID-19, vírus que é transmissível pelo ar, foram expressamente proibidos. Todos passaram a ser condicionados a isolamentos obrigatórios para evitar o aumento de casos.

Devido a essa situação, as instituições de ensino, em todos os níveis, suspenderam suas atividades, condicionando assim uma dificuldade na realização das entrevistas. Com a possibilidade de realizar encontros através de aplicativos que fomentam videoconferência, tentou-se viabilizar a continuidade da pesquisa com aqueles que tiveram condições técnicas para tal procedimento.

O discorrer não foi muito favorável para os pais, pois os que participaram da pesquisa não tinham muitas condições socioeconômicas para o desenvolvimento das técnicas, os poucos que desenvolveram as atividades da pesquisa (entrevista e resposta de questões enviadas) ainda sofreram dificuldades de acesso aos materiais. Os resultados foram surgindo na medida em que se construíram pontes de acesso a informações básicas

sobre o tema abordado e questionamentos que puderam ser respondidos por aqueles que tinham mais facilidade na operacionalidade dos aplicativos. Esses fomentaram a facilidade de acesso e sem o contato físico na tentativa de contribuir para o cumprimento das restrições impostas.

Os diálogos realizados com os participantes tiveram seu ponto de ebulição quando passaram a identificar que o comportamento, ou seja, a relação entre gestão da escola, corpo docente e pais e/ou responsáveis passaram a apontar verbalmente as constantes interferências político-partidárias que ameaçam a autonomia das ações na comunidade escolar, tal como a própria funcionalidade dos Conselhos, seja de educação ou o Escolar.

### 3.1 TIPO E NÍVEL DE INVESTIGAÇÃO

Este trabalho se trata de um estudo de caso e fez uso de pesquisa bibliográfica tendo como método um comportamento exploratório com abordagem mista, utilização de questionários e entrevista com os participantes. Esse tipo de investigação propõe uma investigação quali-quantitativa, que pode ser vista como um conjunto de ações, baseada em processos lógicos e ordenados, cujo desígnio é conseguir solucionar um problema. Esse que se desenvolve em uma investigação quando existe uma dificuldade e não existe solução para ela por falta de informações (SILVA; MENEZES, 2001). A partir disso, visa identificar comportamentos e concepções acerca da realidade existente na instituição de ensino público estadual, relacionando-se com as concepções e conceitos sobre Conselho Escolar e a atuação de agentes públicos e sociais que tem como pressuposto estar em comum acordo com os objetivos elencados pela educação através da legislação vigente.

### 3.2 ALCANCE DA PESQUISA

A consolidação da Pesquisa viabilizou reflexões sobre o papel dos Conselhos. Isso trouxe uma ampla discussão sobre para quem é importante a fomentação do Conselho Escolar. Logo, o estudo foi conduzido a um alcance inimaginável, tendo como marco a Escola de Referência do Ensino Médio Luís Pereira Junior, única unidade de ensino do nível estadual, na área urbana do município de Caetés (PE) e toda a comunidade escolar. Isso promoveu um olhar para que os resultados da pesquisa pudessem contribuir com a perspectiva de apresentar um olhar conceitual que ainda se encontra obscuro por posicionamentos dúbios na relação entre órgãos governamentais e a sociedade. Demonstrou-se, portanto, que tem relevância o trabalho coletivo entre docentes, gestão e sociedade.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

Participaram da pesquisa os principais agentes que podem ser envolvidos com o Conselho Escolar da Instituição de Ensino Público. Destacam-se os critérios de inclusão na pesquisa:

Quadro 2. Participantes da Pesquisa

Função	Qtde.	Formação Acadêmica	Critério de Inclusão
Gestora	1	Especialista	Pela obrigatoriedade da sua representação no Conselho Escolar conforme legislação vigente
Docente	10	02 Mestres 01 Mestrando 07 Especialistas	Pela formação acadêmica diversificada e participação em atividades da Comunidade Escolar
Pais e/ou responsáveis	10	Diversificada	Participação e não-participação em atividades da Comunidade Escolar
TOTAL	21		

Fonte: Dados do autor, 2022.

É importante destacar que os critérios de exclusão são todos aqueles que não estão relacionados no Quadro 2; não fazer parte da Comunidade Escolar a qual a escola esteja inserida.

É relevante observar aspectos socioculturais dos agentes que podem participar de um Conselho Escolar. Nessa pesquisa, os agentes se caracterizam da seguinte forma:

Quadro 3. Características laborais dos participantes da pesquisa

Função	Características
Gestora	Licenciada em História, Especialista em Ensino de História pode contribuir com o entendimento do processo histórico que envolve o Conselho Escolar na historicidade da Educação.
Docentes	Licenciada e Mestra em Biologia, que pode contribuir na área das ciências naturais discernimentos pontos sobre a saúde da comunidade escolar. Licenciatura e Mestra em Língua Portuguesa, que pode contribuir com o desenvolvimento da cultura linguística da comunidade escolar. Licenciada em Matemática e Mestrando em Física, que pode contribuir com os comportamentos socioeconômicos da Comunidade Escolar. Licenciados (as) e especialistas em diversas áreas, que podem contribuir com o desenvolvimento sociocultural e econômico da Comunidade Escolar.
Pais e/ou responsáveis	Com diversidades na formação acadêmicas, são representantes de diversas áreas econômicas e culturais da comunidade escolar.

Fonte: Dados do autor, 2022.

A amostragem dos conteúdos teóricos que foram analisados e identificados no decorrer da pesquisa se deu através dos seguintes critérios de inclusão:

- a) Os artigos, textos e referencial bibliográfico foram de idioma em português;
- b) Teve como base temporal de publicação não superior a 10 (dez) anos, salvo as legislações e documentos oficiais que referenciam o processo democrático na Educação, na formação de Conselhos da Educação e que estejam relacionadas com os direitos e garantias de crianças e adolescentes;
- c) Contextualizações que expõem a relevância da educação e suas relações comunitárias e individuais com a família e a sociedade.

### 3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi aplicado o Termo de Consentimento e Livre Escolha - TCLE (para permitir a coleta de dados e sua apresentação dos resultados); e desenvolvidos dois tipos de instrumentos: Questionário (para identificar os pontos temáticos a serem discutidos em conformidade com os objetivos propostos anteriormente); e a Entrevista (para ocorrer o diálogo entre pesquisador e questionado à identificação dos conceitos em conformidade com o registro de suas respostas).

Assim, a coleta de dados seguirá os aspectos estruturais a seguir:

Quadro 4. Objetivos para participante da pesquisa

Função	Instrumentos			Objetivo
	TCLE	Questionário (1)	Entrevista (2)	
Gestora	Sim	Sim	Sim	Debater <sup>1</sup> o conhecimento da historicidade e participação na gestão democrática junto ao Conselho Escolar
Docentes	Sim	Sim	Sim	Examinar <sup>1</sup> o conhecimento sobre o papel e a funcionalidade do Conselho Escolar
Pais e/ou responsáveis	Sim	Sim	Sim	Constatar <sup>1</sup> o conhecimento e a participação dos agentes na funcionalidade do Conselho Escolar

Fonte: Dados do autor, 2022.

O Termo de Esclarecimento e Consentimento foi composto de um texto sucinto, o qual apresentou a temática da pesquisa, como também os objetivos, buscando, assim, a permissão para que o pesquisador tenha a liberdade de identificar pontos relevantes da problemática existente e podendo apresentá-los nos resultados da pesquisa.

O Instrumento 1 (Questionário de Investigação Conceitual) foi composto por 05 (cinco) questões de relevância sobre o papel e funcionalidade do Conselho Escolar. Isso buscou viabilizar o conflito entre teoria, prática e vivência do Conselho Escolar de uma Escola Pública Estadual em município pernambucano.

Para tomar um percurso coerente e eficaz na realização do Instrumento 2 (entrevista), tomam-se as concepções de Gil (2010), assim como Laville e Dionne (2008) que descrevem a entrevista como algo vantajoso para o estudo realizado e como forma de interação social e de diálogo. Optou-se, nesse caso, pelo tipo semi direcionada que tenha sido anteriormente utilizada e validada atentando a necessidade de adaptações. A entrevista, de acordo com Szymanski (2010), tem sido muito utilizada como alternativa para o estudo de significados subjetivos e de pontos mais difíceis para serem pesquisadas por instrumentos fechados e uniformes.

Ainda assim, há situações em que existe a necessidade e vantagem na utilização de um instrumento fechado e padronizado como o questionário uniformizado, assegurando. Segundo Laville e Dionne (2008), um olhar único das pessoas sobre as questões, sua ordem e opção, sejam elas acerca de conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos facilitando a reunião e comparação das respostas escolhidas, além de aceitar o uso do aparelho estatístico no momento de análise. A escolha pela aplicação do questionário uniformizado, nesta investigação, constitui em traduzir os dados recolhidos, de forma objetiva e segura e “os objetos da pesquisa em questões específicas” (GIL, 2010, p. 121).

Frente a Pandemia do COVID-19 inicialmente se coletou as referências, buscando assim fomentar métodos para aplicação dos questionários através de meios digitais, ou seja, se entrou em contato com a gestora, os docentes e os pais e/ou responsáveis que participaram do processo investigativo. As trocas de mensagens e arquivos através de e-mail e Whatsapp trouxeram reflexões e a busca de mais referências para contemplar este trabalho.

### 3.5 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

Com a aquisição dos dados através de Instrumentos 1 e 2, apontados no tópico anterior, os discernimentos passaram a ser tabulados através de temas divididos em Fichas Bibliográfica, e espaços tempo que se discutiram as concepções apresentadas pelos autores.

Os resultados dos questionários passaram por análise visando formar um quadro reflexivo sobre os posicionamentos dos que responderam as questões, visto que, como é

uma pesquisa de cunho quali-quantitativo, as ponderações podem dar novas reflexões acerca do tema, principalmente, sobre o comportamento cognitivo sobre as ações e funcionalidade dos Conselhos de Educação, e do Conselho Escolar objeto da pesquisa, assim comparando-as conseqüentemente com as entrevistas aplicadas.

A técnica para a análise foi simples, separou cada questionário aplicado e passou-se a fomentar um quadro contendo as respostas dos participantes por categoria, ou seja, para gestora se confeccionou discernimentos sobre seu posicionamento, agregando suas respostas orais quando realizado diálogos via meios digitais. O mesmo aconteceu com cada um dos docentes e dos pais e/ou responsáveis. Neste mesmo momento foram se criando quadros e tabelas para identificação dos dados coletas, juntamente com os posicionamentos de cada participante.

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo respeitou a Resolução do Conselho Nacional de Saúde, CNS nº 466/12 e 510/16. Para o início da pesquisa de campo foram adotados todos os procedimentos éticos necessários.

O pesquisador assumiu a responsabilidade por quaisquer situações não previstas e que podem ocorrer decorrentes da participação dos agentes desta pesquisa. Dessa forma, garantiu o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizou desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, estando atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto. A qualquer tempo se assegurou a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, como também que o estudo seja suspenso imediatamente ao perceber algum risco à saúde do sujeito participante e respeitando os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes voluntários da pesquisa.

Os critérios para o desenvolvimento da pesquisa foram aprovados na qualificação do Projeto, conforme documentos apresentados em Apêndices, realçando que os pareceres foram favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa em conformidade com os aspectos éticos.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS DA PESQUISA

---

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram aplicados dois questionários: o de investigação conceitual, onde se pôde identificar de forma ampla quais os comportamentos e concepções sobre Conselho que os entrevistados possuem, e a entrevista a qual se obteve resposta aos objetivos pré-elaborados na construção do Projeto de Pesquisa para efetivação deste trabalho.

É importante destacar que este processo se deu pela perspectiva de construir as análises necessárias para alcançar os objetivos elencados no capítulo introdutório, o qual apresenta os objetivos específicos deste trabalho.

A operacionalidade de um Conselho Escolar no âmbito educativo em uma escola no interior de Pernambuco foi muito significativa para a demonstração da importância e principalmente da necessidade da ressignificação do conceito e comportamentos existentes nesta instituição.

O desenvolvimento do estudo teve como base a investigação de processo operacional e ideológico do Conselho Escolar em uma escola pública da esfera estadual, no município de Caetés.

Logo, no início da investigação, o mundo em que vivenciamos sofreu um impacto violento com a manifestação de um vírus denominado COVID-19. Este vírus vem ainda hoje infectando milhões de pessoas pelo mundo. Como consequência a Pandemia do COVID-19, os trabalhos foram violentados de forma que as reuniões dos Conselhos Escolares e de Educação, desde março do ano de 2020 foram suspensas por fatores de complicações, como também devido ao alto risco de contágio.

Em resumo, as atividades da pesquisa que deveriam conter as discussões expressas pelos conselheiros (gestor, docentes e pais e/ou responsáveis) tiveram modificações na sua estrutura devido à ausência do contato físico com os membros do Conselho Escolar na escola campo de pesquisa, implicando em posicionamentos que foram parcialmente danificados, visto os riscos em que o mundo estava sendo assolado, no alto nível de contágio do COVID-19.

Ainda vale ressaltar que o pesquisador testou positivo do COVID-19 aumentando ainda mais a dificuldade de fazer sua presença no âmbito escolar e no desenvolvimento da pesquisa. Ainda assim, a pesquisa prosseguiu, quando possível através de ambiente virtual com auxílio de programas específicos para vídeo conferência. Um dos obstáculos eram as

entrevistas com os docentes e com os pais que não são favorecidos de tecnologias para realização dos eventos.

É importante destacar também que foram tomadas todas as precauções no que se refere aos aspectos éticos nas ferramentas investigativas, durante a realização das entrevistas.

Aduz-se inicialmente os resultados presentes no primeiro questionamento sobre os conceitos referenciais a luz dos Conselhos, relevantes discernimentos que apontam reflexões, principalmente no que é um Conselho de Educação e um Conselho Escolar. Anteriormente na fundamentação teórica se viu presente a importância do entendimento sobre estes órgãos públicos e autônomos, contudo durante a pesquisa de campo, o desenvolvimento das teorias fica distante à prática.

Na abertura da pesquisa de campo, foi apresentado o questionário de Investigação Conceitual onde todos os 21 (vinte e um) participantes, seja qual fosse a categoria (gestora, docentes e pais/ responsáveis) participassem das atividades para aquisição de dados.

A partir disso, encontraram-se quantitativos para serem expostos graficamente diante o questionamento realizado, obtendo assim os resultados para discussões em momento posterior sobre a indagação realizada conforme os objetivos do instrumento de pesquisa apontado.

Os instrumentos para coleta de dados seguiram os aspectos estruturais a seguir:

Quadro 5. Instrumentos de Pesquisa e seus objetivos

Participante	Instrumentos			Objetivo
	TCLE	Questionário (1)	Entrevista (2)	
Gestora	Sim	Sim	Sim	Debater <sup>1</sup> o conhecimento da historicidade e participação na gestão democrática junto ao Conselho Escolar
Docentes	Sim	Sim	Sim	Examinar <sup>1</sup> o conhecimento sobre o papel e a funcionalidade do Conselho Escolar
Pais e/ou Responsáveis	Sim	Sim	Sim	Constatar <sup>1</sup> o conhecimento e a participação dos agentes na funcionalidade do Conselho Escolar

Fonte: Dados do autor, 2022.

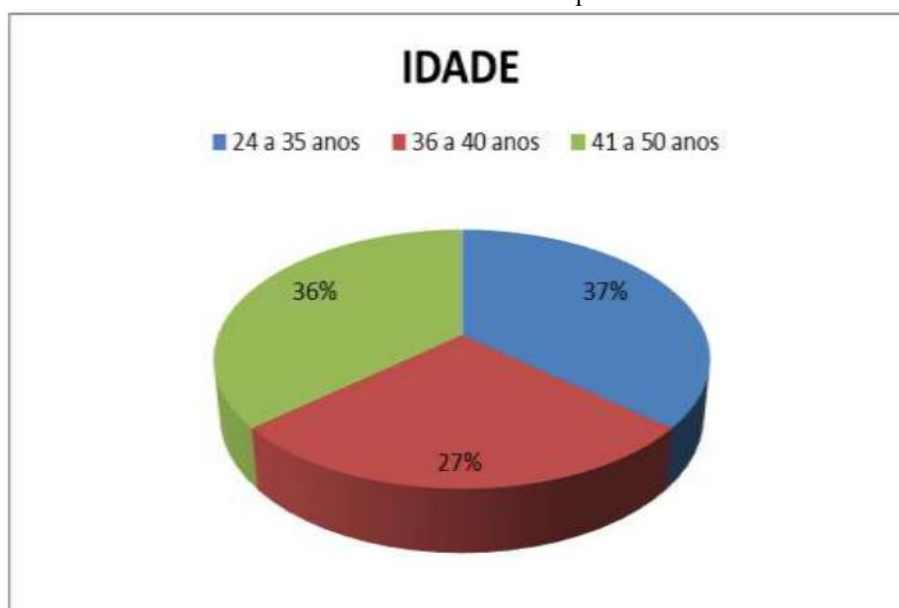
O instrumento investigativo denominado “Questionário de Investigação Conceitual” (Apêndice 1) foi dividido em dois itens: Investigação Social e Investigação Conceitual. Todos respondidos pelos participantes individualmente.

Segundo Ferreira (2013), em uma investigação em temas sociais sua importância se dá no entendimento de que ao indagar uma determinada pessoa se inicia uma alteração no comportamento social dela, visto que o questionamento pode contribuir para que discorram novas perspectivas sobre determinado tema abordado, ou seja, ao ser questionado ela pode querer, ou não, formar um conhecimento específico sobre a temática abordada durante a investigação.

#### 4.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO CONCEITUAL

Inicialmente, ressalta-se que todos os quesitos a seguir estão expressos no Apêndice 1, localizado ao final desta pesquisa. Os resultados foram computados da seguinte forma: juntaram-se todos os instrumentos investigativos dos participantes e apontaram-se as respostas em conformidade com a expressividade gráfica, para um melhor acompanhamento cognitivo dos leitores. Evidencia-se que os pontos sociais mais relevantes para a pesquisa foram destacados.

Gráfico 1. Idade dos Participantes



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

No Gráfico 1, estão expostos os resultados de que 37% dos participantes tem entre 24 a 35 anos; que 36% tem idade de 41 a 50 anos; e 27% com idade de 36 a 40 anos.

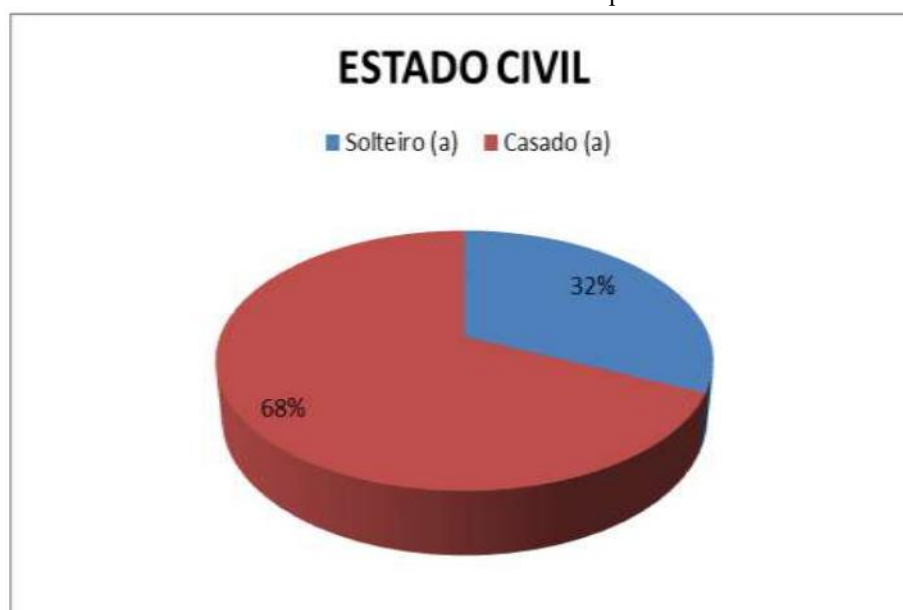
A maturidade é simplesmente a condição que muitos teóricos e filósofos acreditam que existe a convicção do que um indivíduo quer. Nesse sentido, a educação ter maturidade

é algo que é necessário na tomada de decisões. E para o desenvolvimento de atividades de gestão e até mesmo para participação em Conselhos de Educação e Escolar, tomada de decisão é fundamental para o desenvolvimento de ações e contribuições à escola pública (PEREIRA, 2015).

Da formação da maturidade à construção de caminhos para que contribuam com os investimentos necessários para uma gestão democrática e participativa. Isso é percebido diante deste gráfico que é possível desenvolver reflexões conceituais, pois a maior parte dos participantes tem características de uma maturidade ativa.

Ao observar os resultados sobre o posicionamento do Estado Civil dos participantes, deu para se elaborar o Gráfico 2, que proporcionou um olhar analítico observando-se os costumes da família e da cultura a qual a escola está inserida, viabilizando uma conexão direta com temas que são muito pouco discutidos pela comunidade acadêmica, visto que em primeiro plano o entendimento do Estado Civil dá uma conotação de que pessoas casadas tem um sendo de responsabilidade e compromisso um pouco maior. Não sendo bem assim que ocorre na prática.

Gráfico 2. Estado Civil do Participantes



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Quando realizada a investigação sobre o estado civil dos participantes, deteve-se a análise de que o casamento ou responsabilidade matrimonial (união estável) que alguns dos participantes estão no momento, traz consigo a necessidade da pessoa ser e ter muitos compromissos socialmente e culturalmente. Mas, isso é uma ilusão, estar casado, casada

ou em união estável não tem singularidade de compromisso/responsabilidade político-social (ROSÁRIO, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa destacou que 68% dos participantes, teoricamente, são responsáveis por suas decisões. Todos os participantes são, contudo, existe um ponto positivo, pois esta margem percentual enriquece o entendimento de que as respostas e os posicionamentos têm valor significativo por pessoas que tem um posicionamento social com maior destaque.

Sobre a Escolaridade dos participantes se identificou graficamente que:

Gráfico 3. Escolaridade dos Participantes



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

O nível de escolaridade, que está destacado no Gráfico 3, expressa 55% de que os participantes tem uma escolaridade em nível de especialização isso contribui no entendimento de que os conhecimentos dos participantes podem ter muita influência nas suas respostas, ou seja, existe posicionamentos concretos e fortalecidos por conhecimentos específicos na educação.

Segundo Souza (2018, p. 23):

A educação está presente em todas as sociedades e passa por diversas mudanças ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, se educa – e a educação molda o homem e, a depender da finalidade dela na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação.

Esse autor tem plena convicção da importância do uso do conhecimento, neste sentido a expressividade do valor exposto no gráfico faz entender que a pesquisa, sob a

ótica dos discernimentos está alcançando um potencial favorável para elencar respostas concretas aos objetivos propostos para a pesquisa.

O quarto quesito da investigação social, que se refere ao tempo ofertado às demandas à Comunidade e a Escola, identificou-se graficamente:

Gráfico 4. A participação na Comunidade/ Escola



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Como observado, no Gráfico 4, buscou-se identificar qual o tempo efetivo que os participantes tinham na escola, e isso trouxe-se um olhar sobre a reflexão de que:

[...] a participação da Comunidade Escolar é um dos fatores mais importantes para a concretização da escola que sonhamos, pois somente através da participação de todos os segmentos da comunidade escolar, poderemos avançar nas discussões bem como traçar metas e planejar ações necessárias no ambiente escolar (WAGNER,2015, p. 3).

Embora a questão “tempo” para se dedicar aos assuntos da escola se destaque como um percentual muito razoável positivamente, ainda se encontrou participantes que afirmam não dar muita atenção aos eventos na escola. Ou seja, não há interesse em entender a importância de sua presença nos eventos.

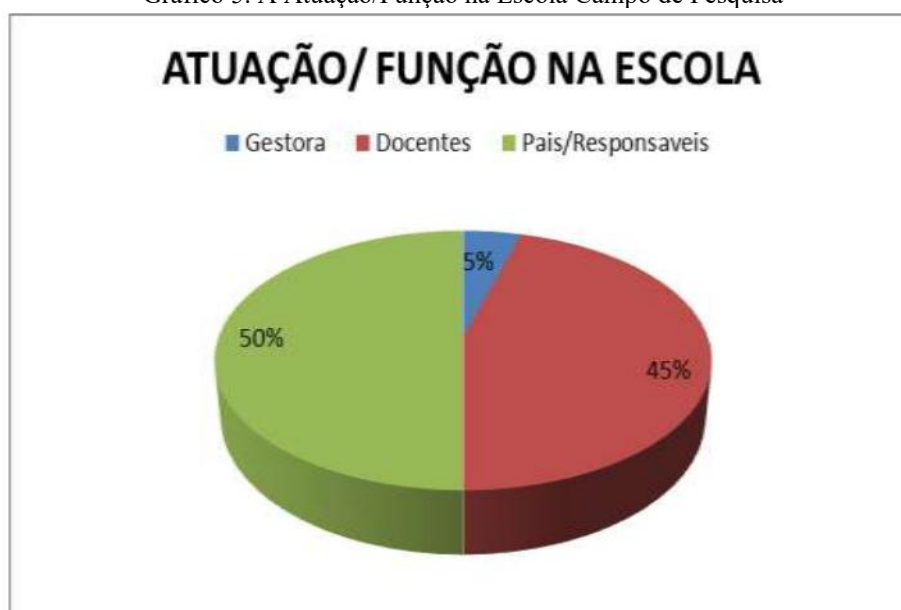
Importante que a participação seja compreendida como um processo dinâmico e cooperativo que supera a tomada de decisão, já que se caracteriza pelo compartilhamento e pela presença do cotidiano na gestão educacional, com busca, por seus interessados, pela superação de seus desafios e entraves, além da realização de seu papel social e do desenvolvimento de sua identidade (PORTES, 2021, p. 19).

Enfim, a participação destas pessoas, em maioria, expressa que estão em comum acordo com as referências que abordam esta temática. Isso é muito positivo.

Para finalizar o Gráfico 5, há a visualização dos percentuais de representação dos participantes para a pesquisa, ou seja, os pais e/ou responsáveis representam 55% dos participantes; 45% são os docentes e 5%, no montante geral se faz o indicativo da gestora.

Este Gráfico 5 demonstra ainda o entendimento que os pais e/ou responsáveis sempre representam uma parcela maior na comunidade escolar, e isso em muitas situações é esquecido pelos gestores públicos e educacionais.

Gráfico 5. A Atuação/Função na Escola Campo de Pesquisa



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Na Investigação Conceitual do Instrumento Investigativo (Apêndice 1), as questões objetivas apresentadas fomentaram a busca sobre o entendimento dos participantes da pesquisa, visando elaborar e apontar o nível de conhecimento sobre a temática proposta para a pesquisa. Entretanto, vale salientar que muitos aspectos fomentaram mais reflexões onde se adotou um maior aprofundamento das respostas que permitiram posicionamento de forma dúbia, e estes sendo eliminados no momento em que se realizavam as entrevistas orais na posterioridade da pesquisa.

Para melhor visualização gráfica, como também à sinalização dos posicionamentos dos participantes, se anexou a sequência “a)”, “b)”, “c)”, “d)”, “e)”, ao lado dos itens assinaláveis das questões para a identificação neste momento, sendo na última questão com maior itens assinaláveis o acréscimo de “f)” e “g)”.

A Questão Conceitual 1, apresentada de forma objetiva, expressa a questão que aborda quais as participações em atividades sociais, culturais e econômicas na Escola, traz novamente ao bojo das discussões as concepções de Portes (2021), viabilizando a certeza de que a participação é a dedicação nas ações realizadas na escola.

1. Você participa de alguma atividade na área social, cultural e econômica da Escola campo de pesquisa?

- a)  sim                      c)  somente em momentos específicos  
b)  não                         d)  as vezes                      e)  nem sempre

Apesar de um resultado de 32%, como já exposto anteriormente e expressado novamente no Gráfico 6, alguns profissionais e pais de alunos não participam, alegando motivos como “falta de tempo” ou “incompatibilidade” nos horários dos eventos. Esse comportamento foi muito frequente quando o diálogo se discorria com docentes sobrecarregados com cargas horárias em outras escolas e pais que atuam em atividades profissionais próprias.

Gráfico 6. Participação em atividades da Escola campo de pesquisa.



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Passando para a Questão Conceitual 2 da pesquisa, e com interesse de adentrar mais em um dos objetivos do estudo para assim trabalhar a gestão democrática e participativa dentro do ambiente educativo, buscar o conhecimento dos participantes se tornou inevitável, assim esta questão fomentou a confecção do Gráfico 7.

2. A gestão democrática, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 sempre teve foco para a participação de todos da sociedade. Você considera que isso acontece na Escola em que você vivencia sua cidadania?

- a)  sim                      c)  somente em momentos específicos  
b)  não                        d)  as vezes                      e)  nem sempre

Com os seguintes apontamentos pelos participantes, 76% da alternativa “a” foi assinalada, demonstrando que todos os participantes possuem o entendimento de que é vivenciada uma gestão democrática.

Os autores Vieira, Jesus e Silva (2016), em sua pesquisa realizada em uma escola pública, expressam sobre a importância destes discernimentos entre todos da comunidade escolar e, neste sentido, os participantes desta pesquisa favorecem o entendimento e discernimentos que se pode apontar sobre a temática deste estudo.

Gráfico 7. A Gestão Democrática e Participativa na Escola.



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Iniciou-se, a partir da Questão Conceitual 3, a busca de informações sobre os posicionamentos individuais à formação dos Conselhos de Educação e o Escolar.

3. Os Conselhos de Educação são, segundo autores como Semis (2018) uma ferramenta que contribui na formação de cidadania e participação de todos nas instituições de ensino. Diante disso, você conhece os principais Conselhos da Educação?

- a)  sim                      c)  somente em momentos específicos  
b)  não                        d)  as vezes                      e)  nem sempre

No Gráfico 8, a seguir, que representa a Questão 3, encontra-se a concepção de Semis (2018) a qual apontam em seus estudos que os Conselhos de Educação são o braço forte de uma instituição de ensino, se bem alinhada aos conceitos de democracia e a fomentação de participação podem construir e alcançar objetivos riquíssimos à comunidade escolar.

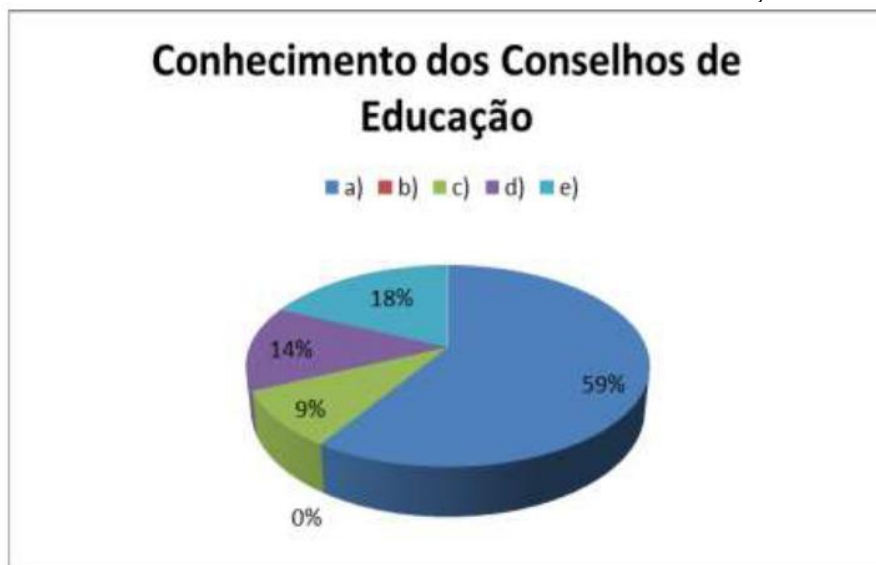
Diante dos 59% do conhecimento dos principais Conselhos, pode-se acreditar que o trabalho para fomentação à uma gestão democrática e participativa pode ser fácil, entretanto, no discorrer da pesquisa e das indagações se nota que isso não ocorre de forma sincronizada com a teoria.

A participação de todos deve ser uma das características principais para a consolidação das atividades e durabilidade de um Conselho que pretende estar ativo no atendimento à Comunidade Escolar como a Escola, entretanto, conhecer não é a mesma coisa de participar assim como faz menção Rodrigues (2021, p. 5):

É necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção permanentemente. É preciso, também, pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.

É preciso fazer, sair do comodismo a trabalhar em prol de uma gestão democrática e mais participativa efetivamente e diretamente em conformidade com o espírito e a essência de democracia e participação.

Gráfico 8. Conhecimento dos Conselhos existentes na Educação



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

A Questão Conceitual 4, a seguir apresentada, buscou atingir uma discussão a muito tempo existente nas gestores escolares.

4. Você já participou ou foi convidado para integrar algum Conselho de Educação?  
a) ( ) sim                      c) ( ) somente como parte da assembleia  
b) ( ) não                        d) ( ) as vezes      e) ( ) nem sempre

Cabe lembrar neste momento que a participação é a questão mais apresentada pelos gestores e docentes de muitas instituições de ensino, e a observação sobre este quesito foi base da Questão conceitual 4.

No Gráfico 9, expressivamente é apontado um percentual de 64% que já participou ou foi convidado para integrar um Conselho.

Ainda assim, como descreve Ribeiro (2018), em sua pesquisa, existem situações em que representantes são convocados a participar de Conselhos, entretanto, na maioria das vezes, não são efetivados, normalmente por não estarem de comum acordo com o político-partidária, ou um gestor não comungar com o posicionamento do convidado a participar.

Gráfico 9. Participação em Conselhos formados para Educação



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Para formar o perfil dos participantes, e entender mais sobre a relação dos conceitos de gestão democrática e identificar a participação, a Questão Conceitual 5 apresentou motivos para não participar de um Conselho.

5. Quais os motivos que você não poderia participar de um Conselho de Educação:
- a ( ) desconhecimento da existência do órgão na escola
  - b ( ) não corroborar com os posicionamentos dos membros do Conselho
  - c ( ) ausência de participação de outros membros
  - d ( ) incoerência na temática proposta nas reuniões do Conselho
  - e ( ) falta de participação de quem deveria estar no controle das atividades
  - f ( ) inexistência do diálogo entre Escola, pais/responsáveis, professores e a Comunidade Escolar

Acredita-se, em conformidade com a linha de pensamento de Portes (2021) que existem condições contraditórias aos discursos de gestores e pessoas da comunidade escolar em demonstrar quererem estar no Conselho de Educação ou Escolar, como também existem obstáculos para que estes não estejam presentes.

Vale ainda ressaltar que:

A democracia e a participação são inseparáveis; são considerados termos intrínsecos e um conceito remete ao outro. Não obstante, essa reciprocidade nem sempre ocorre. Apesar da democracia ser inexecutável sem participação, é possível observar que ainda ocorre nas escolas participação sem espírito democrático (PORTES, 2021, p. 52).

Contudo, a observância no percentual de 32% (Gráfico 10) apresentado no resultado desta questão cria um conflito nos posicionamentos observados anteriormente a apresentação do questionário. Vale, ainda, realçar que posteriormente a aplicação, os dados apresentados condicionam o entendimento de que existe uma dificuldade na interpretação de conceito entre colaboração e participação.

Gráfico 10. Questão 5 da Investigação Conceitual



Fonte: resultado pesquisa de campo, 2021.

Ainda observando o Gráfico 10, os 19% apresentados igualmente em dois itens (“e” e “f”) do questionário novamente faz menção sobre a participação e a inexistência de diálogo entre a comunidade escolar e a gestão da escola. Isso faz remeter aos discernimentos que ausência de um plano estratégico que venha a contribuir com a formação de um Conselho forte e autônomo em seus posicionamentos para favorecer todas as ações para a escola (RAMOS, 2014).

Assim, o desenvolvimento, como também as respostas do questionário para apresentar estes resultados também direcionaram a formação de que existe com conflito a qual somente poderá ser reformado se ocorrer uma inovação no comportamento e interpretação de conceitos da democracia, da participação e da prática em conformidade a uma nova reformulação social, cultural e principalmente política (ROMÃO NETTO, 2015; SANTOS, 2018; RIBEIRO, 2018).

## 4.2 DADOS DAS ENTREVISTAS

Como relatado anteriormente, a pesquisa de campo percorreu em dois momentos, onde os participantes efetivaram respostas em tipos diferentes de investigação: social, conceitual e comportamental (questionário) a qual será exposto a seguir.

### 4.2.1 Dados da entrevista com gestora

Quadro 6. Instrumento de Investigação a Gestora

Objetivo	Debater a formação da equipe Gestora da instituição sobre o discernimento a respeito de Conselhos de Educação e o papel e funcionalidade do Conselho Escolar da Unidade de Ensino
Pergunta	1. Quais dificuldades existentes para participação dos Conselheiros Escolares?
	<i>os conselheiros alegam que não participam com mais desenvolvimento devido ao fato de serem atarefados com outras atividades .</i>
Pergunta	2. Qual relevância do Conselho Escolar na gestão democrática e participativa da Unidade de Ensino?
	<i>o conselho escolar, bem como outros órgãos colegiados são de fundamental importância para a gestão democrática / participativa das unidades escolares de regular pois nas Assembleia são debatidos / deliberados assuntos de suma importância para o aperfeiçoamento da atuação da gestão, contribuindo para essa atividade da prática pedagógica da escola.</i>
Pergunta	3. As legislações vigentes que são adotadas no seu projeto político pedagógico garantem a existência do Conselho Escolar?
	<i>sem vírgula no PPP está prevista a ativação dos órgãos colegiados, fato este que é orientado pela secretaria de educação e que está presente nas principais legislações educacionais.</i>
Pergunta	4. Quais são os ponderamentos mais frequentes para que o Conselho Escolar não seja efetivado em sua plenitude?
	<i>o conselho escolar, bem como outros órgãos que compõem o sistema educacional se depara com problemas de natureza estrutural/ prática ou que obstrui algumas vezes os caminhos que levariam para os seus principais objetivos de efetiva gestão democrática.</i>
Pergunta	5. Quais os critérios são utilizados para as escolhas dos Conselheiros que atuam no Conselho Escolar?
	<i>os critérios de disponibilidade de interesse nas coisas do educacional são os mais determinantes para a eleição dos membros dos conselhos, bem como de outros órgãos colegiados presente na Unidade Escolar.</i>

Fonte: Dados do Autor, 2022.

### 4.2.2 Dados da entrevista com docentes

O desenvolvimento deste questionário aos Docentes (Docente 1... Docente 2... Docente 3... Docente 4...) teve a pretensão de, além de conhecer mais os próprios docentes,

proporcionar discernimentos sobre a relevância do conhecimento sobre o processo democrático dentro da escola, e a condição que se encontra o senso comum entre os que estão contemplados na comunidade escolar, buscando assim efetivar o objetivo previamente exposto para este questionamento enquanto formação do projeto de pesquisa.

Sendo assim, obtiveram-se os seguintes resultados:

Quadro 7. Pergunta 1 aos Docentes Participantes

<b>Objetivo</b>	<b>Distinguir e debater a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo frente à educação do século XXI.</b>
<b>Pergunta 1</b>	<b>Existe equivalência conceitual na sua concepção sobre a participação da gestão democrática e participativa na fomentação do Conselho Escolar?</b>
Docente 1	<i>Sim</i>
Docente 2	<i>Sim</i>
Docente 3	<i>Sim</i>
Docente 4	<i>Só existe gestão democrática se houver participação da comunidade nas demandas da escola</i>
Docente 5	<i>Sim. A gestão democrática de uma escola significa a participação ativa da comunidade escolar desde a identidade da escola (PPP) ao Conselho Escolar.</i>
Docente 6	<i>Os conselhos escolares consolidam espaços efetivos à formação dos alunos, pois permite o efeito exercício de participação, essencial à formação do cidadão.</i>
Docente 7	<i>Sim</i>
Docente 8	<i>Sim</i>
Docente 9	<i>Sim</i>
Docente 10	<i>Sim. A existência deles favorece a gestão democrática</i>

Fonte: Dados do Autor, 2023.

Pode-se observar que, dos docentes participantes, 50% demonstram expressividade sobre este questionamento, além disso, ainda proporcionam posicionamentos que são muitos necessários para que se efetive uma relação entre escola, gestão e toda a comunidade escolar.

Um dos principais comportamentos para o desenvolvimento democrático está na construção e efetivação do saber democrático, seja ele filosófico e prático, demonstrando a necessária prática, ao longo do trabalho participativo da comunidade escolar, a relação entre o saber democrático e participativo que deve ser consolidado entre todos os participantes dos conselhos e da gestão escolar.

Quadro 8. Pergunta 2 aos Docentes Participantes

Objetivo	Distinguir e debater a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo frente a educação do século XXI.
Pergunta 2	Os posicionamentos das políticas públicas de educação viabilizam um trabalho de sala de aula pra contribuir com o Conselho Escolar quando convocado para fins de análise curricular?
Docente 1	<i>Sim</i>
Docente 2	<i>Sim</i>
Docente 3	<i>Sim</i>
Docente 4	<i>Sim, pois a análise curricular é feita nas redes sociais por consulta pública, assim qualquer pessoa da sociedade pode participar!</i>
Docente 5	<i>Sim. Contribui para parte diversificada do currículo, o deixando mais próximo do contexto da Comunidade escolar.</i>
Docente 6	<i>Neste sentido, cabe aos conselhos escolares; deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola.</i>
Docente 7	<i>Sim</i>
Docente 8	<i>Nem sempre... muitas vezes as decisões sobre políticas públicas, bem como, a elaboração curricular não é coerente com a realidade e necessidade da comunidade escolar.</i>
Docente 9	<i>Sim</i>
Docente 10	<i>Sim.</i>

Fonte: Dados do Autor, 2023.

O comportamento à reflexão vem demonstrando que o importante papel das políticas públicas está em proporcionar uma relação mais consolidada entre todos os sujeitos que compõe as funções de gestão e de deliberação à autonomia ao crescimento da instituição escolar, como também à comunidade escolar.

Isso também viabiliza inovadas reflexões para que se tenha um novo olhar sobre a necessária formação de conselheiros e/ou profissionais habilitados para atuarem em um campo que se molda a cada nova gestão educacional.

Vale salientar que os resultados dos docentes também estão relacionando-se a buscar compromisso com a comunidade escolar, trazendo ao bojo de discussões que quando mais se efetiva a participação e a democracia, as políticas públicas podem contribuir na medida em que se torna amplo o trabalho da gestão com a comunidade escolar interna e externa.

Quadro 9. Pergunta 3 aos Docentes Participantes

Objetivo	<b>Distinguir e debater a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo frente à educação do século XXI.</b>
<b>Pergunta 3</b>	<b>Você tem conhecimento quais os critérios de exclusão e inclusão são necessários para ser um Conselheiro Escolar na Unidade de ensino?</b>
Docente 1	<i>Não</i>
Docente 2	<i>Não</i>

Docente 3	<i>Sim</i>
Docente 4	<i>Ser membro da sociedade e representar algum segmento (pais, professores entre outros).</i>
Docente 5	<i>Não</i>
Docente 6	<i><u>O professor nessa concepção é o mediador que proporciona vários meios de aprendizagem, caminha junto, e interfere nas horas necessárias. (Grifo Nosso)</u></i>
Docente 7	<i>Sim</i>
Docente 8	<i>Sim</i>
Docente 9	<i>Sim</i>
Docente 10	<i>Sim. São formados por representantes da comunidade escolar.</i>

Fonte: Dados do Autor, 2022.

Entender o papel e a importância do desenvolvimento do Conselho Escolar, dentro de uma instituição de ensino, no entendimento de muitos autores que discernem sobre esta temática, visa moldar um órgão que pode contribuir com a evolução dos participantes, como também a viabilidade de consolidar importantes reflexões sobre o papel de atuação de cada representante assim eleito para o cumprimento de suas funções. Entretanto, se identifica que o conhecimento, e a formação deste são distorcidos e/ou equivocados.

Visivelmente os docentes que participaram tem um posicionamento e conhecimento supra superficial, ou seja, não existe um direcionamento lógico, conceitual, concreto e fundamentado pela legislação, de conceitos e ideia sobre critérios à efetivação de membros para um Conselho, seja ele de direito (CAE, CACS- Fundeb, CME) ou de deliberação (Escolar).

Quadro 10. Pergunta 4 aos Docentes Participantes

<b>Objetivo</b>	<b>Distinguir e debater a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo frente à educação do século XXI.</b>
<b>Pergunta 4</b>	<b>Existe o entendimento de sua parte que o Conselho Escolar atua de forma democrática?</b>
Docente 1	Sim, pois sempre é exposto em pauta todos os recursos investidos e aplicados.
Docente 2	Sim
Docente 3	Sim
Docente 4	Caminhamos para alcançar a democracia, percebo que cada dia as ações realizadas vão contribuindo para esse objetivo.
Docente 5	Sim. A partir do momento que todos são ouvidos visando o bem comum
Docente 6	Sim
Docente 7	Sim
Docente 8	Sim
Docente 9	Sim
Docente 10	Sim. Assegura a qualidade do ensino e a gestão democrática na escola

Fonte: Dados do Autor, 2022.

A existência de equívocos sobre o papel do conselho, como também sua funcionalidade, demonstra que o resultado deste questionamento está contrário à autonomia do Conselho escolar. Acredita-se que a distorção das funcionalidades faz com que as respostas sejam vagas e incoerentes para o papel do Conselho na escola.

Quadro 11. Pergunta 5 aos Docentes Participantes

<b>Pergunta 5</b>	<b>Quais impedimentos você tem conhecimento para não participar do Conselho Escolar?</b>
Docente 1	Não gosto de fazer parte de Conselhos
Docente 2	-
Docente 3	Não ser membro da comunidade escolar
Docente 4	Desconheço se houver
Docente 5	Desconhecimento dos contextos sociais daquela escola
Docente 6	Desconhecimento da existência
Docente 7	Incoerência; falta de participação e inexistência do diálogo.
Docente 8	Não fazer parte da comunidade escolar; ter impedimentos judiciais.
Docente 9	Desconhecimento da existência do órgão na escola.
Docente 10	Nenhum, pois faço parte da comunidade escolar.

Fonte: Dados do Autor, 2022.

Corroborado ainda mais a concepção de que a falta de conhecimento sobre formação, funcionalidade e operacionalidade prática e legislativa dos conselhos de direito e escolar, é claro nos resultados apresentados pelos docentes.

A incoerência das respostas apresentadas, principalmente quando se é expresso desconhecimento faz com que a necessidade de reflexões, principalmente desenvolvimento de ações que viabilizem o aprendizado e a formação de membros participativos e democráticos está relacionado ao que muitos autores que falam sobre esta temática a necessária efetivação de produção de conhecimento sobre os Conselhos, principalmente os escolares que são os que diretamente estão propostos a atuarem dentro das instituições de ensino.

As modalidades de aprendizagem, ou até mesmo conhecimentos sobre os conselhos deveria ser um assunto específico em pautas de reuniões entre os professores, principalmente para agregar mais a valorosa participação dos docentes na formação democrática da escola.

Em médio prazo, a formação de pautas que viabilizem este processo também se encontra muitas perspectivas que não estão atentas a importância do Conselho Escolar em

uma instituição, isso se deve principalmente pela presença dos discursos equivocados e moldados sem a respectiva legislação e conceitos básicos.

Embora se detenham bases instáveis sobre o papel dos conselhos, os docentes ainda estão alienados a um pensamento, visto superficialmente, negativo e improdutivo do papel dos conselhos escolares, valendo lembrar o que já foi visto no momento da fundamentação que seu papel é direcionado a construção de saberes e processos integrativos a gestões participativas e democráticas da comunidade escolar, como também das pessoas que atuam no compromisso social e cultural de uma sociedade a qual a escola esteja inserida.

#### 4.2.3 Dados da entrevista com Pais e/ou Responsáveis

Muito foi observado o posicionamento da gestora e dos docentes que participaram dos momentos específicos para eles construídos, apresentando suas perspectivas nos questionários apresentados a eles.

Outro objetivo da pesquisa visa trazer também o conhecimento sobre uma das maiores queixas da gestão e dos docentes que seria a ausência dos Pais e/ou Responsáveis (P/R 1... P/R 2... P/R 3... P/R 4...) nas atividades de seus filhos na escola, como também em ações sociais e culturais.

Assim, com a apuração das informações, se constatou e consolidou a necessidade de buscar fazer a veracidade dos fatos, e para tal, se fez a confecção do momento e do questionário a ser apresentado os resultados a partir de agora, como também efetivar um dos objetivos da pesquisa.

Quadro 12. Pergunta 1 aos Pais e/ou responsáveis

Objetivo	Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar.
Pergunta 1	Qual seu conhecimento sobre os critérios para ser um Conselheiro escolar?
P/R 1	Ser membro da sociedade e representar um dos segmentos (pais, professor entre outros)
P/R 2	Não tenho conhecimento sobre este assunto
P/R 3	Pai
P/R 4	Não tenho conhecimento
P/R 5	É ser pai, trabalhar na escola; representar a escola
P/R 6	Não (não interpretou corretamente a questão)
P/R 7	Estar informado sobre todos os programas e funcionamentos da escola
P/R 8	Sim (não interpretou corretamente a questão)
P/R 9	-
P/R 10	Fazer parte da escola e ter filho estudando

Fonte: Dados do Autor, 2023.

A demonstração da necessária aplicação dos conhecimentos à comunidade escolar vem se consolidando a cada questionamento realizado a todos os sujeitos que participaram da pesquisa, demonstrando acima de tudo que a ausência de informações e conteúdos temáticos e específicos para o conhecimento sobre Conselhos sob o olhar da gestão democrática e participativa ainda deve percorrer muitos caminhos, principalmente conceituais para assim torna-se uma efetivação prática com sapiência.

Quadro 13. Pergunta 2 aos Pais e/ou Responsáveis

<b>Objetivo</b>	<b>Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar</b>
<b>Pergunta 2</b>	<b>Você se acha preparado para estar em um Conselho Escolar?</b>
P/R 1	Qualquer pessoa pode representar sua sociedade, pois faz parte dela.
P/R 2	Não
P/R 3	Sim
P/R 4	Não
P/R 5	Sim
P/R 6	Não. Porque tem que ter muitos conhecimentos
P/R 7	Sim, pois gosto de estar sempre informada
P/R 8	Sim
P/R 9	Não
P/R 10	Sim, ninguém trabalha de graça

Fonte: Dados do Autor, 2022.

Os questionamentos e posicionamentos existentes para a fomentação de discernimentos sobre a grandeza e a competência à formação de futuros conselheiros ainda é vista como um “bicho de sete cabeças”, isto porque, talvez não existe na escola campo de pesquisa um olhar sobre a importância que os Conselhos de Direito e Escolar tem na formação de futuros cidadãos, tal como a melhoria e benefícios que podem surgir à comunidade escolar interna e externa.

Com um olhar na perspectiva de aprimoramento e desenvolvimento de novos conteúdos, falar e fazer menção sobre os conselhos e as gestões passa a ser discutido com maior ênfase quando em prática todos que participam dos conselhos e de uma gestão democrática e participativa visam um bem maior à comunidade, demonstrando assim a formação da autonomia da instituição, como também dos conteúdos curriculares na formação de perspectivas mais positivas e logísticas ao processo de ensino e aprendizagem de muitos conteúdos aplicados em sala de aula.

Quadro 14. Pergunta 3 aos Pais e/ou Responsáveis

<b>Objetivo</b>	<b>Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar</b>
<b>Pergunta 3</b>	<b>Existe em você conhecimento sobre a legislação e importância do Conselho Escolar?</b>
P/R 1	Não sei muito sobre legislação, mas sou conhecedora da importância do conselho, pois é uma forma de prestar contas a sociedade dos diversos mecanismos utilizados para administrar uma unidade escolar.
P/R 2	Não
P/R 3	Sim
P/R 4	Não
P/R 5	Sim
P/R 6	Não
P/R 7	Sim
P/R 8	Sim
P/R 9	Não
P/R 10	Não

Fonte: Dados do Autor, 2022.

Reafirmamos que as observações realizadas na construção dos resultados da pesquisa viabilizaram o entendimento de que a composição da ausência sobre o conhecimento das competências para formar conselheiros se enaltece a cada vez mais, principalmente quando se é composto pela necessidade de consolidar os conceitos na representatividade dos pais, que muitos acreditam relacionar o comportamento democrático social em igualdade ao democrático na escola.

Quadro 15. Pergunta 4 aos Pais e/ou Responsáveis

<b>Objetivo</b>	<b>Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar</b>
<b>Pergunta 4</b>	<b>Diante da gestão democrática, onde todos devem participar, porque você acha que um pai e/ou responsável não pode ser gestor da escola?</b>
P/R 1	Pode existir uma gestão compartilhada onde um grupo de pessoas possam administrar (pessoa com vínculo no governo, representante da sociedade civil, representante de pais, representante de outros segmentos).
P/R 2	Pode sim é só querer
P/R 3	Pode sim
P/R 4	Porque tem que ter muito conhecimento inclusive de leis e outros
P/R 5	Acho muita responsabilidade e tempo disponível para atuar nesta área
P/R 6	A falta de conhecimento
P/R 7	Tanto pai ou responsável pode sim, basta ter todos os requisitos
P/R 8	Sim
P/R 9	Falta de conhecimento das leis
P/R 10	Ninguém disse que pode. Só professor que pode

Fonte: Dados do Autor, 2022.

As manifestações apresentadas por este questionamento estão entre as inúmeras e não viabilizadas indagações e imposições sobre o comportamento democrático na escola. Entendeu-se que o comportamento democrático, diante a pesquisa bibliográfica é uma

proposta que a muito vem se lutando na sua implementação, entretanto, existe a fomentação de exercícios e atividades que não contribuem com a aplicabilidade e o desenvolvimento dos conceitos de gestão democrático na escola pública.

As possibilidades de construir e demonstrar a efetivação da gestão democrática pelos pais e/ou responsáveis ainda é uma ação e comportamento distante dos olhos dos gestores educacionais, principalmente por existir o conflito ideológico do risco que se tem ao deixar uma pessoa que não seja vinculada ao governo estadual ou municipal tratar assuntos direcionados aos recursos à unidade escolar.

Quadro 16. Pergunta 5 aos Pais e/ou Responsáveis

Objetivo	Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar
Pergunta 5	Sabendo que não existe remuneração para atuar como Conselheiro Escolar, pode ser uma das causas que há uma lacuna na representação dos pais nestes órgãos?
P/R 1	Não. Existe na nossa sociedade (tantos) muitos pais aplicados e com vontade de contribuir em ações para melhorar nossa sociedade. Talvez seja a divulgação, ou seja, a forma da divulgação.
P/R 2	Sim
P/R 3	Sim
P/R 4	Sim
P/R 5	Sim. Falta interesse por não ter ganho e não conhecer bem (grifo nosso)
P/R 6	Porque ele não tem interesse (grifo nosso)
P/R 7	Justamente, se tiver remuneração vai ter mais aceitação e interesse.
P/R 8	Desconhecimento da existência do órgão na escola.
P/R 9	Sim
P/R 10	Sim. Ninguém trabalha de graça.

Fonte: Dados do Autor, 2022.

A questão apresentada para este grupo de participantes traz ao bojo das discussões o confronto entre participação e interesse para estar em um conselho de direito ou escolar. Entretanto, o posicionamento dos pais e/ou responsáveis deslumbra o olhar de atenção, principalmente por estes tratarem com maior compromisso e busca sobre a temática em Conselhos.

Como já frisado anteriormente, a existência das distorções sobre os conceitos de Conselhos de direito e escolares, tal como funcionalidade, objetividade e a sua legalidade são questões ainda abertas e ainda a serem discutidas em muitos momentos reflexivos, até mesmo para que a prática seja mais efetiva e que não sofra influência de forças políticas tal como a ausência da imparcialidade por parte dos gestores do poder executivo.

A finalização do questionário aplicado aos pais e/ou responsáveis viabilizou a construção de um leque de discussões que serão aplicadas a seguir, viabilizando um olhar ainda mais profundo sobre as questões apresentadas no questionário aplicado.

### 4.3 DISCUSSÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS

A partir deste momento, serão feitas as discussões com arcabouço nos resultados apresentados nas ferramentas investigativas aplicadas à gestora, aos docentes e aos pais e/ou responsáveis pelos alunos. A comunidade escolar seja ela interna ou externa além dos questionários aplicados passaram também pelo crivo da entrevista enquanto foram respondidas as questões, onde passaram a fomentar o que se expressa a seguir.

Na primeira questão sobre a participação da comunidade escolar demonstrou relevantes aspectos sobre o conhecimento das necessidades que a escola precisa, expressam os questionários um resultado que os participantes estão em torno da média de 5 (cinco) anos de atividades na educação.

Sobre a participação nas ações da escola (conselhos e ações em prol da escola) os sujeitos da pesquisa conotam o entendimento de que por mais apontamentos da gestão da escola e dos docentes, os pais e/ou responsáveis ainda expressam, mesmo que equivocado um sucinto conhecimento sobre Conselhos, e que a lacuna existente é provida de situações e ocorrências cotidianas ao devermos que são existentes por todo cidadão que tem uma vida ativa financeiramente em uma sociedade.

Em um trabalho de pesquisa relacionado com a importância da participação da Comunidade Escolar nas questões políticas e pedagógicas da escola, Portes (2021) define que é com uma participação ativa que se trata de construir ações e respeito a todos que atuam em uma escola, e neste sentido, ao observar as respostas apontadas, logo se consolida o entender que a participação dos sujeitos não parece ser tão ativa, até mesmo porque durante as entrevistas se identifica que existem problemáticas além das questões políticas pedagógicas, mais sim política partidária no âmbito educacional, deixando deste modo possibilidade de não construir um trabalho de Conselho mais compromissado com a educação.

A Questão 2 da investigação conceitual demonstrou a efetivação dos discursos expressos nas entrevistas, a qual a demonstração da participação era somente decorrentes a necessidade/ obrigatoriedade em que a escola tem na efetivação do Conselho Escolar e da participação em um Conselho da Educação. Ou seja, a resposta foi unanime, e que a possibilidade de promover cidadania “somente ocorria em momentos específicos”.

O que chamou a atenção neste questionamento foram colocações ditadas dos pais e/ou responsáveis que participaram da pesquisa, podendo assim expressa-las a seguir:

[SIC] “[...] a escola só chama a gente para necessidade de assinar uns documentos que tem, pra soltar dinheiro pra escola, ou pra comprovar que a escola funciona[...]” (P/R 1)

[SIC] “meu filho aparece com um bilhete da escola que vai ter reunião de um Conselho. Quando vai lá, é só pra assinar o que foi decidido pela diretora e pelo povo da Secretária de Educação”. (P/R 5)

[SIC] “eu participei de dois tipos de conselho, o que eu posso falar disso é que um bocado de coisas que às vezes a gente não entende, então não dá nem vontade de ir pra essas reunião. Ninguém faz nada pros alunos mesmo” (P/R 7)

O descontentamento não fica somente com os pais e/ou responsáveis, se observou também o olhar dos docentes sobre esta temática, como exposto a seguir:

[SIC] “nestes anos todos que possuo no ensino, posso deixar bem claro que é perda de tempo participar destas reuniões de conselhos, até mesmo que quase não temos tempo para cuidar das atividades e cadernetas, onde arrumar tempo para participar de algo que não tem significado para alguns prefeitos e secretários de educação” (DOCENTE 3).

Quando não se encontram formas para direcionar a essência dos Conselhos de Educação às práticas políticas pedagógicas, não haverá espaço para compor um conselho escolar, que deve ter a mesma essência do da educação, sendo um sob uma ótica coletiva para as escolas e outro para organização interna de uma instituição. Sobre essa questão da atuação, entendendo-se que se refere a participação, Melo (2014, p. 16) já apontava sobre a importância da convivência com as ações dos Conselhos Escolares e de Educação, tanto que ele assim expressa:

Busca, sobretudo, consolidar uma esfera pública de decisão no espaço educacional, construindo uma esfera pública de decisão, fortalecendo o controle social sobre o Estado, a fim de garantir que a escola pública atenda aos anseios e às necessidades da população a que se destina. Democracia implica, ainda, co-responsabilizar com os compromissos assumidos e, por isso, cabe-nos fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações dos governantes, como também dos compromissos assumidos coletivamente. A importância da participação da comunidade para viabilizar a democracia no âmbito escolar é documentada no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares [...]

Os compromissos necessários para o crescimento dos Conselhos, seja escolar ou de educação, requer aprimoramento, como também um trabalho de dedicação em busca da democracia em torno das metas pré-estabelecidas no projeto político pedagógico. Este pensamento conceitual está até no entendimento de qual seria o conhecimento dos participantes sobre os Conselhos, principalmente objetivando identificar qual é o conhecimento básico sobre sua estrutura e funcionalidade.

Ainda no contexto da investigação sobre os conceitos que cercam é fundamental os Conselhos de Direito e o Escolar, as respostas sobre “conhecer os principais Conselhos da

Educação” viabilizou o entendimento de a maioria dos questionados e entrevistados, ou seja, 70% apontaram que “somente em momentos específicos” conheciam o desenvolvimento dos Conselhos da Educação, mas que já tinham a convicção de que eles não são autônomos como a legislação prega em suas linhas editadas e publicadas.

Quando se indagado no questionário sobre a participação efetiva ou convite para a integração em um Conselho de Educação se nota que 30% são membros quase sempre efetivos dos Conselhos, devido a formação e “praticidade” de manter pessoas que já atuam no Conselho Escolar da escola, indo até em contra à recomendação de que as pessoas no Conselhos não sejam efetivas por mais de dois mandatos; 40% afirmam que somente participaram ou foram convidados para assistirem a assembleia (ou reunião como chamam os sujeitos da pesquisa). Os outros 30% afirmaram que nunca foram convidados ou participaram de reuniões que se tratasse sobre qualquer tipo de Conselho, fosse escolar ou de educação.

É importante realçar o pensamento conceitual que Pereira (2020, p. 7) ao expor os obstáculos e a falta de compromisso por parte da Comunidade Escolar, visto que:

[...] em um contexto marcado por escolas ainda fortemente marcadas por relações autoritárias em seu cotidiano, o grande desafio é conquistar a participação e a corresponsabilidade de todos os atores envolvidos, uma vez que as atribuições do conselho escolar nem sempre são de conhecimento de seus membros, que não se envolvem efetivamente e relegam as decisões à direção da escola. Por outro lado, não é raro que a própria direção da escola tenha receio em fortalecer seus conselhos escolares por temer interferências nas suas tomadas de decisão.

Diante das incertezas e questionamentos sobre a ausência da Comunidade Escolar na formação de um Conselho, seja escolar ou de educação, buscou-se para finalizar o entendimento conceitual dos participantes definirem quais seriam os motivos para não participarem ativamente, encontraram-se os seguintes resultados:

Dos participantes que apontaram os motivos pode-se apontar que:

Tabela 1. Motivos para não participar dos Conselhos de Educação

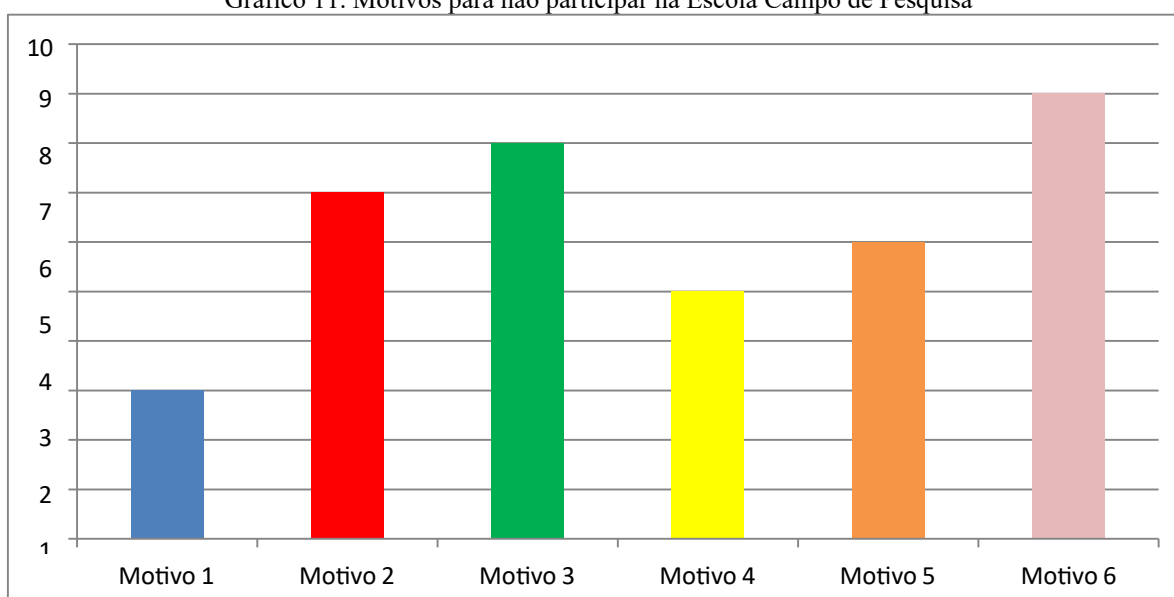
Resultado	Motivo
30%	( 1 ) desconhecimento da existência do órgão na escola
70%	( 2 ) não corroborar com os posicionamentos dos membros do Conselho
8%	( 3 ) ausência de participação de outros membros
50%	( 4 ) incoerência na temática proposta nas reuniões do Conselho
60%	( 5 ) falta de participação de quem deveria estar no controle das atividades

90%	( 6 ) inexistência do diálogo entre Escola, pais/responsáveis, professores e a Comunidade Escolar
-----	---

Fonte: Dados do Autor, 2022.

Este resultado demonstra claramente que o comportamento gráfico se expressa em muito acentuado na inexistência do diálogo entre a escola e a comunidade escolar (gestão, docentes, pais e/ou responsáveis), deixando os questionamentos sobre a gestão participativa e democrática ainda mais realçada com a necessidade de proporcionar uma maior ampliação de debates e difusão de conhecimento.

Gráfico 11. Motivos para não participar na Escola Campo de Pesquisa



Fonte: Dados do Autor, 2022

Assim os aspectos conceituais viabilizaram importantes perspectivas para que o trabalho à construção do saber na formação do olhar relacionado aos Conselhos de Educação e Escolar consolidem o pensamento da necessária formação conceitual sobre os pontos principais que devem ser realçados por todos que fazem, inicialmente a escola e logo após a comunidade escolar.

#### 4.3.1 Análise do discurso da gestora na entrevista

Diante a situação da pandemia do COVID-19, foram realizadas as atividades investigativas com a gestora da escola através de envios de mensagens de aplicativo Whatsapp.

A escolha da inclusão deste participante da pesquisa se dá pela obrigatoriedade da sua representação, no Conselho Escolar conforme legislação vigente. Segundo a

documentação analisada (Projeto Político Pedagógico) durante a entrevista, o processo constitutivo deste órgão requer a figura do gestor da Instituição de ensino como representante do Poder Público, ou seja, representa o Gestor Municipal e/ou Estadual a qual a escola é inserida conforme seu seguimento educacional.

Na contemporaneidade, e desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira as características básicas para a fomentação de um(a) gestor(a) corresponde a uma pessoa Licenciada em um Curso de Nível Superior, na maioria das vezes sempre na área da educação, entretanto, vem existindo o crescimento do conceito de que gestores escolares devem ser atuantes também na área da administração, que se tem o entendimento de que a administração escolar, pode ser um curso extracurricular, como também uma especialização. Fundamentando-se o conceito para que assim não se ocorra devaneios administrativos no controle dos recursos escolares.

É importante destacar que:

Ponderando as múltiplas competências que o diretor precisa cumprir, podemos perceber que não é simples a missão de ser um gestor escolar, é uma profissão na qual não há muito investimento. E que em alguns casos os diretores são selecionados por interesses políticos ou influencias, e isso não é o correto. O ideal seria um diretor com formação acadêmica e selecionado por concurso ou por votação (OLIVEIRA; MOURA, 2014, p. 3).

Os comportamentos devem ser sempre observados pela comunidade escolar, e diante das questões político pedagógicas serem compartilhadas e decididas entre os que fomentam a escola em sua comunidade, entretanto isso não ocorre de maneira saudável, pois como sempre a “indicação” é sempre mais aplicada do que o comportamento que torne as ações democráticas, eficientes e eficazes.

A que participou da pesquisa é licenciada em História, Especialista em Ensino de História pode contribuir com o entendimento do processo histórico que envolve o Conselho Escolar na historicidade da Educação.

O propósito do instrumento investigativo foi de “Debater” o conhecimento da historicidade e participação na gestão democrática junto ao Conselho Escolar. Contudo, ser gestor de uma escola contemporaneamente é abrir discussões sobre suas competências e conhecimentos sobre a gestão de uma unidade.

A contextualização sobre esta temática apresentado por D’Maschio (2021) faz reflexão sobre o comportamento das gestões ditas democráticas na atualidade, e principalmente colocando a questão da formação de Conselhos Escolares em situações de

dubiedade no que se refere ao compromisso a ser desempenhados por eles. Este mesmo autor ainda deixa claro que:

Muitas vezes, essa indicação vem do vereador, do deputado, e carece de compromisso com a qualidade da educação. O compromisso é com a manutenção de uma relação política. Isso é problemático, tem a ver com o uso populista da escola e da nomeação para acesso a cargos públicos (D'MASCHIO, 2021, p. 6).

Ser “Diretor (a)” assim como são popularmente conhecidos os gestores escolares fez com que muitos aspectos, mais políticos fossem se fomentando para a contribuição negativa à formação de Conselhos Escolares e da Educação.

No intuito de apresentar a resignificação dos Conselhos no campo prático, os dados adquiridos, tal como a entrevista realizada com a Gestora da Escola campo de pesquisa, demonstrou que existem necessidades e práticas ainda na contramão do que é condicionado obter sucesso, principalmente no Conselho Escolar.

As discussões existentes no campo do trabalho do Gestor Escolar se diferem amplamente do Gestor Educacional do município ou do Estado, entretanto, o risco de se obter maiores malefícios para os Conselhos de Educação e o Escolar tem maior potencialidade no trabalho realizado por esta pessoa.

Assim, e pelo que foi exposto até o momento, foi apresentado a Gestora desta pesquisa as questões já apresentadas no tópico anterior, onde a partir deste momento se faz os discernimentos do discurso conforme suas respostas expressas no questionário, ou seja, sua fala durante as respostas apontada na ferramenta Investigativa 2.

Para melhor identificação das questões recolocar-se-á expressas novamente para facilitar o entendimento do discurso da gestora.

1. Quais dificuldades existentes para participação dos Conselheiros Escolares?
2. Qual relevância do Conselho Escolar na gestão democrática e participativa da Unidade de Ensino?
3. As legislações vigentes que são adotadas no seu projeto político pedagógico garantem a existência do Conselho Escolar?
4. Quais são os ponderamentos mais frequentes para que o Conselho Escolar não seja efetivado em sua plenitude?
5. Quais os critérios são utilizados para as escolhas dos Conselheiros que atuam no Conselho Escolar?

Na Questão 1, se pode entender que as dificuldades existentes no cumprimento das atividades da gestão escolar são inúmeras, entretanto, quando se faz menção sobre as atividades que envolvem o Político Pedagógico da Escola, e que estas poderiam ter a contribuição da comunidade escolar, principalmente frente à organização de um conselho escolar mais participativo se pode encontrar concepções que indicam os benefícios que surgem com o desenvolvimento das atividades relacionados e corroborativas a gestão democrática e participativa.

O Conselho Escolar é um desses mecanismos que pode auxiliar a gestão democrática do ensino público e passa a ser uma instância provedora de democracia participativa no interior da escola. Nele, há possibilidade de construir, por meio do diálogo e participação efetiva da comunidade, dos professores, funcionários, estudantes, ações deliberativas visando a atingir objetivos de uma educação de qualidade (VIEIRA; JESUS; SILVA, 2016, p. 35).

Esta concepção vem muito ao encontro até com o contexto da valorização e da necessidade de estudos e ensino relacionados à gestão democrática e participativa, até mesmo porque ela pode ser beneficiada com a formação do Conselho Escolar, com a evolução administrativa e pedagógica da comunidade escolar.

A Questão 2, demonstra que o caminhar, principalmente prevalecendo os estudos e formação do gestor da instituição de ensino, viabiliza um compromisso que por conceitos diversos pode ser condicionado ao crescimento social e cultural de uma comunidade escolar (DIOGO; RODRIGUES; MARTINS, 2013).

[SIC] “Na contemporaneidade, e principalmente em municípios de população pequena existe um conflito muito grande entre a ciência do fazer e do saber, onde o fazer está ausente e o saber das coisas, e não poder atuar é mais visível e cômodo para algumas pessoas da educação” (Gestora).

O posicionamento da entrevista demonstra também que a existência do conhecimento de como fazer a coisa evoluir, ou seja, atuar no campo do desenvolvimento das atividades para que estas sejam proveitosas e benéficas à escola e a comunidade escolar, ainda faz parte de algumas dificuldades empedradas pelo tempo e pelas políticas partidárias ainda existentes na educação brasileira.

Isso até reporta à indagação da Questão 3, que visa proporcionar o conhecimento sobre a legislação vigente na instituição para a formação do Conselho Escolar. É bom lembrar que os Conselhos de Educação são pautados por uma legislação federal, onde demonstra a necessidade da formação de um colegiado com pessoas que representam

determinadas esferas e setores da sociedade. Entretanto, a formação dos Conselhos Escolares também é norteada pela Constituição Federal de 1988, sendo respaldada aos Estados, Municípios e Distrito Federal a incumbência da formação de legislações específicas à formação dos Conselhos em suas unidades escolares (RAMOS, 2014).

A expressão da Gestora, ao fazer menção sobre os “poderamentos mais frequentes” indagados pela Questão 4 da ferramenta investigativa, faz com que se perceba a ausência da escala superior hierárquica da educação.

[SIC] O olhar para a formação dos Conselhos Escolares e de Educação são, desde a formação da LDB, dos parâmetros e agora pela BNCC recente, uma constante luta para o desenvolvimento da gestão democrática e principalmente à participação de todos os envolvidos pela evolução da sociedade e ao crescimento da escola, mas existe pouco debate e momentos para o enriquecimento sobre esse assunto nas reuniões da secretaria com as gestões escolares” (Gestora)

O posicionamento é bem indireto, mas a ausência da Secretaria de Educação, como outros agentes superiores a gestão escolar não demonstram interesse em contribuir com o desenvolvimento de atividades e aprimoramento da temática de formação dos conselhos, até mesmo porque em muitas das situações somente se discorre o que já foi formado anteriormente por membros que já passaram pela escola, como expressa a Gestora:

[SIC] “Acredito que o assunto sobre conselhos não seja parte de uma discussão até mesmo, tiro como exemplo, a gente da gestão somente da continuidade ao que já está formando, não inovando para não atrapalhar as diretrizes da Secretaria. Quanto necessário novas alterações ai buscamos pais que estejam com disponibilidade de participar. É ai que eles vem a escola para assinar as Atas das decisões do Conselho”.(Gestora)

Aproveitando o discurso da Gestora, onde ela expressa a necessidade de alterações, ou seja, as alterações que devem ser realizadas, segundo a orientação da legislação vigente a cada 2 anos (BRASIL, 2018), o processo de escolha para o Conselho Escolar tem mais características de indicação do que, por processo eletivo, como deveria ser.

Os aspectos referenciais sobre a formação dos Conselhos Escolares e de Educação são pautados por uma exigibilidade a qual não foi muito identificada nas expressividades da Gestora, mas discursada por ela:

[SIC] tentamos fazer o máximo para sermos coerentes e em conformidade com a legislação vigente, entretanto, existem momentos em que os pais não querem participar por causa das suas atividades, onde a discussão e orientações dadas pela Secretaria de Educação exigem que tenhamos as assinaturas dos pais de alunos e

de todos do Conselho. Isso se torna muito complicado, acho que você pode entender a situação em que fico com esta exigência. ( Gestora )

Segundo um Grupo da Sociedade Civil denominado “Todos pela Educação” (2020) não existe uma obrigatoriedade à formação de um Conselho Escolar. Entretanto, as políticas públicas da educação desde a formação dos conceitos e práticas em favor da gestão democrática e da gestão participativa como um elo à produção de conhecimento e benefícios à sociedade, são quase sempre obrigatórias à aprovação dos Conselhos Escolares para a aquisição e desenvolvimento de políticas públicas sociais, culturais e principalmente econômicas para a escola (SANTOS; REIS, 2019).

Em suma, entender a importância da relação entre gestão, escola e comunidade à formação do Conselho Escolar é estar em concordância com o que expressam Santos e Reis (2019, p. 106):

Trata-se de uma parceria essencial para o estabelecimento das condições favoráveis e necessárias para o desenvolvimento de um ambiente escolar autônomo e participativo. Diante dos desafios atualmente postos nas escolas públicas, fica evidente a necessidade da participação coletiva de todos aqueles que trabalham com a educação em conjunto com a comunidade, visando o compromisso e a qualidade da educação.

A formação do Conselho Escolar deve adotar princípios já elencados na legislação vigente, contemplando não só o comportamento democrático, mas também formas de que se contenha a participação mais ativa, principalmente dos pais no Conselho Escolar e nos de Educação, que direcionando os olhares a esta situação encontram-se a necessidade de ressignificar o comportamento de gestões que ainda não se deleitam sobre os estudos benéficos à efetivação das ações dos Conselhos de Educação e Escolares no território brasileiro.

#### **4.3.2 Análise dos discursos dos docentes**

A relevância deste sujeito para a pesquisa se dá pelo olhar da formação acadêmica diversificada e participação em atividades da Comunidade Escolar que ainda são muito discutidas sobre o papel dos Conselhos à comunidade escolar e ao fortalecimento da gestão democrática e participativa.

Partindo do pressuposto do relevante papel que os docentes têm no desenvolvimento dos Conselhos de Educação e no Escolar, participou desta pesquisa um grupo de docentes, selecionados aleatoriamente com as seguintes características:

Quadro 17. Formação Acadêmica dos Docentes

<i>Docente 1</i>	Licenciada em Matemática Pós-graduada em Ensino de Matemática Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 2</i>	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada em AEE Leciona a menos de 1 ano na Escola
<i>Docente 3</i>	Licenciada em Língua Portuguesa Pós-graduada em Língua Portuguesa Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 4</i>	Licenciada em Pedagogia Pós-graduada em Psicopedagogia Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 5</i>	Licenciada em Matemática Pós-graduada em Ensino de Matemática e Física Leciona a menos de 1 ano na Escola
<i>Docente 6</i>	Licenciada em Língua Portuguesa Pós-graduada em Ensino da Língua Portuguesa Leciona a mais de 20 anos na Escola
<i>Docente 7</i>	Licenciada em Pedagogia Pós-graduação em Psicopedagogia e Gestão Escolar Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 8</i>	Licenciada em História Pós-graduada em Ensino de História Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 9</i>	Licenciatura em História Pós-graduado em Ensino de História Leciona a mais de 1 ano na Escola
<i>Docente 10</i>	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduada em Gestão Escolar e em Psicopedagogia Leciona a mais de 1 ano na Escola

Fonte: Dados do Autor, 2022.

A proposta inicial, e como foi desenvolvida durante os questionários investigativos era de “Examinar” o conhecimento sobre o papel e a funcionalidade do Conselho Escolar e relacionando os conhecimentos dos entrevistados com a importância dos Conselhos de Educação, principalmente abrindo discussões entre os docentes sobre o Conselho de Apoio e Controle Social (CACCS) do FUNDEB este que é o que mais, teoricamente, atua em benefício a classe dos professores, colocando-se em defesa de recursos financeiros principalmente.

Em primeiro momento, e sob o olhar interpretativo do comportamento dos docentes que participaram da pesquisa, se nota que a fala de alguns dos participantes, já expressa descontentamento e descrédito no que diz respeito à relevância dos Conselhos de Educação.

[SIC] “participei uma vez para nunca mais... nas reuniões são discussões que vem para uma realidade que seria bonito se funcionasse, mas não sai do papel. Sem falar das coisas que não faz sentido ficar batendo na mesma tecla, até porque a gente já sabe que nem o prefeito nem a secretária vão aceitar...Docente 1

[SIC] “Participei duas vezes, mas como suplente, e na realidade não havia necessidade de minha participação. Até era bom porque ficava adiantando as atividades dos meus alunos...”

Docente 3

[SIC] “A necessidade de parar com as aulas fez com que tudo que se tinha no planejamento fosse alterado de forma brusca, eu fui indicada para ser a representante dos professores, mas não me vejo como uma pessoa que pode contribuir em qualquer que seja as discussões até mesmo porque já ouvi que nada sai do papel” Docente 4

[SIC] “Ser conselheira é algo que poderia ser muito bem para sociedade, desde que o Conselho de Educação funcionasse como é no papel, mas a gente sabe que o problema é sair do papel. Eu mesmo não quero por vontade participar disso. Se me indicarem aí tenho que ir... Agora o Conselho Escolar é algo mais interno, e já sabemos que também é algo que é orientado pela Secretaria de Educação”  
Docente 6

A complexidade de aceitar a importância vai muito além das discussões realizadas no contato com os docentes durante o levante das questões apresentadas, até mesmo porque, como identificado o descrédito e a certeza de que “não sai nada do papel” (Docente 4), já é consagrado na visão dos entrevistados.

Ao que se identifica sobre o que está expresso na fala dos docentes, há contrariedades no que foi expresso nos questionários. A realidade de cada docente é sempre o entendimento que as suas competências são diretamente ligadas à sala de aula, contudo, nas reuniões de pais, quando necessários são abertas discussões sobre trabalhos e possibilidades de cuidados com a Comunidade Escolar por uma determinação da gestão.

Um ponto, considerado positivo no discorrer dos depoimentos verbais é que os entrevistados tem conhecimento do papel dos Conselhos, seja Escolar ou de Educação, entretanto, participar por livre voluntariedade já é uma concepção muito distante de ser positiva para os docentes.

Vale destacar que:

[SIC] “O professor já é taxado como profissional que arruma muitos problemas para os gestores educacionais e escolares, então é melhor não participar de algo que sabemos que existem coisas erradas, e não poderemos fazer nada... é melhor não sofreremos nenhuma perseguição” Docente 2

Existe uma questão de ordem discursiva entre gestões, que os docentes apontam como uma das maiores preocupações na formação do Conselho Escolar. Isso se dá pela unanime concepção da interferência no que se refere ao Gestor Municipal, sua participação na elaboração aos caminhos a serem percorridos pelos recursos à escola.

Os docentes são unânimes quando realçam que o risco de perseguição não é diretamente do gestor escolar, mas sim do gestor municipal que indica como o processo dentro da escola deve ser na opinião dele. Ressalvando que visivelmente, e para não sofrer retaliações futuras docentes pouco opina sobre o rumo evolutivo à educação na escola, sem nem podendo pensar em recursos que poderiam ser utilizados em bem do processo educacional.

O momento que é vivenciado pelos estudantes, devido a pandemia, viabilizou também os olhares dos docentes as necessidades de investimentos que a própria gestão municipal não proporcionou em um planejamento emergencial, deixando a cargo dos docentes, e estes com algumas obrigações pendentes para recursos federais serem reconhecidos pelos membros dos conselhos escolares.

Isso torna cada vez mais difícil o desenvolvimento de atividades que corroborem com o processo democrático e participativo dos docentes para operacionalidade dos conselhos, deixando cada vez mais complexa a aceitação de participar de um Conselho sem o risco de sofrer retaliações e/ou sanções no cargo que ocupa.

Quando realizado a tabulação das respostas dos docentes se encontram os seguintes discernimentos frente à necessidade de compor um resultado à ressignificação do Conselho Escolar em uma unidade de ensino público. Desta forma as questões para os docentes foram:

1. Existe equivalência conceitual na sua concepção sobre a participação da gestão democrática e participativa na fomentação do Conselho Escolar?
2. Os posicionamentos das políticas públicas de educação viabilizam um trabalho de sala de aula pra contribuir com o Conselho Escolar quando convocado para fins de análise curricular?
3. Você tem conhecimento quais os critérios de exclusão e inclusão são necessários para ser um Conselheiro Escolar na Unidade de ensino?
4. Existe o entendimento de sua parte que o Conselho Escolar atua de forma democrática?
5. Quais impedimentos você tem conhecimento para não participar do Conselho Escolar?

Na Questão 1, os docentes demonstraram que existem muitas inquietações sobre a formação e desmembramento das atividades à gestão democrática, principalmente no quesito participação, seja ela da gestão ou da comunidade escolar. Dois dos Docentes que participaram da pesquisa apresentaram respostas que abriram um leque de reflexões sobre um questionamento básico: qual é a participação do docente no Conselho Escolar?

Como norteador a este questionamento Porfírio, Dias e Santos (2015) através de estudo realizado na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, diagnosticaram que

a falta de participação de muitos professores em uma gestão escolar e principalmente em atividades que envolvam a relação entre comunidade escolar, pais e alunos está no entendimento do que vem a ser um ato participativo na gestão.

Estes autores viabilizam uma questão até então ainda não apresentada aos docentes de escolas, como a do campo de pesquisa, onde apresentam a concepção de que,

A democracia só acontece com atitudes concretas. Os docentes podem vir a abrir mão ao direito de participar junta à gestão por inúmeros motivos, mas talvez o mais recorrente deles seja pelo fato de desconhcerem os mecanismos legais de participação e pelos gestores apresentarem comportamentos autoritários, o que leva alguns professores a assumir uma atitude de conformismo e/ou indiferença (PORFÍRIO; DIAS; SANTROS, 2015, p. 4).

Isso quer conotar que existem formas e meios de comportamentos individual e desnecessário e de posturas ainda realizadas por gestores que os próprios docentes desaprovam, mas para não confrontar mais os posicionamentos autoritários dos gestores (escolar e municipal) estes profissionais se calam ou ficam sem uma resposta construtiva e discursiva.

Tal fato até faz relação às respostas da Questão 2, que foi muito discutida com os participantes. Visto que suas respostas já condicionam a um entendimento riquíssimo em antepostas as atividades apresentadas para contemplar uma gestão dita “democrática” e “participativa”.

[SIC] infelizmente o trabalho pedagógico é prejudicado por ações da gestão municipal. A gestão escolar muitas vezes contribui no entendimento de que são necessárias algumas mudanças, mas a ordem vem de cima, ou seja, não se pode desenvolver uma ação que beneficie a escola e sua comunidade, sem a participação de todos que pensam em educação de forma democrática e participativa Docente 3.

[SIC] o trabalho que se entende como participativo e que entrava através das portas da sala de aula é uma busca constante de nossas atividades. Conversando com as colegas de trabalho nós vivemos encurraladas com políticas externas que não podem ser desenvolvidas no nosso espaço escolar por falta de um empoderamento dos professores, onde fico me perguntando: cadê o conselho que não pode arbitrar na mediação entre a gestão municipal, a escolar e as ações necessárias para nossos alunos? Docente 7

As respostas destes dois Docentes fomentam reflexões sobre a existência de culpados ou omissos à educação. Seria certo formular questionamentos que são reflexões de hierarquias superiores da educação, onde o professor quer fazer e não pode direcionar-se contra um projeto político pedagógico, talvez arcaico, ou talvez desatualizado com as

propostas elencadas na própria formação da Base Nacional Comum Curricular? Este questionamento é possível de ter ponderações, mas ao mesmo tempo tem como direcionamento o entender de que é preciso expressar em um ambiente para que as discussões surjam de forma democrática e participativa. Esse seria então o legítimo espaço e competência dos conselhos escolares dentro do âmbito da solução dos conflitos internos da escola (PROFÍRIO; DIAS; SANTOS, 2015).

Sobre a Questão 3, embora as respostas fossem irônicas, o que nota-se é que o processo indicativo foi a resposta mais apontada pelos docentes, onde se relembra o posicionamento do Docente 5, onde diz que: [SIC] *“Eu mesmo não quero por vontade participar disso. Se me indicarem aí tenho que ir...”*

Não existe a vontade de voluntariar-se, participar, saber que pode contribuir com uma expectativa positiva, viabilizando encontrar formas de condicionar o fazer pedagógico, a construção do conhecimento para todos através de ferramentas consolidadas pelos Conselhos de Educação e ou Escolar, pois a leitura e os autores já viabilizaram que isso é possível, bastando apenas ter um caminho regrado e condicionado ao fazer acontecer (MELO, 2014; LUIZ; GOMES, 2014; LISBOA, 2014). A Questão 4 se resumiu em um grande e concreto entendimento entre os docentes que participaram. A gestão democrática é por si só um caminho rico de enriquecimento conceitual e participativo, e que embora os discursos apontem o mesmo caminho se destaca em igual reflexão o posicionamento de que “[...] é o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2020).

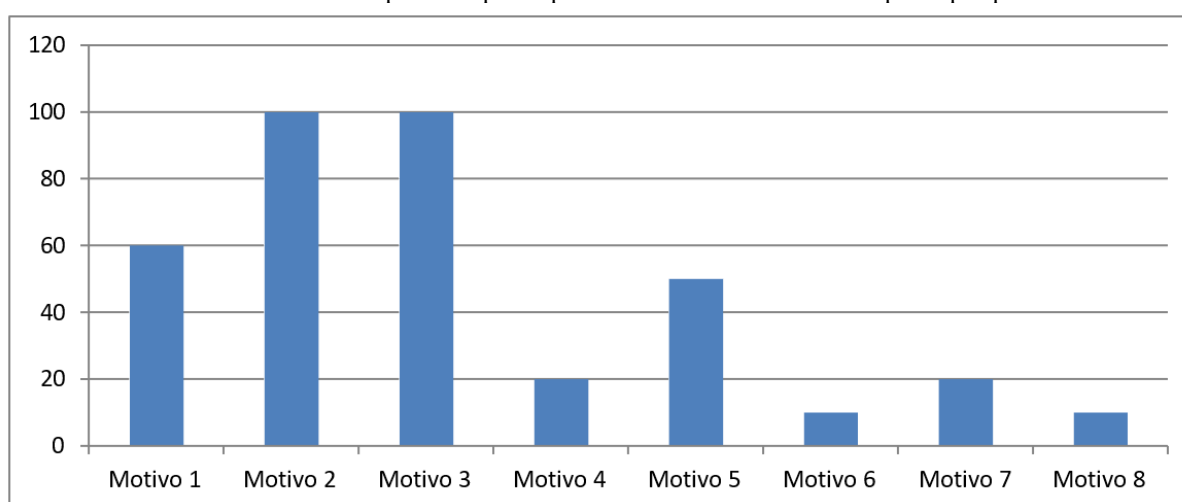
Os comportamentos vêm sendo condicionados a desenvolver estudos e trabalhos voltados a práticas pedagógicas democráticas e com a necessidade mais participativa da comunidade escolar. Neste sentido se entende que a gestão escolar da escola campo de pesquisa vem, tentando contribuir com a aplicabilidade de temáticas e comportamentos que visam melhorar a participação de todos, mas é sempre confrontada por supervisores e superiores hierarquicamente que solicitam um maior espaço de tempo para efetivação dos processos participativos e democráticos. Na questão 5 é mais uma reconfirmação do questionamento realizado no questionário de investigação conceitual, onde foram sugestivos os motivos para não participar do Conselho de Educação. Neste caso se trata do Conselho Escolar, e o resultado foi:

Tabela 2. Motivos para não Participar do Conselho da Escola

Percentual	Motivos
60%	(1) Falta de tempo devido as atividades com os alunos
100%	(2) Evitar confrontos com a gestão escolar
100%	(3) Evitar confrontos com a gestão educacional
20%	(4) Evitar confrontos com a gestão municipal
50%	(5) Não estar de acordo com as políticas educacionais atuais
10%	(6) Não estar apto a tomar decisões coletivas
20%	(7) Não estar de acordo com os métodos da formação do Conselho
10%	(8) Não tem um posicionamento definido

A representação gráfica destes dados se configura da seguinte forma:

Gráfico 12. Motivos para não participar de Conselho da Escola campo de pesquisa



Fonte: Dados do Autor, 2022

Assim se encerrou a pesquisa com os docentes, demonstrando que este público tem convicções e perspectivas positivas, mas as manifestações política partidárias, como também as discussões antidemocráticas interferem no processo participativo e político pedagógico da escola.

As interferências externas, ou seja, que não são diretamente problemas da escola são reflexos de ações de gestões que não ouviam a comunidade e nem os docentes, construindo assim condições inadequadas de trabalho e de ações que são uma continuidade equivocada de uma gestão que não é democrática e muito menos participativa.

#### 4.2.3 Análises dos discursos de pais e/ou responsáveis

Esses sujeitos se tornam relevantes na medida de seu papel na participação e não-participação em atividades da Comunidade Escolar.

Com diversidade na formação acadêmica, são representantes de diversas áreas econômicas e culturais da comunidade escolar.

O interesse da participação da família no âmbito do Conselho Escolar de uma instituição de ensino está em “Constatar” o conhecimento e a participação dos agentes na funcionalidade do Conselho Escolar. Isso se torna, no desenvolvimento dos objetivos da pesquisa uma análise direta, e em alguns momentos indireta sobre como é vista pela gestão e pelos docentes estes participantes, até mesmo porque as reclamações sobre a ausência da participação da família na escola tem um nível elevado de expressões.

Para a formação deste quadro socioeconômico e cultural foram realizados diálogos com os participantes, onde se identificaram peculiaridades, como também curiosidades onde passamos a identificar questões já mencionadas no decorrer da pesquisa, que seriam problemáticas da política partidárias ainda existentes em cidades do interior de Pernambuco.

Neste sentido, de forma aleatória e voluntária os participantes, com potencialidade para serem representantes das categorias dos pais e/ou responsáveis (P/R) foi formada pelas seguintes características socioeconômica e cultural:

Quadro 18. Características socioeconômica e cultural dos pais e/ou responsáveis

<b>P/R 1</b>	<b>Sexo:</b> feminino <b>Idade:</b> 42 anos <b>Profissão:</b> agricultora <b>Escolaridade:</b> Pós-graduada. <b>Filhos na Escola:</b> 2 (dois) <b>Residência:</b> área rural do município <b>Participação na Escola:</b> ativamente <b>Observação:</b> possui amplo diálogo com a gestora e com os docentes da escola.
--------------	--

<p><b>P/R 2</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 42 anos  <b>Profissão:</b> vendedora desempregada no momento  <b>Escolaridade:</b> Ensino Médio completo  <b>Filhos na Escola:</b> 3 (três)  <b>Residência:</b> área urbana do município  <b>Participação na Escola:</b> ativamente  <b>Observação:</b> Já foi conselheira</p>
<p><b>P/R 3</b></p>	<p><b>Sexo:</b> masculino  <b>Idade:</b> 37 anos  <b>Profissão:</b> agricultor  <b>Escolaridade:</b> Ensino Médio completo  <b>Filhos na Escola:</b> 1 (um)  <b>Residência:</b> área urbana do município  <b>Participação na Escola:</b> ativamente  <b>Observação:</b> sempre quis participar do Conselho, mas por questões políticas partidárias não é indicado. É um ativista assíduo na busca pela melhoria da Comunidade.</p>
<p><b>P/R 4</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 28  <b>Profissão:</b> funcionária pública  <b>Escolaridade:</b> Ensino Superior incompleto  <b>Filhos na Escola:</b> 2 (dois)  <b>Residência:</b> área urbana do município  <b>Participação na Escola:</b> quando necessário  <b>Observação:</b> Já atuou como conselheira escolar e de educação. Deseja não participar mais por motivos pessoais.</p>

<p><b>P/R 5</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 46 anos  <b>Profissão:</b> agricultora  <b>Escolaridade:</b> Ensino Médio Completo  <b>Filhos na Escola:</b> 1 (um)  <b>Residência:</b> área rural do município  <b>Participação na Escola:</b> não participa  <b>Observação:</b> Tem papel significativo na liderança da comunidade.  Não tem diálogo com gestora da escola e do município.</p>
<p><b>P/R 6</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 35  <b>Profissão:</b> agricultora  <b>Escolaridade:</b> ensino fundamental incompleto  <b>Filhos na Escola:</b> 3 (três)  <b>Residência:</b> área rural do município  <b>Participação na Escola:</b> não participa  <b>Observação:</b> É vista como uma pessoa totalmente isolada e distante de qualquer diálogo com os professores e gestora.</p>

<p><b>P/R 7</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 47  <b>Profissão:</b> artesã  <b>Escolaridade:</b> ensino médio completo  <b>Filhos na Escola:</b> 2 (dois)  <b>Residência:</b> área urbana do município  <b>Participação na Escola:</b> não participa  <b>Observação:</b> Existe diálogo com professores, mas evita qualquer tipo de compromisso com a escola e com assuntos políticos partidários.</p>
<p><b>P/R 8</b></p>	<p><b>Sexo:</b> masculino  <b>Idade:</b> 40  <b>Profissão:</b> agricultor  <b>Escolaridade:</b> pós-graduado  <b>Filhos na Escola:</b> 2 (dois)  <b>Residência:</b> área rural do município  <b>Participação na Escola:</b> ativamente  <b>Observação:</b> Não quer ter vínculos políticos ou sociais com a escola. Nunca aceitou convite para participar dos Conselhos de Direito ou Escolar. Não acredita na efetivação da autonomia dos membros de Conselhos.</p>
<p><b>P/R 9</b></p>	<p><b>Sexo:</b> feminino  <b>Idade:</b> 32  <b>Profissão:</b> comerciante  <b>Escolaridade:</b> Pós-graduada  <b>Filhos na Escola:</b> 3 (três)  <b>Residência:</b> área urbana do município  <b>Participação na Escola:</b> não participa  <b>Observação:</b> Se recusa participar que Conselhos por motivos de tempo e outros compromissos, e descrente na funcionalidade do órgão.</p>

<b>P/R 10</b>	<p><b>Sexo:</b> feminino</p> <p><b>Idade:</b> 32</p> <p><b>Profissão:</b> vendedora</p> <p><b>Escolaridade:</b> ensino médio completo</p> <p><b>Filhos na Escola:</b> 2 (dois)</p> <p><b>Residência:</b> área urbana do município</p> <p><b>Participação na Escola:</b> não participa</p> <p><b>Observação:</b> se recusa a participar dos eventos sociais da escola, como também adota uma postura que é radical em suas convicções políticas partidárias. Não existe diálogo entre ela, os professores e a gestora.</p>
---------------	---

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2021.

Quando se fala sobre o comportamento político partidário no espectro de um Conselho, surgem discussões e conflitos internos que apontam construir tentativas de soluções destes conflitos, isso para não gerar dúvidas sobre a funcionalidade do órgão. Entretanto, encontram representatividades dentro dos Conselhos que não querem contribuir com a produção de uma imparcialidade e autonomia dos Conselhos. A formação desta conduta passa a viabilizar um olhar negativo por parte dos membros do Conselho, entretanto os representantes dos pais são os que mais ficam prejudicados diante essas ações (SANTOS, 2018).

O poder e autonomia inexistente nas representatividades dos pais vêm de longa data sendo abordada pela sociedade civil nas reuniões dos Conselhos, e principalmente na formação dos mesmos. Isso visto que a Sociedade Civil ainda não está em plena organização política e gestacional (FERREIRA, 2006).

Estudos realizados há mais de uma década, já demonstravam que, a Sociedade Civil já tinha uma complexa situação de desorganização para a efetivação das políticas públicas e para a formação de ações que direcionassem corrigir erros nas formações de órgãos que competem formar um estado democrático de direito. Lamentavelmente, isso ainda hoje é percebido nas reuniões de Conselhos, e principalmente quando esta sociedade tenta contribuir com a representatividade dos pais que é em muitos conselhos ignorada suas opiniões e necessidades às crianças que frequentam as escolas (FERREIRA, 2006).

É comum encontrarmos tipos de manipulação aos conselheiros que representam os pais, na contemporaneamente vem sendo desconstruída essa prática, desde o convite aos

pais dos alunos para a formação dos Conselhos Escolares (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2020).

Os contrastes da educação, no que se refere à representatividade dos pais nos Conselhos de Educação já vêm sendo tema de artigos e pesquisa desde os primeiros anos do Século XXI. E, além disso, os próprios órgãos de defesa das políticas sociais, econômicas e culturais, entram frequentemente com denúncias aos Ministérios Públicos dos entes federativos do Brasil (DAMÁZIO, 2013)

É destacável que se entenda que não é contemporâneo um comportamento negativo por parte dos gestores do poder executivo, visto até o que Castro registra em seu artigo “Conselhos Estaduais de Educação e Democracia Participativa”:

[...] a política de exclusão da sociedade civil dos processos educacionais é representativa do interesse dos órgãos públicos em manterem-se atados aos interesses empresariais. Das 27 instituições estaduais, somente oito apresentam vagas para alunos e familiares: Alagoas, Pará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraíba e Tocantins. A maioria das leis estaduais estabelece que os conselhos ofereçam vagas para membros de “notório saber e experiência em matéria de educação”, como exposto no Decreto nº7.532, de 19 de fevereiro de 1999, que regulamenta o CEE da Bahia. Essa determinação resulta em órgãos preenchidos por donos de centros de aprendizado, representantes de instituições privadas, como bancos, e professores universitários, excluindo de sua composição funcionários, alunos, pais e professores do ensino fundamental e da rede pública (CASTRO in DAMÁZIO, 2013, p. 2).

Contemporaneamente, ainda é existente esse pensamento, mas devido ao que já se menciona no discorrer deste trabalho, os Conselhos passaram a deter um poder de estarem ativos para o recebimento de verbas das políticas públicas à educação. Isso condiciona não a eliminação das representatividades da sociedade civil e dos pais, mais a probabilidade de manipulação dos membros que lá se efetivam.

A formação do questionário foi condicionada através das leituras realizadas em documentos oficiais (decretos, legislações, portarias, etc.) e textos de autores que visam acrescentar importantes concepções para buscar dados sobre o que foi exposto sobre o papel dos pais e/ou responsáveis no Conselho Escolar. Assim foram confeccionadas as seguintes questões:

1. Qual seu conhecimento sobre os critérios para ser um Conselheiro escolar?
2. Você se acha preparado para estar em um Conselho Escolar?
3. Existe em você conhecimento sobre a legislação e importância do Conselho Escolar?
4. Diante da gestão democrática, onde todos devem participar, porque você acha que um pai e/ou responsável não pode ser gestor da escola?
5. Sabendo que não existe remuneração para atuar como Conselheiro Escolar, pode ser uma das causas que há uma lacuna na representação dos pais neste órgãos?

Na Questão 1 foram encontradas as seguintes respostas:

[SIC] “Não tenho conhecimento específico sobre as leis do Conselho, sei que ele deveria ser importante para todos da escola. A gestora sempre fala desse negócio de Conselho, mas não fala direto como é pra ser as reuniões”. (P/R 7)

[ SIC] Quando fui participar desse negócio de Conselho a única coisa que me disseram foi que eu tinha sido escolhida, por quem eu nunca fiquei sabendo. Quando cheguei lá a gestora perguntou se eu podia ser a presidente e não foi explicado como funcionada. Tinha uns documentos pra assinar e pronto. A gestão atual perguntou sobre se eu queria, eu já disse que não dava porque é muito complicado. (P/R 2)

Os discursos apontados pelos participantes em suas escritas dão o entendimento que existe receios sobre participar ou não nas atividades da escola, e aponta também que existem motivos políticos partidários para que não haja uma ampla convocação dos pais nas atividades de conselhos. Entre os argumentos falados existe interesse por partes dos entrevistados em participar, contudo há expressividade em querer entender também as ações que fazem crescer mais o descrédito do Conselho.

[SIC] Particpei de conselhos da comida e fui assinar umas duas vezes para o da escola. O da comida só ia pra ver o povo falar de dinheiro e falar de tinha dinheiro na conta ainda pra gastar pra merenda. Teve uma vez que disseram que as contas tava errada e que tinha que assinar de novo, ai tinha medico não fui. Ninguém falou mais nada (P/R 4)

[SIC] “O que eu sei que para ser uma pessoa do Conselho é preciso ser pai de aluno da escola e saber escrever para assinar os documentos que a reunião apresenta” (P/R 3)

O que se nota diante dos resultados apresentados no questionário, esta primeira questão deixa em evidência que na prática todos os entrevistados não tem conhecimento sobre os critérios para ser um(a) conselheiro(a) seja Escolar ou de Educação.

O Ministério da Educação somente contribui com a expressão de que:

Os conselhos escolares são constituídos por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho (BRASIL, 2018. p. 1).

Pode-se entender que as “regras” que cada escola adota deve estar em acordo com a legislação vigente que rege a formação dos conselhos, e estas regras não ferirem o escopo da legislação maior com o intuito de sempre estar em conexão social, cultural e principalmente econômica para o desenvolvimento dos Conselhos em sua área específica.

A Questão 2 tem um propósito direto ao autoconhecimento de cada participante, ou seja, indaga-se se eles estão preparados para serem conselheiros escolares, aqueles que tem um maior acesso aos projetos da escola, como também a parte social, econômica e cultural que a escola busca alcançar.

De forma geral todos os participantes declaram que depende muito da situação e que não estão preparados para participar deste tipo de organização escolar. Em diálogo na entrevista com um dos participantes sua resposta sobre esta temática visa apresentar a ausência de um preparatório para efetivação do cargo.

[SIC] “desde o primeiro momento em que fui indicada para fazer parte deste tipo de reunião, já fui sabendo que não tinha com quem me ajudar a esclarecer as dúvidas. E mesmo hoje ainda sei que tem muita coisa envolvida que não sei, mas que não tenho curiosidade, pois o pouco que participei vi que tem um que manda e os outros obedecem” (P/R 2)

O discurso do Sujeito 9 demonstra que um dos caminhos para se condicionar como um bom conselheiro é estudar, mas mesmo assim a participante não tem interesse em voltar a participar.

[SIC] “não estava preparada e ainda não estou, tem muita coisa que eu fiquei sem saber, e tem muita coisa que vi acontecer... hoje sei que é mais complicado porque sempre se deve estudar no que for fazer para fazer bem feito” (P/R 2)

Seguindo as questões, a Questão 3, novamente busca direcionar o conhecimento de cada participante e não se destaca nenhuma resposta, contudo é importante realçar que todo conselheiro, deve, no mínimo, fazer uma leitura da legislação dos Conselhos de Educação,

e quando for convidado para um conselho escolar, deve-se buscar qual é e quanto tempo faz que não foram modificadas as legislações que retratam sobre eles.

Mas é importante realçar que os princípios para que se altere uma legislação de Conselho Escolar e de Educação, deve identificar uma necessidade que exija a alteração. Exemplo, leis fundamentadas em legislações que já foram substituídas por mais recentes. Enfim, tem que estar em comum acordo com a concepção de que:

[...] sobre o princípio da participação ou da gestão democrática, verifica-se tratar de um modelo de organização no qual se prioriza a participação do coletivo na condução administrativa, financeira e pedagógica das unidades escolares, visando aproximar os atores interessados. Por meio desse princípio, os gestores, professores, funcionários, pais, alunos e todos os envolvidos na comunidade escolar podem opinar de maneira ativa nas decisões. Por ser descentralizada, a gestão democrática faz da escola um local mais aberto ao diálogo. Existe a busca por um espaço horizontal, em que o foco da tomada de decisões não se dá através de uma hierarquia (KUZMA, 2021, p. 1)

Esta linha de pensamento está de encontro com uma perspectiva positiva, em que a mudança é necessária, e que se não se discorrer qualquer tipo de alteração que se atente a importância da justa contribuição à comunidade escolar e as pessoas envolvidas na gestão democrática e participativa, o próprio Projeto Político Pedagógico da escola pode se tornar obsoleto e improdutivo.

Além do mais,

Na literatura pedagógica contemporânea, não há quem seja a favor de uma escola autoritária ou de programas que atentem contra princípios como a autonomia, a liberdade e o protagonismo dos estudantes. Como o objetivo da educação pública é atender à comunidade escolar, ninguém melhor do que ela mesma para avaliar e participar da definição das atividades escolares, efetivando o exercício da cidadania (KUZMA, 2021, p. 2).

Neste sentido foi proveitoso buscar uma temática que visa identificar o autoconhecimento dos participantes desta pesquisa.

A Questão 4, já passa a ser direcionada ao conhecimento sobre gestão democrática, e neste sentido, o questionamento já vem assombrando muitos gestores municipais, pois a indagação é justamente compreender o porquê que um pai ou responsável não pode ocupar a gestão de uma escola, já que existe uma insistência em declarar que a escola contemporânea deve ser promovida por uma gestão democrática.

As respostas foram curtas, mas objetivas, demonstrando que existe um interesse da tomada da gestão de uma escola por um pai e responsável. Isso realmente seria uma

ressignificação no processo da gestão democrática, visto que o próprio entendimento sobre democracia é uma questão onde o povo tem o poder de comandar em um estado democrático de direito.

Muito se destaca a importância de se encontrar a essência da cultura democrática, e para contribuir ao discernimento sobre esta temática Diógenes e Gomes (2013, p. 115) afirmam:

É difícil constituir uma cultura democrática da noite para o dia, visto que toda cultura é também histórica e está articulada com as crenças, valores e representações de uma dada sociedade. Apenas os preceitos da gestão democrática, instituídos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9394/96, não garantem as mudanças nas práticas autoritárias, e sim, a participação ativa da comunidade escolar, especialmente dos pais e alunos.

Entende-se que no Brasil é muito complexo aceitar e imaginar um pai ser indicado ao processo eletivo a gestão de uma escola publicado, até mesmo porque o processo para que isso se discorra deve levar pelo menos um século de tentativas para aceitação. Contudo, um pai e/ou responsável, tendo parâmetros pré-moldados para ser condicionado ao cargo de gestor escolar pode ser tarefa complexa, mas não impossível.

O Ministério da Educação tem uma proposta pouco vinculada, mas de grande reflexão que é a Escola de Gestores da Educação Básica. Esta entidade tem como princípios formar, em nível de “*Lato Sensu*” (especialização) pessoas com nível de Ensino Superior para contribuir com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social (BRASIL, 2022.)

Um dos maiores questionamentos existente na contemporaneidade é que existe um discurso que vai de mão contrária a gestão democrática, visto que nas escolas privadas já se observa que alguns gestores/diretores são pais de alunos que se destacaram em reuniões de conselho, como também em atividades dentro da instituição. É importante até destacar que esta linha de pensamento está relacionada até com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular que tenta promover o trabalho dos gestores escolares num caminho democrático (PEREZ, 2018).

Mas a prática e o desenvolvimento de pais e/ou responsáveis na gestão de uma escola ainda têm muito que aprimorar essa perspectiva, principalmente eliminando situações improprias e incoerentes que vão à contramão das ações que visam uma gestão democrática e participativa na educação brasileira.

Na última questão, para os participantes representantes dos pais e/ou responsáveis da escola pública, campo de pesquisa, a indagação é uma confirmação sobre a ausência da participação dos pais na escola e nas reuniões dos conselhos. As respostas foram as seguintes:

[SIC] A situação está difícil, hoje ninguém trabalha de graça. Deveria rever esta situação (P/R 5)

[SIC] Sim. Eu não conseguia participar das reuniões por falta de tempo e dinheiro para o transporte (P/R 7)

[SIC] Sim. Era difícil participar sem ganhar nada (P/R 4)

[SIC] Sim. Era pro prefeito pagar os gastos com os conselheiros (P/R 5)

[SIC] Sim. É a maior dificuldade aceitar ser conselheiro por causa do tempo perdido e sem uma gratificação pelo esforço. (P/R 8)

Existem situações que realmente se pode identificar a falta da leitura na legislação referente aos conselhos. Por exemplo, no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é condicionado ao gestor municipal dar apoio ao transporte aos Conselheiros para as reuniões e para as visitas. No Conselho de apoio e Controle Social (CACS-Fundeb), é referenciada a mesma situação. Já nos Conselhos Municipais e Escolares é importante destacar que é dependente do Executivo contribuir com ações que beneficie o desenvolvimento das ações dos Conselhos. Na maioria dos Conselhos Municipais e Escolares no Brasil não se é dada qualquer benefício ou contribuição para os conselheiros. Entretanto, não se pode fazer vista grossa a município que contribuem com veículos a disposição aos conselheiros como também uma contribuição financeira para participarem na fiscalização e reuniões dos Conselhos, destacando que isso se encontra registrado em Legislação na formação dos Conselhos.

É importante lembrar que:

Para apoiar as ações dos Conselhos Escolares, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 2004, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Esse Programa promove iniciativas que visam ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, bem como instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de Conselhos Escolares. Além disso, promove atividades de formação para conselheiros escolares e para técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, utilizando inclusive metodologias de Educação a Distância (BRASIL, 2020, p. 6).

Entre as problemáticas existem para o desenvolvimento dos Conselhos a questão socioeconômica foi também muito destaca nos debates para a formação deste Programa Federal, entretanto, a lacuna na legislação que criou o Programa deixou a responsabilidade desta ação contributiva aos gestores municipais. Desde então, os recursos para a maioria dos municípios brasileiros para os conselheiros escolares e de educação tem a cegueira dos gestores educacionais e municipais.

O que se discorre também é o equívoco existente entre Conselho Escolar e Unidade Executiva, a saber:

É imprescindível não confundir Conselho Escolar com Unidade Executora. Conselho Escolar é o órgão colegiado, na estrutura da escola, composto pelo diretor e por representantes dos professores, demais funcionários, pais ou responsáveis, estudantes e comunidade local (se for o caso), que tem por atribuição decidir sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito escolar. Em contrapartida, Unidade Executora é uma entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas, integrada por membros da comunidade escolar responsável pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses de recursos financeiros destinados às escolas, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos. (BRASIL. 2020, p. 10).

O processo de ressignificação dos Conselhos ainda é uma luta que vai ser independente dos gestores municipais. Em meio as conquistas o que se pode observar é que a representatividade dos pais e/ou responsáveis ainda está à mercê de políticas partidárias e de incoerências desenvolvidas por pessoas que não tem honestidade em seus atos, e que seriam muito benéficos para a sociedade em que a escola esteja inserida.

A literatura sobre a questão dos recursos financeiros que contribuem com o trabalho dos Conselhos ainda é escassa, entretanto, cabe um olhar em busca de aprimorar esta temática demonstrando que as lacunas existentes nos Conselhos por falta de membros e seus respectivos representantes tem uma manifestação imposta por aqueles que não aceitam ou não querem um trabalho democrático e participativo dentro da escola.

## 5 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR FRENTE O CONCEITO DA GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA

---

A proposta inicial deste estudo visou demonstrar a importância do trabalho e desenvolvimento das atividades democráticas dentro do espaço escolar. Nesse campo, muito se observou que o desempenho e aplicabilidade das teóricas que visam a prosperidade dos conceitos democráticos ainda estarem atrelados a contra-argumentos relacionados com o idealismo unilateral de um domínio cultural ainda em vigor na educação brasileira.

Essa questão é percebida, principalmente, por ainda se discorrer no âmbito educacional um “poder” hierárquico e político relacionado com a apresentação de políticas públicas educacionais e sociais que ainda apontam o domínio do Estado na construção da cidadania e do sócio culturalismo voltado a uma proposta, como realçado na construção do saber de Freire (1980) um domínio de dominantes de uma educação que se diz autônoma, mas ainda na contemporaneidade é consagrada os velhos costumes e práticas onde o aluno e sua família devem servir ao que a sociedade espera da sua evolução em seus grupos sociais.

Partindo dessa construção ideológica e principalmente filosófica a de se notar que trabalho para construir um Conselho autônomo ainda é uma luta invisível aos olhos da sociedade brasileira e principalmente escolar, visando o não crescimento da sociedade ainda em situação de vulnerabilidade.

Tendo como princípios socioculturais a necessária objetividade à mudança dos aspectos políticos e doutrinários que fazem, ainda na contemporaneidade, a formação de um Conselho uma conduta internamente para viabilização de ações relacionadas a políticas públicas que dão direitos financeiros as instituições de ensino, desde o Ensino Fundamental a derradeira etapa do Ensino Médio (ex. o Transporte Escolar) se requer uma construção de novos caminhos a serem trilhados e conduzidos com uma verdadeira prática da gestão democrática.

Um conduto vista em artigos, concepções e formações de conceitos sobre a prática da gestão democrática aponta o desenvolvimento de ações entre os gestores escolares, entretanto a de se expressar que no Brasil, ainda é muito baixo a identificação de uma gestão democrática que envolva o trabalho possível de pais e/ou responsáveis por educandos na gestão escolar.

Em uma distante perspectiva de trazer esta suposição em uma aplicabilidade, que seja pelo menos em uma expectativa experimental é um pesadelo para o que acabamos de descrever sobre uma trajetória da educação brasileira ainda anexada a cultura jesuíta e não autônoma como é demonstrado em artigos e concepções que expressam o trabalho de uma gestão pedagógica com relevância a construção democrática.

Entre alguns autores que contribuíram para a formação teórica e relacionada a gestão democrática não se encontra olhares para que a ressignificação dos Conselhos Escolares ou de Direitos seja representado por gestores que sejam eleitos entre pais e/ou responsáveis dos alunos.

Há, no Brasil legislações, a níveis estaduais, que pregam e delimitam a gestão das instituições de ensino fundamental e médio somente serem realizadas por profissionais concursados e com cursos específicos para tal função.

Tais legislações contrapõem até mesmo princípios democráticos, onde todos podem ser iguais diante o direito desde que estes estejam em iguais condições de práticas em suas funções.

As práticas pedagógicas contemporâneas, em uma curta e sucinta visão conceitual no âmbito escolar, trata-se de como o gestor deve tratar seus educadores, principalmente, frente a problemas existentes na construção do meios para o desenvolvimento dos projetos políticos pedagógicos, como também nas evoluções dos conteúdos dos currículos apontados hoje na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) que vem fomentar muitas lacunas existentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

O desenvolvimento das ações nestes documentos que direcionam a educação brasileira fomenta práticas relacionadas principalmente pela gestão democrática e participativa para ser desenvolvida em toda a comunidade escolar, principalmente dos pais e/ou responsáveis. Entretanto, não se encontram expectativas nestes documentos comentados anteriormente, olhares relacionados a princípios e/ou indícios para que a autonomia à gestão por pais e/ou responsáveis sejam colocados em prática desde que se discorram níveis de escolaridade mínima e conhecimentos específicos para sua atuação na gestão de instituições de ensino público brasileiro.

O entendimento ainda consagrado pelas instituições de ensino, principalmente, pelo poder ainda existente pelas secretarias de educação, seja responsabilidade do estado ou de municípios viabiliza a ideia de que é inadequada a participação dos pais e/ou responsáveis

de educandos como uma trave e contraposição das necessidades dos educadores das instituições de ensino público.

As principais situações que estão sendo viabilizadas através das políticas públicas educacionais demonstram que ainda existe uma longa trajetória a ser trilhada pelos estudiosos da educação, como também pelos “gestores” que se colocam como, em alguns casos, marionete para o desenvolvimento dos Conselhos, como também para desfavorecer a evolução educacional em sua região.

Como perspectiva positiva para o desenvolvimento de uma gestão democrática e principalmente participativa, adotar uma prática relacionando todos os sujeitos declarados e efetivados como membros da comunidade escolar para o rol de candidatos ao preenchimento de uma vaga existente nos Conselhos Escolares. Para ocupar o papel da presidência deste órgão, deve-se discorrer de forma que se entenda e se efetiva toda a racionalidade e principalmente objetividade existente na legislações vigentes, partindo inicialmente na alteração do entendimento de que um Conselho Escolar pode ser presidido por um pai desde que se tenha requisitos pré- estabelecidos em conformidade com as funções que se discorrem na legislação específica para a formação e operacionalidade do Conselho Escolar.

A legislação para os Conselhos de Apoio e Controle Social do Fundeb e o Conselho de Alimentação Escolar já permitem a efetivação da presidência por representantes dos pais, embora ainda se encontre lacunas no desempenho das funções e práticas exercidas por eles.

Outro ponto, ainda questionável e que representa um confronto até mesmo para o entendimento da gestão democrática e participativa, está na efetivação de representantes dos pais e/ou responsáveis na gestão das escolas públicas, algo que é expresso e se entende pela legislação vigente que estes representantes não têm competência para tais funções.

Muitas questões foram observadas e identificadas no decorrer da pesquisa demonstrando que são inúmeras as situações em que a apresentada gestão democrática e participativa. Isso fere concepções, discernimentos e teorias da formação do processo. Remete-se, então, ao entendimento de que ainda não existe uma organização, até mesmo uma proposta que conduza os gestores de educação e a sociedade, politicamente ativa a trilhar o caminho inovador e vitorioso da democracia através da participação de todos.

## 5.1 PROPOSTA PARA EFETIVAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS NA ESCOLA PÚBLICA

É importante evidenciar que a gestão democrática e participativa para ressignificar a educação brasileira é apontada como uma proposta que pode condicionar e influenciar não só o processo pedagógico da comunidade escolar, como também a formação social e cultural desta. Contudo, o que se identifica com a pesquisa foi a falta de deliberação e proposta para efetivação dos pais na gestão da escola pública.

Colocar um representante dos pais na gestão de uma instituição educacional deve ser uma proposta que desenhe quesitos mínimos e obrigatórios para tal operacionalidade, demonstrando que a ressignificação dos Conselhos gestão bem agregadas aos conceitos de gestão democrática e participativa à educação.

A temática da Gestão democrática e participativa na Escola Pública, tendo pais e/ou responsáveis gestores, ainda se percorre inúmeras questões políticas e partidárias, até mesmo contraditórias aos anseios de uma sociedade que busca sempre atender as necessidades da comunidade escolar, como também àqueles que visam inovar a educação, onde está não seja regrada por sistemas gerenciais falhos ou manipuláveis pelos gestores públicos ou pessoais que se aproveitam da posição em que se encontram para não aplicar os recursos de maneira correta e destina a efetivação para os bens educacionais.

No Brasil, a temática da gestão escolar democrática e participativa ainda está de encontro com muitas perspectivas que não estão relacionadas com a essência dos conceitos democráticos e participativos. Embora se encontrem muitos discursos sobre a gestão da escola sendo uma ação e comportamento quase que necessário e enriquecedor para os benefícios à escola pública, muitos desencontros e tropeços são identificados, como também se encontram questionamentos que não respondidos por teóricos e filósofos da educação de forma concreta e com arroudeio em concepções negativas e não consideravelmente aceitas por uma boa parte da sociedade e comunidade escolar.

Quando respondidas os discernimentos e as colocações são imposições que vão contrarias as teorias e concepções de democracia, deixando a margens de muitos motivos que não elencam uma proposta que seja inovadora à mudanças.

Existem no mundo exemplos de gestões da escola pública realizadas pelos pais, onde estes são aqueles que planejam, organizam e distribuem os recursos oriundos das gestões públicas.

Romão Netto (2015) em seu sobre a “nova gestão pública” caracterizou a importante participação dos pais na direção de órgãos públicos de ensino, principalmente sendo

fundamentado no pensamento neoliberal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que sempre apresentou como principal meta de seu governo adotar uma administração realizada e efetivada com a participação de todos, visto que a participação popular é uma das condições para a efetivação da democracia.

Neste sentido, foram se surgindo problemáticas que, ao longo do tempo, se configuraram como obstáculos fomentados por perspectivas negativas e não libertadoras à democracia.

Outros importantes aspectos, tais como as fundamentações para o desenvolvimento de uma “nova gestão pública” estava no pensamento e no que foi muito combatido pelas organizações, principalmente educacionais, através de seus gestores públicos, a reforma administrativa apresentada por Bresser-Pereira (2009). (ROMÃO NETTO, 2015). A reforma administrativa a qual deveria apresentar recursos e meios de inclusão social, cultural e administrativa dentro da propriedade estatal, visto que isso poderia ser uma ferramenta contra posicionamentos ainda elitistas que acreditam, ainda na contemporaneidade, dominar a educação brasileira, ou qualquer órgão público de interesse da sociedade menos favorecida.

Bresser-Pereira (apud ROMÃO NETTO, 2015) viabilizava o entendimento que o Estado Democrático de Direito, deveria entregar e consolidar um aparato organizacional, onde um grupo de cidadão ou representante deste grupo passasse a ser um membro que se alinhasse a regulamentação das instituições democráticas fomentadas com o pensamento de liberdade e justiça.

[...] o Estado e seu aparato organizacional e administrativo tornar-se-iam responsáveis tanto pela organização da ação coletiva dos cidadãos — por intermédio da constituição nacional e por meio de outras instituições legais ou jurídicas — quanto pela própria estimulação da regulação econômica que gera o desenvolvimento econômico da sociedade. Ou seja, por intermédio das instituições administrativas poderiam ser alcançados resultados sociais, bem como se poderiam atingir objetivos políticos fundamentais para as sociedades modernas, como a ordem pública, a liberdade, o bem-estar e a justiça (ROMÃO NETTO, 2015, p. 1016).

Ao identificar a existência desse posicionamento, nota-se que no Brasil já se existia o pensamento de incluir a direção da escola pública a cidadãos, devidamente regularizados e instruídos para tal oportunidade dentro do comportamento democrático.

Neste sentido, Bresser-Pereira (2009 apud ROMÃO NETTO, 2015, p. 1017), ainda expõe:

A reforma administrativa qualificaria o “bom Estado”, que: i) por intermédio de suas instituições políticas e econômicas promoveria o desenvolvimento social; ii) pelo funcionamento das instituições democráticas permitiria a escolha de governantes representativos e responsabilizados (accountable); iii) cujas instituições impediriam a captura do patrimônio público por agentes privados; e iv) compor-se-ia de uma organização eficiente e efetiva “dotada de capacidade e força para conduzir a ação coletiva”.

Com estes pressupostos conceituais viabiliza-se o entendimento de que a busca foi ficando obscura sobre os olhos à sociedade, e que existe recursos e fundamentos para que no Brasil se discorra uma gestão de pais e/ou responsáveis na direção de uma escola pública.

Poderia ser citada, como exemplo, a problemática existente sobre a formação à gestão democrática se configura através da ausência de um processo eletivo. Outro exemplo seria sobre a ausência do comportamento democrático e participativo presente na sociedade, principalmente nas comunidades que visam o aprimoramento da educação brasileira. Mas entre todas as indagações a que mais é frequente realça a participação de representantes da comunidade escolar na gestão da escola, onde fomenta a seguinte questão: porque os pais e/ou responsáveis não são gestores de escolas públicas, já que estes representam a sociedade a qual ela está inserida?

Indiretamente dá a entender que a escola pública contemporânea trabalha com o conceito de gestão democrática e participativa, assim não se compreende sua ausência dentro do comportamento democrático onde todos os envolvidos devem participar das atividades políticas, sociais, culturais e administrativas.

O objetivo maior que deve ter uma proposta para a inclusão dos pais e/ou responsáveis na gestão da escola está em desenvolver uma gestão democrática e participativa, onde se realce a democracia de um Estado de direito Democrático e a participação de todos os envolvidos nas evoluções da escola pública que pratica a gestão democrática e participativa. Especificamente, acredita-se que se poderá em primeiro momento demonstrar a negatividade existente na legislação educacional vigente que demonstra a ausência de um comportamento democrática e participativa dos pais locados na gestão da escola pública. Com isso pode também apresentar através de discernimentos teóricos a elaboração de requisitos para efetivação de pais e/ou responsáveis na gestão da escola pública, onde se passará, isoladamente, identificar as possíveis interferências políticas partidárias para a não efetivação dos pais e/ou responsáveis na gestão da escola pública.

Uma proposta com estes prenúncios pode justificar a importante construção de comportamentos e efetivação dos pais e/ou responsáveis na gestão da escola para contribuir com a gestão democrática e participativa.

Além do mais, a essência da democrática e dos conceitos de participação apontam que todos os envolvidos em ações democráticas visam o desenvolvimento de políticas públicas e/ou ações para o enriquecimento social, cultural e político de uma sociedade, e para isso requer que todos sejam participativos passem por um processo eletivo. Neste contexto, a representação dos pais e/ou responsáveis, no Brasil não é efetivada de forma que sua atuação não está em comum acordo com a essência da democracia, somente estando relacionada aos conceitos de participação (RIBEIRO, 2018).

A metodologia mais indicada a este tipo de proposta deve ser o desenvolvimento de uma intervenção para a aplicabilidade do comportamento democrático e participativo, sem a interferência do Estado, está inicialmente na formação que requisitos para a aplicabilidade e desenvolvimento do comportamento democrático e participativo.

Embora no Brasil este pensamento e perfil democrático e participativo não sejam aceito pelo Estado, a gestão de escola pública por pais e/ou responsáveis ainda é um confronto a legislação vigente e ao entendimento de muitos gestores municipais, até porque não existe uma metodologia para definir o exercício da função por estes representantes.

Desenvolvendo, em princípio, um caminho que supra os entraves legais, tal como a mudança do comportamento antidemocrático e anti-participativo visando apresentar os pais e/ou responsáveis como uma alternativa também ao processo à gestão da escola pública, através de mecanismos como busca de fundamentação teórica, apoiar-se em exemplos de outros países que adotam a gestão da escola pública por pais e/ou responsáveis, sem a necessidade de que estes tenham vínculos administrativos, políticos e partidários para o exercício da função trará, sob o olhar da essência democrática e participativa de todos da comunidade escolar, viabilizaria um grande momento histórico da educação brasileira.

Acredita-se que hipoteticamente a proposta para efetivação dos pais e/ou responsáveis na gestão de uma escola pública pode condicionar uma dependência e ficando também independente de participação do Estado na construção de suas ações.

Mas para o desenvolvimento de ações como estas terá que se entender que a realização e efetivação de uma ação inovadora, pode discorrer tempo e de moldura de propostas que efetivem o processo eletivo das escolas públicas, viabilizando o entendimento de que a gestão realizada pelos pais na escola pública somente poder-se-á realizar em conformidade com uma legislação experimental ou que aponta um processo

sem interferências políticas e partidárias, tal como as que normalmente se discorrem na efetivação dos Conselhos Escolares.

## 6 CONCLUSÃO

---

O desenvolvimento desse trabalho viabilizou formar, tal como desenhar importantes reflexões sobre o papel das instituições de ensino, como também a ideologia necessária para o crescimento dos comportamentos dos Conselhos Escolares e os Conselhos da Educação diante o pensamento da gestão democrática e participativa.

O estudo também demonstrou que, frente às perspectivas dos sujeitos que participaram da pesquisa de campo, compreendeu-se que esses não estão aptos suficientes para serem autônomos na discussão dos temas que abrem, desde a relevância do papel do conselho e de seus conselheiros as ações que podem conduzir e transformar em parcerias as metas para o enriquecimento educacional em uma escola pública.

Identificou-se também com este estudo que uma das maiores manifestações negativas para o não reconhecimento dos Conselhos de Educação e o Escolar é a participação contrária das normas legais e benéficas à sociedade dos gestores municipais, que em grande maioria tem a colaboração dos gestores educacionais.

A escola campo de pesquisa demonstra que, embora contribuam com a evolução educacional do Projeto Político Pedagógico, existe ainda a carência e ausência da autonomia da formação de pessoas que entendam o processo da gestão democrática.

Os objetivos, segmentados por filosofias de reflexões coletivas e individuais puderam fomentar importantes reflexões, abrindo um leque, não só de informações, mas um empoderamento de conhecimentos necessários à formação e práticas importantes para identificar conflitos existentes nos discursos que ditam uma contramão da gestão democrática e participativa nas escolas públicas.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo, foi analisar o papel e funcionalidade do Conselho escolar no ambiente educativo, democrático e participativo, o qual trouxe margem ao entendimento de que a formação de uma comunidade escolar requer estudos mais aprofundados sobre o comportamento e prática de inclusão de conceitos sobre a relevância dos conselhos em uma escola pública, pois o processo democrático e participativo em uma instituição de ensino ainda está entrelaçado a perspectivas de descrédito destes órgãos.

Logo, evidenciou-se que esses deveriam ser autônomos, como também da certeza de que esses não são totalmente representativos à comunidade escolas, e sim a um percentual elevado de gestores municipais que condicionam a não permitir o crescimento

social, cultural, democrático e participativo de uma escola, como a de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Junior, no município de Caetés, que atende um público da área rural e urbana e tem como proposta construir cidadãos com senso de compromisso e responsabilidades sociais e políticas.

Os aspectos comportamentais da gestão democrática ainda abrem um leque de informações sobre a condução e a forma que é desenvolvida não só na escola campo de pesquisa, mas de uma forma geral, onde se encontra o descompasso do conceito da participação dos sujeitos da pesquisa com a efetivação de atos democráticos em benefício a escola e a comunidade a qual ela está inserida.

No tocante a um dos objetivos específicos, que foi inicialmente distinguir a importância do conselho escolar em um ambiente democrático e participativo, foram identificados em todos os contextos conceituais e filosóficos que o trabalho, sendo ele coerente e desenvolvido sem nenhuma interferência política e/ou partidária, a funcionalidade do Conselho Escolar se reafirma como um caminho positivo para o desenvolvimento de comportamentos democráticos e participativos dos que atuam e participam ativamente, desde a gestão à função participativas dos pais na escola (exemplo os mutirões para limpeza da escola).

O caminho a ser ainda percorrido para a formação de conceitos e concepções que não vulgarizaria os conselhos requer mais práticas e aceitação dos gestores educacionais e escolares.

Referente ao objetivo a qual visa constatar a relevância da participação dos pais e/ou responsáveis no Conselho Escolar, este quesito da pesquisa foi o que mais configurou a afirmação e o amplo anseio da comunidade escolar em que existe uma lacuna na formação de membros para efetivação dos Conselhos de Direito e o Escolar.

Os posicionamentos dos pais e/ou responsáveis, principalmente, sobre a questão da interferência política partidária demonstra que as possibilidades de existir um comportamento democrático e participativo não é somente um critério social, mas, mais político partidário do que se pode imaginar e tentar expressar nos conteúdos literários sobre esta temática.

Sendo assim, o estudo destacou as dificuldades de compor o entendimento de que em uma democracia todos podem participar como também o comportamento de que há um roteiro pré-estabelecido por uma representatividade. Essa que quando qual não dá autonomia a outra, já desfigura a concepção e conceito de democracia, deixando sempre uma parte dos que formam o conselho à submissão das outras.

Os direcionamentos e normativas regradas pelas políticas públicas federais são concordantes com uma perspectiva benéfica à formação e operacionalidade, entretanto, como bem são orientadas a constituição das leis municipais pela própria política, as legislações dos municípios são incompletas, em muitos casos incoerentes a realidade necessária para uma boa evolução dos Conselhos. Evidenciam-se exemplos de ocorrências onde Vereadores questionam a interferência das Leis Federais dentro do município, discorrendo em atrasos e devoluções de legislações reprovadas pelos órgãos fiscalizadores para a efetivação dos recursos à educação dos municípios.

Para enriquecer mais a base desta pesquisa e os objetivos propostos para formação deste estudo, outro ponto de investigação foi à funcionalidade da legislação vigente sobre a constituição do Conselho Escolar. Essa traz um bojo de indagações que ainda não podem ser condicionados a solucionar e preencher as lacunas existentes, até mesmo porque a legislação contemporânea ainda luta contra o partidarismo e a interferência pessoal de gestores municipais e estaduais na educação brasileira.

São muitos critérios que devem ser alterados na legislação que norteia sobre Conselhos de Educação e o Escolar, entre eles, ações que podem revolucionar o comportamento manipulador de gestores que não visam evolução da educação. Esses poderiam atuar de forma inovadora dentro dos parâmetros dos conceitos democráticos existentes no Brasil, assim como também forma participativa. Logo, entende-se que são necessárias mudanças em vista da participação efetiva de pais e/ou responsáveis na gestão da escola pública. Isso leva à composição de um leque de critérios para que isso seja realizado de forma produtiva e perspicaz nos parâmetros legais da legislação educacional brasileira.

Com o objetivo final de debater a formação da equipe gestora e docente da instituição, observou-se que os parâmetros sobre o processo democrático e participativo se consolidou no entendimento de que o Estado/ Município ainda tem muita interferência no comportamento efetivo das funções dos Conselhos de Educação e o Escolar. Isso porque na literatura não se encontram ferramentas que eliminem tal interferência, nem tão pouco, que permita proporcionar uma maior segurança aos que participam deles, pois há em prática uma visível condição de ter que aceitar todas as propostas, ou imposições apresentadas pelos Gestores municipais ou Estaduais, visando assim sempre compor uma debilitada visão e conceito sobre a autonomia de um Conselho.

Assim, o que se pode finalizar com o desenvolvimento deste estudo é a incoerência do entendimento sobre gestão democrática, no que se refere às ações participativas, tal

como as incoerências existentes na formação dos conselhos escolares e de educação, como também, a baixa visão dos docentes que acreditam ser os conselhos uma ferramenta que tem caráter fiscalizador e deliberativo somente em prol do gestor municipal ou estadual.

Acredita-se que em um futuro não tão distante, os Conselhos de Educação e o Escolar sejam mais autônomos, e como recursos próprios para assim poder ter seu ressignificado condizente a realidade brasileira, efetivando assim a participação de todos e tendo como certeza a realização de atos de uma gestão democrática e participativa da sociedade a qual a escola está inserida.

## 7 RECOMENDAÇÕES

---

Buscar a efetivação da legitimidade da gestão democrática e participativa em uma escola pública requer muito cuidado e dedicação aos preceitos da democracia em um Estado de Direito Democrático. Romão Netto (2015) e Ribeiro (2018) muito debatem esta questão da participação da sociedade nas gestões públicas, e o início pode se dar pela educação, onde através desse estudo pode-se construir a validação da gestão democrática e participativa.

Assim se recomenda:

1. Provocar o Poder Legislativo à formação de legislações que regulamentem e deem diretrizes à gestão democrática em órgãos públicos como pleiteava Bresser- Pereira, trazendo a participação popular à administração e gestão pública (ROMÃO NETTO, 2015);
2. Elaborar dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas as diretrizes e a operacionalidade do Conselho Escolar, eliminando qualquer tipo de interferência do gestor público municipal e educacional nas decisões do Conselho;
3. Iniciar a execução de um processo eletivo à gestão da escola, onde somente participa do pleito a comunidade escolar a qual a instituição está inserida;
4. Confeccionar cursos (com duração mínima de 9 (nove) meses), palestras e eventos para capacitar pais e/ou responsáveis à gestão de escolas públicas;
5. Proporcionar o processo seletivo de representantes aos Conselhos de Educação (CAE, CACS-Fundeb e CME) de forma que não ocorram indicações pela Gestão Municipal e Educacional, mas a apresentação de nomes para concorrerem a um processo eletivo para atuarem como representantes (Nesse item, é necessária uma melhor adequação ao processo eletivo, dependendo da regionalidade em que o município esteja inserido).

## 8 PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

---

### 8.1 APRESENTAÇÃO

A gestão de uma Unidade Escolar é muito importante não só para a educação, mas para o envolvimento social e político da comunidade a qual ela está inserida. Entretanto, muitos aspectos democráticos e participativos não são realçados de forma que se tenha uma fiel interpretação e/ou prática sobre a teoria do desenvolvimento destes aspectos. (LÜCK, 2009).

Sendo assim, identifica-se que, ao longo dos anos, e principalmente, requerendo um modelo com maior alcance à participação popular (entenda-se a participação dos Conselhos Escolares que tem suas representatividades da comunidade escolar), torna-se inevitável o confronto entre teorias com mais de décadas de fomentação ideológica com os obstáculos ainda realçados com arcaicos posicionamentos políticos partidários. Isso também reverbera em uma ideologia de que a participação popular, conforme Bresser-Pereira idealizada, não será bem vista nos trâmites operacionais das políticas públicas à educação. (ROMÃO NETTO, 2015). Nessa conjuntura, o processo democrático e participativo passa a sofrer lesões significativas no que se refere à participação popular, visto que o que se entende nas políticas públicas é a necessária participação popular. Logo, almeja a transparência social, política e principalmente a econômica quando uma instituição é desenvolvida sob o olhar da participação com todos diretamente e indiretamente envolvidos em uma Unidade de Ensino.

A participação da representatividade dos pais e/ou responsáveis ainda é um conflito ideológico e material na gestão de uma Unidade Escolar. Isso tem características muito mais de políticas partidárias, principalmente através de políticas públicas que descontinuam a essência da participação popular, onde até os “Guias de Orientação para Gestores” para o processo da participação popular e democrática na escola são lesados de forma direta, onde não existe coerência à ausência da representatividade dos pais na gestão escolar (LUIZ; GOMES, 2014).

A gestão por pais e/ou responsáveis na Unidade Escolar é uma lacuna na equidade à gestão democrática e participativa. Isso traz muitas reflexões e incógnitas, principalmente por se ter conhecimento de que os representantes do Conselho Escolar, como os pais e/ou responsáveis, atuam ativamente nas tomadas de decisões políticas, sociais e principalmente

econômicas na Unidade Escolar, pois o aval dos pais é a aprovação dos relatórios, balanços e propostas orçamentárias.

## 8.2 JUSTIFICATIVA

Diante das funções laborais dos representantes de pais e/ou responsáveis no Conselho Escolar, qual a lacuna/ problemática para a efetivação dessa representação na gestão da uma Unidade Escolar?

Responder a essa indagação pode contribuir não só para o processo da integração do ato democrático e participativo, como também destravar décadas de absolutismo poder das pessoas que querem a educação em suas mãos.

O processo democrático é entendido como participação popular, que viabiliza diretamente o ingresso da representação de pais e/ou responsáveis de alunos na escola. Tem como característica uma relação de participação mais ativa, não só da comunidade escolar, como também da comunidade a qual a escola esteja inserida.

Ao olhar os entraves existentes sobre a efetivação da representação dos pais e/ou responsáveis na gestão de uma unidade escolar, a justificativa mais comum apresentada está na confecção do entendimento de que para estar como gestor de uma unidade escolar é preciso, primeiramente um “vínculo” com o Estado ou Município onde está agregada a unidade escolar. Outras exigências que se configuram são características peculiares tal como a escolaridade, cursos específicos para administração pública e escolar, e experiências na administração de políticas públicas educacionais.

Aduz o senso comum que sem uma prática não há experiência, entretanto, cobrar experiência de uma prática que não há espaço/ oportunidade para apresentar uma *práxis* na gestão de uma escola se torna uma falta de equidade. Sobre a escolaridade se torna uma lacuna a ser preenchida no processo eletivo dos representantes ao Conselho Escolar, que pode ser exigência dentro dos editais de convocação. Isso realça que os cursos podem ser ofertados quando os representantes forem efetivados como Conselheiros através das plataformas do Ministério da Educação e até mesmo confeccionados pelas Gerências Regionais de Educação, ou pela própria Secretaria Estadual de Educação.

## 8.3 PROPOSTA METODOLÓGICA

Por se tratar de um evento inovador e aprimorador para a efetivação do processo democrático e participativo na gestão de uma Unidade Escolar, tem-se que entender importantes fases a serem construídas em um médio prazo para equidade necessária.

Inicialmente, devem-se seguir os atos para o fortalecimento desta proposta a qual se refere à efetivação de um representante dos pais e/ou responsáveis eleito para o Conselho Escolar:

1º Ato: Assegurar através de política pública (Lei e/ou Portaria Municipal ou Estadual) o processo para efetivação à Gestão de Unidade Escolar através dos conceitos da Gestão Democrática e Participativa (PEDONE, 1986);

2º Ato: proporcionar a formação de um Projeto Piloto para Gestão de Unidade Escolar, a qual se tenha como objeto uma Escola de Referência. Nele esteja expresso: a duração do mandato (dois anos); a funcionalidade do processo eletivo; os direitos e deveres; e as condições e exigências necessárias à participação para a efetivação ao cargo de Gestor Escolar, onde somente participarão do processo democrático, professores da unidade escolar (com mais de um ano de serviços prestados), membros do Conselho Escolar (com mais de duas participações na representatividade), e a Comunidade Escolar (com atuação comunitária dentro da escola com mais de cinco anos);

3º Ato: confeccionar curso com carga horária mínima de 180h com conteúdos programáticos de administração pública; aplicabilidade de políticas públicas em todas as esferas; contabilidade pública; gestão democrática e participativa; humanização e atendimento contra vulnerabilidades sociais; confrontos e conflitos entre pais, alunos e professores; Estatuto da Criança e do Adolescente; Responsabilidade civil e criminal enquanto gestor escolar;

#### 8.4 AVALIAÇÃO

Com a execução das atividades propostas, será discorrido o desenvolvimento de atividades trimestrais através de relatórios aos gestores públicos e educacionais. Esse relatório tem como objetivo a demonstração de que as ações participativas e democráticas na Unidade Escolar podem trazer ao bojo de discussões as problemáticas existentes no espaço físico da unidade. Isso visa trazer também novos olhares para as necessidades que são sucumbidas pelas interferências de gestores públicos e educacionais quando era anulado o processo democrático e participativo.

Embora seja um grande desafio, a efetivação de representantes dos pais e/ou responsáveis pode contribuir na inovação da administração pública. Dessa forma, realiza-se uma dinâmica proposta por Bresser-Pereira, a qual defendia a participação popular na administração pública, e que traria assim uma perspectiva de transparência e a quebra de inquietudes, principalmente, financeiras. (ROMÃO NETTO, 2015).

Com a execução de todas as ações na Unidade Escolar, a possibilidade de finalizar e identificar uma evolução no conceito de uma gestão participativa e democrática se confecciona com maior viabilidade de produzir resultados positivos. Isso, principalmente, quando se é eliminada qualquer tipo de interferência dos gestores públicos e educacionais.

## REFERÊNCIAS

---

- ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Novo critério de classificação econômica Brasil. Publicado em 8/12/2014. Disponível em <http://economia.ig.com.br/2014-12-08/brasil-tera-nova-metodologia-de-pesquisa-de-classe-social-em-2015.html>. Acesso em 20 fev. 2016.
- ALMEIDA, J. A. M. Os Conselhos escolares e o processo de democratização: história, avanços e limitações. 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia/dconselho\\_escolar.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/dconselho_escolar.pdf) Acesso em: 10 de abril de 2022.
- ÁLVAREZ, C. D. Más Escuela: La cultura de la colaboración.[Artigo] Publicado em 2005. Disponível em <<https://masescuela.blogspot.com/2005/08/la-cultura-de-la-colaboracin.html>>. Acesso em 20 abril 2023.
- BEZERRA, J. Epistemologia. [artigo] 2020. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/epistemologia/>>. Acesso em 25 set. 2021. BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOTLER, A. M. H.; LIMA, M. S.; DIAS, W. A. Gestão Democrática: Implicações da Participação da comunidade para a Melhoria da Organização da Escola (2012) [https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2012.1/gesto%20democrtica.%200implicaes%20da%20participao%20da%20comunidade%20para%20a%20melhoria%20da%20organizao%20da%20escola.pdf](https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.1/gesto%20democrtica.%200implicaes%20da%20participao%20da%20comunidade%20para%20a%20melhoria%20da%20organizao%20da%20escola.pdf). Acesso em 20 fev. 2016.
- BRASIL. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Disponível em <[https://www.fnnde.gov.br/fnde\\_sistemas/cacs-fundeb](https://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/cacs-fundeb)>. Acesso em 10 out 2020.
- BRASIL. Conselhos escolares. [artigo] Ministério da Educação, 2018. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>>. Acesso em 20 abr. 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 mar.2018.
- BRASIL. Lei 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [www.casacivil.gov.br](http://www.casacivil.gov.br). Acesso em 20 fev. 2016.
- BRASIL. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília: Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Coordenadora, 2014.
- BRASIL. PNE prevê maior participação dos pais nas escolas públicas. Publicado em 23 jul. 2015. Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=21490:pne-preve-maior-participacao-dos-pais-nas-escolas-publicas>. Acesso em 24 fev. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 29 mar.2018.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm#art34](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm#art34)> Acesso em 23 jun. 2018.

BRASIL. Curso de Formação para Conselheiros Escolares: Modulo 1 – Conselho Escolar na democratização da escola. UFG, 2020. Disponível em <<http://www.labtime.ufg.br/modulos/conselheiros-escolares/uni1/slide1.html>>. Acesso em 30 maio 2022.

BRASIL. Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em 23 jun. 2018.

BRASIL. Lei Nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei no 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória no 768, de 2 de fevereiro de 2017. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm)> Acesso em 23 jun. 2018.

BRASIL. Escola de Gestores da Educação Básica: Apresentação. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica>>. Acesso em 30 maio 2022.

BRUNO, Keli Cristina Giraldi. Plano de Ação n. 5 – Promovendo a maior participação do Conselho. 2015. Disponível em <[https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Concepcoes\\_propostas\\_p3.pdf](https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Concepcoes_propostas_p3.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2020.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso de Diretrizes curriculares para a Formação Docente. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 333-344, jul./set. 2005

CARVALHO, M. C. Participação Social no Brasil Hoje. Pólis Papers n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicações/papers/19982.html>> Acesso em 3 fev. 2004.  
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. ATA n. 10 – Reunião Extraordinário para alterações da Lei do Conselho. Garanhuns. 13 ago. 2018.

CURY, C. R. J. O princípio da gestão democrática na educação: Gestão democrática da educação pública. [Artigo] Disponível em:  
[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/gest\\_ao\\_deocratica\\_cury.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gest_ao_deocratica_cury.pdf). Acesso em 18 fev. 2016.

D'MASCHIO, A. L. O que é ser diretor escolar no Brasil? [on line] Por vir. Publicado em 13/12/2021. Disponível em < [https://porvir.org/o-que-e-ser-diretor-escolar-no-brasil/?gclid=CjwKCAjwkYGVbHArEiwA4sZLuAHFXIU5HZ040fwpJ078dCoK5RaSZX6rfVjEcUBIfOJtS\\_JJJ8ttBhoCeikQAvD\\_BwE](https://porvir.org/o-que-e-ser-diretor-escolar-no-brasil/?gclid=CjwKCAjwkYGVbHArEiwA4sZLuAHFXIU5HZ040fwpJ078dCoK5RaSZX6rfVjEcUBIfOJtS_JJJ8ttBhoCeikQAvD_BwE) >. Acesso em 28 maio 2022.

DAMAZIO, M. Conselhos estaduais excluem sociedade civil das decisões na educação. [artigo] Rede Brasil Atual. Publicado em 18/12/2013. Disponível em < <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2013/12/conselhos-estaduais-excluem-sociedade-civil-das-decisoes-na-educacao-3716/>>. Acesso em 30 maio 2022.

DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1997.

DIOGENES, E. M. N. GOMES, M. G. C. Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.44/ p. 05- 17/ Set-Dez. 2013.

DIOGO, M. B; RODRIGUES, R. M.; MARTINS, E. B. C. Conselho Escolar uma instância de gestão democrática e participativa. XI Congresso Nacional de Educação, 2013. Pontifca Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 23 a 26/09/2013. Disponível em <[https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10089\\_6629.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10089_6629.pdf)>. Acesso em 30 maio 2022.

DRESCHER, C. H. P. A importância do Conselho Escolar para a gestão democrática da escola. [ Monografia] Especialização em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria, 2014. Disponível em < [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3128/Drescher\\_Carla\\_Hulda\\_Pfeifer.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3128/Drescher_Carla_Hulda_Pfeifer.pdf?sequence=1&isAllowed=y) >. Acesso em 20 dezembro de 2020.

EDUCAÇÃO. Trabalho realizado pelos conselhos, comitês e associações de pais e mestres é determinante em escolas públicas e privadas. Disponível em:  
<https://revistaeducacao.com.br/2020/04/01/escolas-associacoes-pais/> Acesso em: 10 de maio de 2022.

ESTEBAN, M. T.. Educação Popular: desafio à democratização da escola Pública. Cad. CEDES, v. 27, n. 71, Abr 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/nfzYTnD5HPLQLsrvk3zCk4G/?lang=pt>>. Acesso em 20 abr. 2023.

FERNANDES, M. E. A. Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro. DP&. A Editora, 2002.

FERREIRA, M. L. Análise da política de integração escola-comunidade: estudo de caso do Programa Escola da Família do estado de São Paulo. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

FERREIRA, A. A. Participação, sociedade civil e a capacidade de influenciar políticas sociais: o caso do conselho municipal de educação da Serra (CMES) Dissertação de Mestrado em Política Social, UFES, 2006. Disponível em:

<[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Pol%C3%ADtica%20Social/UFES\\_PPGPS\\_ANDREZA\\_ALVES\\_FERREIRA.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Pol%C3%ADtica%20Social/UFES_PPGPS_ANDREZA_ALVES_FERREIRA.pdf)>. Acesso em 30 maio 2022.

FERREIRA, M. F. A ética da investigação em ciências sociais. Rev. Bras. Cienc. Polít. (11). ago 2013. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200007>>. Acesso em 20 jul. 2022.

FERREIRA, N. S. C. AGUIAR, M. A. S. C. Gestão de educação: impasses perspectivas e compromissos. São Paulo. Cortes, 2001.

FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortes, 1996.

FONTENELE. O que diz a LDB sobre o Conselho Escolar? Disponível em <<http://escolabrigadeirofontenelle.blogspot.com/2010/01/o-que-diz-ldb-sobre-o-conselho-escolar.html>>. Acesso em 20 abr. 2020.

FREITAS, H. C. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação e Sociedade. Campinas: v.23, n. 80, set. 2002, p.137-168.

FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (org.). Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortes, 1996.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo. Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 03-11, junho de 2000 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-8839200000020002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000020002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23 nov. 2020.

GOMES, R. M.; LUIZ, M. C. Algumas contribuições da teoria do reconhecimento para o conselho escolar, na perspectiva da gestão democrática.[on line] Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 5, n. 2, p. 50-74, jul./dez. 2014. Disponível em < <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/download/6642/2743/>>. Acesso em 25 set 2021.

GÓMEZ, Á. I. P. La cultura escolar em La sociedad neoliberal. Madrid: Morata, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Colegiado escolar. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/colégiadoescolar> Acesso em: 19 de abril de 2022.

HARGREAVES, A. [et al.]. Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HARGREAVES, A. Professorando, cultura y postmodernidad: cambian los tiempos, cambia El profesorado. 2 ed. Madrid: Morata, 1998.

KUZMA, V. T. Projeto de Lei Ordinária n. 005.00014.2021: Parecer n. 43/2021. Câmara de Vereadores de Curitiba. Publicada em 16/08/2021. Disponível em <[http://sismmac.org.br/disco/arquivos/legislacao/20210817\\_parecer\\_29676.pdf](http://sismmac.org.br/disco/arquivos/legislacao/20210817_parecer_29676.pdf)>. Acesso em 30 maio 2022.

LIMA NUNES, A. I. B. A formação continuada de professores no estado do Ceará: entre discursos e prática. 2004. Tese (doutoramento) – Universidade de Santiago de Compostela; Santiago Compostela, 2004.

LIMA NUNES, A. I. B.; FARIAS, I. M. S. Ser professor: labirintos da trajetória profissional e pessoal. Trabalho enviado para EPENN, 2007.

LISBOA, M. N. A relevância da gestão democrática e participativa no contexto educacional. (Artigo) Publicado em 16/6/2014. Disponível em [http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade\\_2datahora\\_16\\_06\\_2014\\_22\\_02\\_58\\_idinscrito\\_1158\\_b66f62d9c98232139741d879d5f2b2ab.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_16_06_2014_22_02_58_idinscrito_1158_b66f62d9c98232139741d879d5f2b2ab.pdf). Acesso em 22 fev. 2016.

LOPES, N. Gestão escolar: como combater o abandono. Revista Nova Escola – Gestão Escolar. Ed. abril. Ano II – nº 7. Abr./mai. 2010.

LÜCK, H. A Gestão Participativa na Escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUIZ, M. C. Conselhos escolares: algumas concepções e propostas de ação. Disponível em: [https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Concepcoes\\_propostas\\_p1.pdf](https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Concepcoes_propostas_p1.pdf) Acesso em: 20 de abril de 2022.

LUIZ, M. C.; GOMES, R. M. Teoria do Reconhecimento e Conselho Escolar: subsídios para a compreensão e constituição da Gestão Democrática IN RAMOS, Daniele Karine (org.). Conselho escolar e gestão democrática: contribuições de uma formação para cidadania. Nova Petrópolis. Editora Nova Harmonia, 2014.

MELO, N. C. A atuação do Conselho Escolar para a efetivação do Projeto Político Pedagógico no CEM 417 de Santa Maria. [monografia]. Curso de Coordenação Pedagógica – Especialidade em Gestão Escolar. Brasília: UnB, 2014. Disponível em <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9258/1/2014\\_NaaliereCavalcanteMelo.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9258/1/2014_NaaliereCavalcanteMelo.pdf)>. Acesso em 25 maio 2022.

MELLO, G. N. Cidadania e competitividade. São Paulo: Cortez, 1996. MERCADO, L. P. L. [org.]. Formação do Pesquisador em educação: profissionalização docentes, políticas públicas, trabalho e pesquisa. Macéio-AL Alagoas, 2007.

NICARETTA, E. I. Reflexões sobre conselho escolar: um caminho com vista à gestão democrática. [TCC Especialização em Gestão Educacional] Rio Grande do Sul. FAGED, 2015. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151582/001009603.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 set. 2021.

NÓVOA, A.. Profissão professores. Porto: Porto Editora, 1991.

NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betânia Leite. A pesquisa como recurso da formação e da construção de uma nova identidade docente: notas para uma discussão inicial. ECCOS, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-111, jun. 2005.

OLIVEIRA, J. M. O conselho escolar e práticas na gestão democrática da escola pública. [online] Regae: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria v. 7 n. 15 Maio/ago. 2018 p. 95-107. Disponível em <>. Acesso em 25 set. 2021.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer relatórios, projetos, monografias, dissertações e teses. 5 ed. Rio de Janeiro. Elvieser, 2011.

OLIVEIRA, M. R.; MOURA, R. L. Educação Escolar: gestor ou administrador. Fórum Internacional de Pedagogia. Santa Maria – RS – 30 de julho a 01 de agosto de 2014. Disponível em <[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade\\_2datahora\\_09\\_05\\_2014\\_19\\_05\\_12\\_idinscrito\\_657\\_bdce50b57c93d29ba51ca36d69883eab.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_2datahora_09_05_2014_19_05_12_idinscrito_657_bdce50b57c93d29ba51ca36d69883eab.pdf)>. Acesso em 28 maio 2022.

OLIVEIRA, Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ONU. Declaração dos direitos da criança. Adotada pela Assembléia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 26 fev. 2016.

PARO, V. H. Estrutura da escola e prática educacional democrática. GT: Estado e Política Educacional / n.05-Agência Financiadora: CNPq. Caxambu – MG, out. / 2007. Disponível em <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>>. Acesso em 20 maio 2020.  
PARO, V. H. Gestão Democrática da Escola Pública. 3.ed. São Paulo, Ática, 2005.

PEDONE, L. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público —FUNCEP, 1986. Disponível em <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2982/1/Formula%25C3%25A7%25C3%25A3o%252C%2520Implementa%25C3%25A7%25C3%25A3o.pdf&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 13 mar. 2023.

PEREIRA, L. C. Conselho Escolar. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/conselho-de-classe/>>. Acesso em: 28 maio 2022.

PEREIRA, M. A. M. Maturidade. [Artigo] Publicado em 26/02/2015. Faculdade Luterana do Brasil. Disponível em < <https://revista.fasem.edu.br/index.php/fasem/article/view/54/pdf>. >. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PEREZ, T. [org.]. BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica. São Paulo : Editora Moderna, 2018.

PORFÍRIO, G. D. V. S.; DIAS, N. L.; SANTOS, J. E. A participação docente na gestão de uma escola pública situada na Região Metropolitana do Recife. [monografia] Centro de Educação da UFPE, 2015. Disponível em < <https://www.ufpe.br/documents/39399/2406246/PORFI%C2%B4RIO%3B+DIAS%3B+SANTOS+-+2015.1.pdf/94dd4e19-6207-46e5-9a7b-b93638f5acc3>>. Acesso em 30 maio 2022.

PORTES, F. C. R. A participação da comunidade escolar para uma gestão democrática de qualidade. [on line]. Brasil Escola. 2021. Disponível em <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-participacao-comunidade-escolar-para-uma-gestao-democratica-qualidade.htm>>. Acesso em 20 maio 2022.

RAMOS, D. K.. Os conselhos Escolares como espaço formativo à cidadania IN RAMOS, Daniele Karine (org.). Conselho escolar e gestão democrática: contribuições de uma formação para cidadania.[on line] Nova Petrópolis. Editora Nova Harmonia, 2014.

RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, M. P.. Por um Conselho Escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 588-607, maio/ago., 2018. [on line] disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10864>>. Acesso em 25 set. 2021.

RICHT, A. A colaboração profissional em estudos de aula na perspectiva de professores participantes. [artigo]. Bolema, Rio Claro (SP), v. 33, n. 64, p. 937-962, ago. 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/bolema/a/yK8MJGPqbjcdCtVRLKLX6fJ/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 20 abril 2023.

RODRIGUES, Z. B. Os quatros pilares de uma educação para o Século XXI e suas implicações na prática pedagógica. Articuladores. 2021. Disponível em <[https://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao\\_artigo.asp?artigo=artigo 0056](https://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo 0056)>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

ROMÃO NETTO, J. V. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro v.49, n. 4, p.: 1011-1037, jul./ ago., 2015. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rap/a/pXzHvrfkxHsfG4n9p97Kq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 jan. 2022.

ROSÁRIO, S.. Frestas de Esperança: a história da separação no amor conjugal. Salvador: Editora Pinauna, 2020.

ROSSI, V. L. S.; HOFLING, E. M. Qualidade da política de integração escola- comunidade: educação para a paz? Cad. CEDES, Campinas, v. 29, n. 78, p. 273- 278, ago. 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622009000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 fev. 2016.

SACRISTAN, J.G. Docência y cultura escolar: reformas y modelo educativo. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2002.

SANTOS, I. S. Entre a eleição e a indicação política: as relações de poder no cotidiano do gestor escolar. Revista Exitus, v. 8, n. 1, p.: 59-86, 2018. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/5531/553159820004/html/>>. Acesso em 30 maio 2022.

SANTOS, J. R.; REIS, J. M. S. GESTÃO PARTICIPATIVA DA ESCOLA: a importância da comunidade no contexto educacional. Diversa Prática Revista Eletrônica da Divisão de Formação Docente. v. 6, n.1 - 1 semestre 2019. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica>>. Acesso em 30 maio 2022.

SECRETARIA EDUCAÇÃO PARANÁ. Conselho de Classe. [artigo] Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15#:~:text=Inst%C3%A2ncias%20colegiadas%20%3E%3E%20Conselho%20de%20classe&text=%C3%89%20o%20momento%20em%20que,ensino%20e%20aprendizagem%20dos%20estudantes.>>. Acesso em 30 maio 2022.

SEMIS, L. O que fazem os Conselhos Municipais e Estaduais de Educação. Nova Escola – Gestão. Publicação 23/02/2018. Disponível em <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1950/o-que-sao-e-o-que-fazem-os-conselhos-estaduais-e-municipais-de-educacao>>. Acesso em 10 outubro de 2022.

SOUZA, J. C. S. Educação e História da Educação no Brasil. Publicação 27/11/2018. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso 10 de outubro de 2022.

THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. et al. Artesão de outro ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo: Annblume/ Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Perguntas e respostas: como funcionam os conselhos escolares. Publicado em 19/02/2018. Disponível em <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-como-funcionam-os-conselhos-escolares/>>. Acesso em 30 maio 2022.

UNESCO. Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios. (Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em 20 fev. 2016.

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação – resumo 2019. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por)>. Acesso em 20 abr. 2020.

UNICEF BRASIL. Educação [on line] Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/educacao>>. Acesso em 25 set. 2021.

UNIVERSIA. Conheça 4 países com os melhores sistemas educacional. <<https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2016/10/24/1144860/conheca-4-paises-melhores-sistemas-educacionais.html>>. Acesso em 20 abr. 2020.

VIEIRA, E. P.; JESUS, M. S.; SILVA, V. P. Conselho Escolar? Os desafios na construção da gestão democrática em uma escola de Ilhéus/BA. Pró Discente: Caderno de Produção Acadêmico Científica. Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória ES, v. 22, n. 1, p. 35-57, jan./jun. 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br>>. Acesso em 28 maio 2022.

WAGNER, V. L. S. A participação da comunidade escolar. LUME, UFRGS, publicação 2015. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151560#:~:text=Resumo,a%C3%A7%C3%B5es%20necess%C3%A1rias%20no%20ambiente%20escolar.>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

WENDHAUSEN, M. A prática pedagógica mediada da tutoria a distância no Curso Conselhos Escolares UFSC. IN RAMOS, Daniele Karine (org.). Conselho escolar e gestão democrática: contribuições de uma formação para cidadania.[on line] Nova Petrópolis. Editora Nova Harmonia, 2014.

ZAMPIERON, M. A educação japonesa em meados do século XIX. [Artigo] (TCC em História), s.d. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1247/1247.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1247/1247.pdf)>. Acesso em 20 abr. 2020.

## APÊNDICES

---

### INSTRUMENTO INVESTIGATIVO 1: QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO CONCEITUAL

#### I. Investigação Social

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Estado Civil:
- d) Escolaridade
- e) Quanto tempo faz parte da comunidade escolar da escola:  
( ) menos de 01 ano ( ) mais de 01 ano ( ) não participa
- f) Cargo/ atuação:  
( ) gestor(a) ( ) professor ( ) pai/ responsável

#### II. Investigação Conceitual

1. Você participa de alguma atividade na área social, cultural e econômica da Escola campo de pesquisa?

- ( ) sim ( ) somente em momentos específicos
- ( ) não ( ) as vezes ( ) nem sempre

2. A gestão democrática, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 sempre teve foco para a participação de todos da sociedade. Você considera que isso acontece na Escola em que você vivencia sua cidadania?

- ( ) sim ( ) somente em momentos específicos
- ( ) não ( ) as vezes ( ) nem sempre

3. Os Conselhos de Educação são, segundo autores como Semis (2018) uma ferramenta que contribui na formação de cidadania e participação de todos nas instituições de ensino. Diante disso, você conhece os principais Conselhos da Educação?

- ( ) sim ( ) somente em momentos específicos
- ( ) não ( ) as vezes ( ) nem sempre

4. Você já participou ou foi convidado para integrar algum Conselho de Educação?

- ( ) sim ( ) somente como parte da assembleia
- ( ) não ( ) as vezes ( ) nem sempre

5. Quais os motivos que você não poderia participar de um Conselho de Educação:

- ( ) desconhecimento da existência do órgão na escola
- ( ) não corroborar com os posicionamentos dos membros do Conselho
- ( ) ausência de participação de outros membros
- ( ) incoerência na temática proposta nas reuniões do Conselho
- ( ) falta de participação de quem deveria estar no controle das atividades
- ( ) inexistência do diálogo entre Escola, pais/responsáveis, professores e a

Comunidade Escolar

## INSTRUMENTO INVESTIGATIVO 2: QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS

### ENTREVISTA COM GESTORA

Objetivo	Perguntas
Debater a formação da equipe Gestora da instituição sobre o discernimento a respeito de Conselhos de Educação e o papel e funcionalidade do Conselho Escolar da Unidade de Ensino	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais dificuldades existentes para participação dos Conselheiros Escolares?</li> <li>2. Qual relevância do Conselho Escolar na gestão democrática e participativa da Unidade de Ensino?</li> <li>3. As legislações vigentes que são adotadas no seu projeto político pedagógico garantem a existência do Conselho Escolar?</li> <li>4. Quais são os ponderamentos mais frequentes para que o Conselho Escolar não seja efetivado em sua plenitude?</li> <li>5. Quais os critérios são utilizados para as escolhas dos Conselheiros que atuam no Conselho Escolar?</li> </ol>

### ENTREVISTA COM DOCENTES

Objetivo	Perguntas
Distinguir e debater a importância do Conselho Escolar no ambiente democrático e participativo frente a educação do século XXI.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existe equivalência conceitual na sua concepção sobre a participação da gestão democrática e participativa na fomentação do Conselho Escolar?</li> <li>2. Os posicionamentos das políticas públicas de educação viabilizam um trabalho de sala de aula pra contribuir com o Conselho Escolar quando convocado para fins de análise curricular?</li> <li>3. Você tem conhecimento quais os critérios de exclusão e inclusão são necessários para ser um Conselheiro Escolar na Unidade de ensino?</li> <li>4. Existe o entendimento de sua parte que o Conselho Escolar atua de forma democrática?</li> <li>5. Quais impedimentos você tem conhecimento para não participar do Conselho Escolar?</li> </ol>

## ENTREVISTA COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Objetivo	Perguntas
Constatar, investigar e debater quais os pontos da participação dos pais e/ou responsáveis na efetivação das ações do Conselho Escolar	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Qual seu conhecimento sobre os critérios para ser um Conselheiro escolar?</li><li>2. Você se acha preparado para estar em um Conselho Escolar?</li><li>3. Existe em você conhecimento sobre a legislação e importância do Conselho Escolar?</li><li>4. Diante da gestão democrática, onde todos devem participar, porque você acha que um pai e/ou responsável não pode ser gestor da escola?</li><li>5. Sabendo que não existe remuneração para atuar como Conselheiro Escolar, pode ser uma das causas que há uma lacuna na representação dos pais neste órgãos?</li></ol>

## CERTIFICADOS DE VALIDEZ

164

### CERTIFICADO DE VALIDEZ

Eu, Professor Dr. Severino Joaquim Correia Neto em carácter de experto na Área de (Educação), certifico que lie recebi os instrumentos para recolhimento dos dados da investigação que realiza o (Professor Ms.) José Kleber Felix dos Santos. Cujo título é **“O CONSELHO ESCOLAR NO AMBIENTE EDUCATIVO, DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO: RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI”** e os quais seguem os critérios exigidos e cumprem também os critérios de validez.

Garanhuns-PE, 04 de abril de 2021



Professor Dr. Severino Joaquim Correia Neto  
Doutor em Educação

## CERTIFICADO DE VALIDEZ

Eu, Professora Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Monteiro da Silva em carácter de experto na Área de (Educação), certifico que lie recebi os instrumentos para recolhimento dos dados da investigação que realiza o (Professor Ms.) José Kleber Felix dos Santos. Cujo título é **“O CONSELHO ESCOLAR NO AMBIENTE EDUCATIVO, DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO: RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI”** e os quais seguem os critérios exigidos e cumprem também os critérios de validez.

Garanhuns-PE, 04 de abril de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. A. M. da Silva', with a stylized flourish at the end.

Professora Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Monteiro da Silva

Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/0794790>


Doutora em Educação

## CERTIFICADO DE VALIDEZ

Eu, Professor Drº Roberto Wagner Scherr Campos em carácter de experto na Área de (Educação), certifico que lie recebi os instrumentos para recolhimento dos dados da investigação que realiza o (Professor Ms.) José Kleber Felix dos Santos. Cujo título é **“O CONSELHO ESCOLAR NO AMBIENTE EDUCATIVO, DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO: RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI”** e os quais seguem os critérios exigidos e cumprem também os critérios de validez.

OBS: Valido o instrumento após as alterações sugeridas em tela.

Garanhuns-PE, 04 de abril de 2021

  
Professor Drº Roberto Wagner Scherr Campos  
Doutor em Educação

### EMENTA DO CURSO

Objetivo: Apresentar proposta para efetivação de Curso que condicione todos que participem da Comunidade Escolar, como de uma Instituição de Ensino de Educação Básica, promover uma Gestão Democrática e Participativa em conformidade com os preceitos à uma educação com qualidade e participação de todos.

Curso	Gestão Democrática e Participativa para Escola Pública
Carga Horária:	240 h/a (50% teórico, 40% prático, 10% avaliativas)
Vagas:	15 (cinco para cada público alvo)
Público Alvo:	Docente, Pai e/ou Responsável, Conselheiro de Educação (Escolar /CAE/ CACS-Fundeb/ CME).
Formação Mínima:	Graduação em qualquer área do conhecimento, e conformidade com a legislação vigente e aprovado pelo Ministério da Educação.
Objetivo(s):	Condicionar os participantes deste curso à Gestão da Unidade de Ensino no âmbito Estadual e municipal, fomentando a execução dos conceitos da gestão democrática e participativa no ambiente da Escola Pública, trazendo membros da comunidade escolar (pais e/ou responsáveis, professores, técnicos, etc.) a colocar-se como individuo passível de solucionar questões administrativas, sociais, culturais e educacionais.

## GRADE CURRICULAR

Disciplina	Carga Horária	Conteúdos Curriculares
Legislações	80h/a	LDB 9394/96 e Alterações Parâmetros Curriculares Nacionais Base Nacional Comum Curricular Conselhos de Educação Estatuto da Criança e Adolescente Conselho Tutelar Racismo e Intolerância Religiosa Crimes contra pessoa Crimes contra patrimônio público Acordo Sindical Coletivo
Administração Pública	30	Requerimentos Portarias Ofícios/ Documentos
Gestão de Gastos Públicos	16	Requerimentos Controle de Gastos Movimento de Caixa
Elaboração de Projetos	8	Captação de Recursos Efetivação de Parcerias
Relação de Conflitos	16	Conflitos Pai x Docente Conflitos Discente x Docente Conflitos Docente x Comum Escolar
Organização Escolar I	16	Administração de Pessoal Administração de Material Administração de Recursos
Organização Escolar II	16	Planejamento de Recursos Financeiro Fundos de Captação Associação de Pais e Mestres (APM) Doações
Organização Escolar III	16	Planejamento Eventos Execução de Eventos
Eventos Socioculturais	8	Planejamento Captação de Recursos Financeiros Datas Comemorativas anuais
Planejamento Escolar	16	Currículo Formação de Grade Escolar
Avaliação de Produtividade	16	Docente/ Comunidade Escolar SAEB SAEPE IDEB
Total	240 h/a	-

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### TERMO DE ESCLARECIMENTO E LIVRE CONSENTIMENTO

**TITULO DA PESQUISA:** O Conselho Escolar no ambiente educativo democrático e participativo: ressignificando o paradigma da educação no século XXI

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** José Kleber Felix dos Santos

**TEMA:** Os Conselhos de Educação, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, objetivam a prática da gestão democrática na Educação, contudo surgem discussões dúbias na Comunidade Escolar. Sua relevância deve ser promovida por suas ações e funcionalidade, entretanto, ausência de participação, indagações e obstáculos surgem para a efetivação das atividades laborais do Conselho Escolar em uma escola Pública Estadual no município de Caetés (PE). **OBJETIVO:** analisar o papel e a funcionalidade do Conselho Escolar de uma Escola Pública Estadual, viabilizando expressar quais os benefícios a Comunidade Escolar recebem na relação entre gestão da escola, educadores e pais dos educandos. **METODOLOGIA:** Através de um estudo de caso contemplando a pesquisa bibliográfica exploratória de cunho qualitativo com aplicação de questionário e entrevista para compor quadros reflexivos sobre os discernimentos acerca do Conselho Escolar. **RESULTADOS ESPERADOS:** distinguir, constatar e debater sobre o que ocorre em um Conselho Escolar na Escola de Referência de Ensino Médio Luiz Pereira Júnior.

Eu, \_\_\_\_\_,

portador de CPF: \_\_\_\_\_, baixo assinado, recebi as informações para participar da pesquisa, assim concordo e estou ciente de que terei de acordo com a Resolução N. 466/2012 ou 510/2010 (ou as duas) do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde( CNS/MS), todos os meus direitos abaixo relacionados:

- A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
- A segurança de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
- A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa.
- A segurança que se não aceitar participar, bem como, de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual.
- A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado que poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.
- Fica garantido que os dados coletados serão utilizados apenas para a pesquisa de Mestrado e Doutorado e não serão armazenados para outros estudos posteriores.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante -voluntário(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador- Orientador

Polegar direito



FACULDADES INTEGRADAS  
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
- FAINTVISA



## ANEXO 2

### PARECER COMITÊ DE ÉTICA

#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O CONSELHO ESCOLAR NO AMBIENTE EDUCATIVO, DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO: RESSIGNIFICANDO O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

**Pesquisador:** JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 27040119.7.0000.9227

**Instituição Proponente:** IDEIA Educacional Ltda

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.071.930

##### Apresentação do Projeto:

O projeto busca identificar o papel e funcionalidade do Conselho Escolar no ambiente educativo, pois existe uma relevância em tratar sobre esta temática que é existente em teoria, mas pouco discutida sobre sua prática. Isso para também observar as políticas públicas vigentes, como também confrontando as ações e comportamentos realizados por agentes públicos e familiares no contexto do Conselho Escolar em uma unidade de ensino democrática e participativa.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o papel e funcionalidade do Conselho Escolar no ambiente educativo, democrático e participativo, sob o olhar dos paradigmas da educação do século XXI.

Objetivo Secundário:

- Distinguir a importância do conselho escolar para continuidade de um ambiente democrático e participativo;
- Constatar a relevância da participação dos pais e/ou responsáveis no Conselho Escolar;
- Investigar a funcionalidade da legislação vigente na documentação do Conselho Escolar, em uma instituição de ensino público;
- Debater a formação da equipe gestora e docente da instituição pesquisada e o discernimento a



Continuação do Parecer: 4.071.930

respeito de Conselho Escolar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos hipotéticos que podem surgir no desenvolvimento do Projeto são condicionados a identificação da ausência da funcionalidade do Conselho Escolar e a confirmação dos equivocados pensamentos sobre a prática da gestão democrática (SIMAS, 2011), viabilizando a necessidade de atentar sobre o compromisso com o desenvolvimento da educação brasileira, principalmente porque se entende que a maioria dos agentes que produzem políticas públicas deve promover o cumprimento da legislação vigente, efetivando assim o olhar democrático nas ações dos Conselhos de Educação.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa traz a bojo as discussões sobre a importância da construção do processo democrático na educação, tendo como base de reflexões a fomentação, papel e funcionalidade de um Conselho Escolar da escola pública estadual, que viabiliza uma relevante construção à participação da sociedade na escola, beneficiando a perspectiva da conquista social, em que a sociedade passa a entender e participar mais ativamente e efetivamente no processo de construir uma educação que possuam eficiência, eficácia e competência no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os documentos/ termos foram anexados à plataforma.

**Recomendações:**

Todas as recomendações e pendências foram contempladas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trabalho apto a ser desenvolvido.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado, projeto apto a ser desenvolvido.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1485221.pdf	11/03/2020 15:10:01		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3848483.pdf	11/03/2020 15:06:53	JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito

**Endereço:** Loteamento São Vicente Ferrer, 71, Sala 01, Térreo do Bloco A, Pesquisa e Extensão  
**Bairro:** Cajá **CEP:** 55.610-900  
**UF:** PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTÃO  
**Telefone:** (81)3523-1020 **E-mail:** cep@faintvisa.com.br



FACULDADES INTEGRADAS  
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
- FAINTVISA



Continuação do Parecer: 4.071.930

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ_Conselho_Escolar_no_Ambiente _Educativo_Kleber_Pos_Parecer_2.doc	11/03/2020 15:04:46	JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_e_carimbada _Kleber_11_03_2020.pdf	11/03/2020 14:48:47	JOSE KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_3791725.pdf	06/01/2020 17:57:11	JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Escola_Jose_Kleber.pdf	06/01/2020 17:56:36	JOSÉ KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Kleber_06dez2019.docx	08/12/2019 20:18:59	JOSE KLEBER FELIX DOS SANTOS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

VITORIA DE SANTO ANTAO, 05 de Junho de 2020

---

**Assinado por:**  
**PIERRE TEODOSIO FELIX**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Loteamento São Vicente Ferrer, 71, Sala 01, Térreo do Bloco A, Pesquisa e Extensão  
**Bairro:** Cajá **CEP:** 55.610-900  
**UF:** PE **Município:** VITORIA DE SANTO ANTAO  
**Telefone:** (81)3523-1020 **E-mail:** cep@faintvisa.com.br

REALIZAÇÃO:



ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



[WWW.SEVENPUBLI.COM](http://WWW.SEVENPUBLI.COM)

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.